

o b s e r v a

observatório
de ambiente
e sociedade



Laboratório associado

Agricultura e Ambiente

A aplicação das Medidas Agro-Ambientais
Inquérito Exploratório na Região do Oeste

Aida Valadas de Lima e Ricardo Figueira

e estudo / 16

2000

AGRICULTURA E AMBIENTE

A aplicação das Medidas Agro-Ambientais. Inquérito
Exploratório na Região do Oeste

Coordenação:
Aida Valadas de Lima

Outros Investigadores Participantes:
Ricardo Figueira

2000

Índice

INTRODUÇÃO.....	2
AGRICULTURA, ESPAÇO RURAL E AMBIENTE.....	3
A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO AMBIENTAL.....	5
AGRICULTURA E AMBIENTE.....	10
A REFORMA DA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM.....	12
CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO DA REFORMA DA PAC.....	12
AS PRIMEIRAS REFORMAS DA PAC.....	16
A REFORMA DA PAC DE 1992.....	18
REACÇÕES À REFORMA DA PAC.....	21
ALTERNATIVAS À NOVA REFORMA DA PAC.....	24
AGENDA 2000.....	28
PROPOSTAS DA NOVA REFORMA DA PAC.....	31
CONCLUSÃO.....	36
TRADUÇÃO E APLICAÇÃO DAS MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS EM PORTUGAL.....	37
A LEGISLAÇÃO AGRO-AMBIENTAL: UM BREVE ENQUADRAMENTO HISTÓRICO.....	37
TRADUÇÃO E APLICAÇÃO DO REGULAMENTO CEE nº 2078/92.....	41
O DISCURSO AGRO-AMBIENTAL DOS ACTORES-CHAVE.....	43
QUESTÕES METODOLÓGICAS.....	48
QUESTÕES PRÉVIAS.....	48
DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO EMPÍRICO DE ANÁLISE	49
CONSTRUÇÃO DO UNIVERSO DE ANÁLISE	56
CONSTRUÇÃO DO GUIÃO DA ENTREVISTA A APLICAR AOS ACTORES-CHAVE NA	63
POLÍTICA AGRO-AMBIENTAL.....	
O QUESTIONÁRIO: OBJECTIVOS E ESTRUTURA.....	63
PRINCÍPIOS E NORMAS DOS MODELOS AGRÍCOLAS ALTERNATIVOS.....	65
OS CANDIDATOS DA SUB-REGIÃO AGRÁRIA DO OESTE AO GRUPO I DAS	69
MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS.....	
CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES ALTERNATIVOS ..	69
MOTIVAÇÕES DE ADESÃO A MODELOS AGRÍCOLAS ALTERNATIVOS.....	82
REPRESENTAÇÕES AMBIENTAIS DOS CANDIDATOS.....	101
CONCLUSÃO: QUE FUTURO PARA OS MODELOS AGRÍCOLAS ALTERNATIVOS? ..	111
BIBLIOGRAFIA.....	114
ANEXOS.....	159

1. INTRODUÇÃO

O objectivo central do projecto é o de estudar o processo de introdução da problemática ambiental na agricultura portuguesa, nomeadamente no que respeita às representações, atitudes e práticas dos agricultores face aos problemas ambientais da agricultura intensiva.

A mobilização para as questões ambientais por parte dos agricultores convencionais apresentará contornos significativamente diferentes dos apresentados por agricultores que protagonizam práticas agrícolas tradicionais, uma vez que o esforço ambiental a que passarão a estar sujeitos terá repercussões qualitativas e quantitativas apreciáveis, implicando, nalguns casos, uma reconversão de anteriores práticas agrícolas. Através do estudo das representações e atitudes dos agricultores espera-se antever as resistências e o potencial de mudança que o processo de aplicação das Medidas Agro-ambientais (Regulamento Europeu nº 2078/92) – as primeiras de política agro-ambiental em Portugal – transporta para a reconversão e estruturação do espaço agrícola e rural.

O objectivo atrás enunciado desdobra-se em duas linhas fundamentais de investigação, a saber:

- 1) Uma reflexão em torno da introdução da problemática agricultura/ambiente em Portugal;
- 2) O estudo da implementação das Medidas Agro-ambientais relativas à diminuição dos efeitos poluentes da agricultura.

Na primeira linha de investigação privilegiar-se-ão três questões fundamentais:

- (i) A política Agro-ambiental Europeia decorrente das Medidas de Acompanhamento da Reforma da Política Agrícola Comum (PAC);
- (ii) A tradução desta política em Portugal;
- (iii) A análise das percepções, face a esta política agro-ambiental, por parte dos actores-chave no processo.

Esta linha de investigação tem por objectivo, essencialmente, enquadrar o nosso objecto de análise. De facto, a tradução e o processo de implementação da

política agro-ambiental traduzirão o discurso dominante em Portugal sobre a articulação agricultura/ambiente, o qual, por sua vez, condicionará a percepção dessa política por parte dos agricultores.

Na segunda linha de investigação privilegiar-se-á, por seu turno, a análise das atitudes, comportamentos e percepções dos agricultores no que respeita à política pública de aplicação das Medidas Agro-ambientais, na vertente respeitante à diminuição dos efeitos poluentes da agricultura.

A pesquisa empírica realizou-se na Sub-Região Agrária do Oeste, uma das sub-regiões da Região Agrária do Ribatejo e Oeste, uma das regiões onde a agricultura intensiva tem maior expressão e, simultaneamente, apresenta alguma diversidade de lógicas produtivas. Os eixos condutores da pesquisa foram os seguintes:

- 1) Sistemas produtivos e respostas (adaptativas ou estratégicas) dos agricultores face às questões agro-ambientais;
- 2) Motivações de adesão ao programa agro-ambiental;
- 3) Adesão à problemática agro-ambiental.

2. AGRICULTURA, ESPAÇO RURAL E AMBIENTE

O objectivo central deste capítulo é o de procurar contribuir para balizar as frentes teóricas necessárias ao desenvolvimento futuro de sistemas produtivos agrícolas alternativos, no âmbito da intersecção de uma sociologia do ambiente e de uma sociologia rural. Neste sentido, o mesmo é dizer que se pretende inventariar e problematizar, com recurso ao património da sociologia rural (e da sociologia da agricultura) e ao capital da sociologia do ambiente, os elementos centrais do que podemos designar por uma sociologia da agricultura sustentável, elementos esses que enformarão um modelo contextual para o estudo das práticas agrícolas alternativas.

Ensaia-se-á “conectar” alguns dos temas e problemas substantivos das teorias da modernização ecológica da produção com o acervo teórico da sociologia rural (e da sociologia da agricultura) e da recente sociologia do ambiente. Assim, num primeiro momento, discutir-se-ão, ainda que resumidamente, as questões centrais que concorrem para a contextualização da pertinência de uma análise sociológica dos

problemas ambientais. Os temas centrais a discutir ao procurarem dar conta da relação da sociologia com o ambiente, são os que nos permitirão situar o nosso objecto de pesquisa. É ao percurso da sub-disciplina sociológica- sociologia do ambiente- , percurso esse submetido a um itinerário selectivo de temas e problemas em função do objecto de pesquisa, que, numa palavra, começaremos por aludir.

Seguidamente, forçoso é que façamos um exercício de actualização teórica e conceptual da sociologia rural. Para parafrasear Mormont (Mormont,) passaremos em revista a discussão subjacente à passagem de uma sociologia rural a uma sociologia do rural. Esta *démarche* desembocará no balanço crítico das várias contribuições para o debate agricultura/ambiente.

O terceiro nível de aproximação teórica e também já metodológica, recai sobre os recursos e os códigos de conduta que, conjuntamente, constituem as estruturas envolvidas na reprodução de determinadas práticas sociais. Em suma, analisar-se-ão os contributos das abordagens do que se designa por “análise da conduta estratégica” (Spargen e Van Vliet, 1998) dos actores sociais envolvidos em práticas sociais relacionadas com sistemas alternativos de produção agrícola. Com recurso à sociologia da agricultura, mais do que à sociologia rural, o enfoque da análise privilegiará, neste estágio, o enquadramento teórico dos nossos objectivos centrais de pesquisa, i.e., discutir a emergência de questões ambientais nas estratégias dos agricultores, através da análise das suas motivações de adesão à candidatura às medidas agro-ambientais, bem como das suas representações e percepções acerca dos problemas ambientais causados pelas práticas agrícolas que desenvolvem. Esta última questão será trabalhada tentando relacionar sistemas produtivos com formas de representação da natureza e do ambiente. A hipótese central é a de que o esforço de reconversão de práticas convencionais para práticas alternativas de agricultura depende, fortemente, do equilíbrio entre custos e benefícios económicos e profissionais.

Duas estratégias podem ser hipotizadas:

- 1) Uma “estratégia defensiva” – os agricultores negam a sua contribuição para os problemas agro-ambientais;

- 2) Uma “estratégia de modernização ecológica” – os agricultores interiorizam e racionalizam a visibilidade social das questões ambientais , com vista a minimizar custos relativos à utilização de inputs de origem industrial (como é, sobretudo, o caso das práticas alternativas da protecção integrada e da produção integrada), bem como, do mesmo passo, a construir/adquirir uma nova identidade profissional *vis-à-vis* quer os agricultores tradicionais e/ou convencionais, quer, ainda, os agricultores biológicos.

2.1. A emergência da questão ambiental

2.1.1. O Homem e o Ambiente

Durante muito tempo, cientistas, filósofos e outros pensadores tentaram identificar uma característica que fosse exclusiva do ser humeno para, a partir dela, estabelecerem definitivamente a ideia de que o Homem é um ser superior, ímpar no mundo animal e na natureza. No entanto, e à falta de tal característica, acabou por se ter de admitir que as inegáveis diferenças entre o Homem e os demais animais não eram tanto uma resultante de uma estrutura biogenética substantivamente diferente, mas mais do desenvolvimento e articulação de alguns elementos dessa mesma estrutura. Assim, a distintividade da espécie humana é o produto de uma transformação em grau, e não de alguma súbita alteração qualitativa ocorrida no mundo animal. O “sucesso” do Homem enquanto espécie viva deve ser atribuído, fundamentalmente, à articulação de duas características ou potencialidades que, embora também possam existir noutras espécies animais, estão indubitavelmente muito mais desenvolvidas no Homem, sendo elas:

- A capacidade de idealizar/imaginar. Esta capacidade está intimamente ligada ao acto de comunicar e à realização de raciocínios complexos e abstractos.
- A capacidade/habilidade de realizar (manualmente) as ideias imaginadas e concebidas. Nesta perspectiva, torna-se fácil perceber porque é que o *Homo Habilis* e o *Homo Sapiens* são considerados como etapas fundamentais na passagem do estado antropóide para o estado humano.

Esta introdução, possível graças às recentes conquistas da Paleontologia e da História Natural, é fundamental e anterior a qualquer abordagem sociológica que se debruce sobre as relações Homem/Ambiente, Sociedade/Natureza: a adaptação de qualquer espécie viva a um dado meio depende sempre, por um lado, das potencialidades desse meio e, por outro, dos limites e características (biológicas) da espécie que protagoniza esse processo de adaptação, quaisquer que sejam as variantes (culturais) que ela desenvolva no seu decurso. Assim, e ao contrário da maioria das outras espécies animais, o Homem tem vindo a sobreviver e a impôr-se não tanto pela via da adaptação biológica directa mas, inversamente, por ser capaz de conceber e materializar transformações no meio ambiente, alterando-o de acordo com as suas necessidades. Neste sentido, todas as produções e aquisições tecnológicas funcionam como uma extensão do corpo humano, conferindo-lhe uma maior capacidade de intervenção sobre a realidade, donde que não seja de admirar o facto de a História Humana reflectir, em boa medida, a História dos grandes inventos. Ainda hoje é comum observar como a divulgação de uma nova tecnologia faz suscitar a possibilidade de novos canários e horizontes sociais.

Desde sempre, então, o Homem recorreu a sistemas naturais para satisfazer as suas necessidades, modificando o meio em que vive no sentido de aumentar o seu conforto próprio. Marcos desta relação foram a utilização do fogo, a domesticação de animais e o pastoreio, a descoberta da agricultura com a consequente sedentarização, a revolução industrial e, mais recentemente, a manipulação genética (Melo e Pimenta, 1993). Cada uma destas transformações no modo de vida das populações humanas correspondeu a alterações mais ou menos drásticas nos padrões sociais e também no modo de exploração dos recursos. Progressivamente, o território humanizou-se e o ritmo de exploração dos recursos naturais tornou-se, em muitos domínios, mais acelerado que a capacidade de auto-recuperação dos ecossistemas.

2.1.2. As sociedades industriais e o Ambiente: desenvolvimento, progresso e ambiente

É precisamente à luz da perspectivação que aqui tem vindo a ser desenvolvida que deveremos interpretar os conceitos (ou ideais) de progresso e de desenvolvimento. Os termos “progresso” e “desenvolvimento” representam hoje, para a maioria das sociedades, um ideal a atingir, mobilizando fortemente a acção

colectiva, constituindo-se como *meta-ideologias*. De facto, e independentemente dos agentes recrutados e das estratégias delineadas, de se seguir um modelo neo-liberal onde o mercado é a palavra de ordem, ou de se cumprirem os planos ditados por uma estrutura fortemente estatizada, o que tem vindo a transversalizar os mais variados modelos de sociedade é a vontade de um crescimento económico assente na ampla capacidade de exploração e aproveitamento dos recursos. Para patentar este ponto de vista basta atendermos à importância atribuída – a Leste, a Oeste, a Norte e a Sul – ao industrialismo e à tecnologia como formas de interferir no meio físico. Neste sentido, *desenvolvimento* significa a libertação humana dos envoltórios e constrangimentos naturais que obstam a sobrevivência e a qualidade de vida humanas, uma vez que a natureza tem dinâmicas próprias que nem sempre coincidem com as necessidades e desejos do Homem. Consequentemente, a noção de *progresso* traduz a acumulação de mecanismos e instrumentos que resultem numa capacidade progressiva de actuar sobre o ambiente físico, explorando-o e adequando-o aos moldes humanos.

Embora desde sempre as sociedades humanas tenham interferido nos processos naturais, evitando ameaças naturais e tirando partido do meio ambiente, só recentemente essa acção se tornou amplamente nociva, senão mesmo catastrófica. Para a maioria dos sociólogos do ambiente a génese da acção delapidadora do Homem face à natureza tem coordenadas bem definidas no tempo e no espaço, devendo ser procurada, precisamente, na Europa Ocidental, durante o decurso da revolução industrial. Argumentos de várias ordens são apontados para justificar tal localização espaço-temporal. Com o advento da revolução industrial, o complexo científico-tecnológico-industrial (que constitui o aparelho de suporte das sociedades modernas e que determina, em primeira e última instância, a relação destas com a natureza) começa a dar os primeiros passos para de seguida se desenvolver espectacularmente. Como consequências imediatas deste fenómeno temos uma nova redistribuição territorial das populações humanas, que passam também a existir em maior número e a consumir/exigir mais do meio ambiente. Concomitantemente, as sociedades humanas vêm as suas capacidades de exploração e intervenção sobre a realidade largamente fomentadas, fazendo uso delas por forma a pôr fim àquilo que comumente designado por “sociedade de escassez”. A melhoria das condições de vida das populações humanas, a par das espectaculares transformações sociais e ambientais, ajudaram a alicerçar uma representação fortemente antropocêntrica da

relação do Homem com a natureza: o Homem era o ser eleito da criação, o seu bipedismo havia-o levado a erguer a cabeça sobre a natureza, que existia de forma ilimitada para o servir. A exploração de outros continentes e o afluxo ininterrupto de mercadorias e matérias-primas às metrópoles europeias consubstanciava mais ainda esta crença na inesgotabilidade dos recursos naturais. A própria Economia, que é, por definição, a ciência que se ocupa da escassez dos recursos, deixa de dar tanta atenção às questões relacionadas com a finitude dos mesmos para passar a preocupar-se mais com os factores que promovem o desenvolvimento. Ao serviço do Homem e do humanismo estariam o positivismo e a racionalidade, expressos em modelos científicos que se traduziriam em produções tecnológicas e industriais, em bens de consumo.

Este é o contexto em que se moldaram muitos dos processos actualmente ainda patentes em muitas sociedades, com particular destaque para as já mencionadas metas sociais de progresso e de desenvolvimento: é neste momento histórico que elas ganham o conteúdo e os contornos que ainda hoje lhes conhecemos. A sociedade industrial funciona com base em permissas ample discretamente difundidas, num “Dominant Social Paradigm”, que Catton e Dunlap apelidam de “Human Excepcionalist Paradigm” por nele se conceber o Homem como um ser superior à natureza, livre de compromissos e constrangimentos ambientais.

Imediatamente a seguir à II Guerra mundial, os avanços realizados durante o esforço de guerra pelos complexos científico-tecnológico-industriais dos países em conflito começaram a transbordar para a sociedade civil. Este período de reconstrução e reestruturação das potências beligerantes (na sua maioria ocidentais) constitui um outro marco capital no decurso da relação delapidadora do Homem com o Ambiente. As situações de escassez profunda experimentadas durante a guerra acalentaram as ambições de uma vida abundante, livre de privações. As tendências iniciadas com a revolução industrial são aqui agudizadas e radicalizadas: a população volta a aumentar em flecha, vivendo mais anos e consumindo mais. Nalguns países do globo, naqueles designados por capitalistas, os elevados índices de consumo tornam-se mesmo uma condição de sobrevivência e um indicador da boa saúde do sistema. As consequências ambientais não se fazem tardar e por finais da década de sessenta, princípios da de setenta, começam a surgir os primeiros sinais de crise ambiental à escala global.

Estava concluído o processo de domesticação da natureza e iniciava-se um período de reflexão progressiva sobre os efeitos perversos da acção humana perante aquela.

2.1.3. A visibilidade social das questões ambientais: o ambiente enquanto factor de preocupação e mobilização social

O alerta de que estavam a ser infligidos rudes golpes à natureza veio da comunidade científica, a única suficientemente próxima dessas realidades e dotada de meios humanos e técnicos por um lado, e possuidora da capacidade de divulgar e erigir os problemas ambientais enquanto problemas sociais, por outro. De facto, e inicialmente, se para algumas populações localizadas em espaços bem definidos os problemas ambientais se faziam sentir de forma directa, para a maioria da população estes eram uma realidade alheia ao seu quotidiano, tanto mais que a compreensão de alguns desses fenómenos – devido à natureza dos próprios problemas – passava por abstracções que o comum dos cidadãos não podia desenvolver.

Assim, é lícito afirmar que os problemas ambientais inicialmente preocuparam apenas um grupo bastante restricto da população ocidental. No entanto, esse grupo conseguiu difundir e fazer aceitar uma ideia radicalmente nova, a saber, a de que existem problemas ambientais graves, sendo eles o resultado não de processos intrínsecos ao funcionamento da natureza, mas não à regionalização! da acção humana e do modo de vida que as sociedades humanas perseguem e praticam. Curiosamente, a aceitação deste argumento vai beneficiar de um contexto muito particular, que é o da Guerra Fria e que fazia pesar sobre o mundo o fantasma da catástrofe nuclear. A noção de que o ser humano dispunha de mecanismos capazes de destruir por completo a vida no planeta enraizou-se, e o medo de uma crise ambiental à escala global foi crescendo, confundido com o pavor de uma catástrofe nuclear. De facto, não podemos deixar de referir, num dado ponto da história, a total comunhão entre os movimentos pacifista e ambientalista; o primeiro foi perdendo expressão, ao passo que o segundo não tem parado de aumentar. Por outro lado, e em simultâneo, com a progressiva urbanização do modo de vida das populações começa a desenhar-se um sentimento generalizado de afastamento em relação à natureza, o que contribuirá para uma revalorização daquela, e uma procura de reatamento dos laços.

No final da década de sessenta e início da de setenta existe já, nos países mais avançados, uma opinião pública fortemente familiarizada com as questões ambientais, tendo à sua cabeça núcleos de intervenção e pressão particularmente activos. Este movimento social emergente leva a que passe a ser feito um aproveitamento político das questões ambientais, que se constituem assim como um novo sector do mercado político. Paralelamente, os problemas energéticos (directamente relacionados com a esfera económica, aquela a que os poderes instituídos se tinham vindo a mostrar tradicionalmente mais sensíveis) com particular destaque para a crise do petróleo, chamam definitivamente a atenção do poder político das nações para a necessidade de uma responsabilização e intervenção na área do ambiente. A criação de ministérios e institutos nacionais, bem como a realização de cimeiras a nível mundial são elementos que atestam a importância atribuída actualmente às questões ambientais.

2.2. Agricultura e Ambiente: síntese dos principais problemas ambientais

No conjunto de actividades desenvolvidas pelas sociedades humanas com vista à melhoria das condições de vida e que acabam por ter efeitos destrutivos sobre a natureza, a agricultura beneficiou, durante muito tempo, de uma imunidade e simpatia especiais. A pressão das dinâmicas civilizacionais fez com que os espaços e modos de vida urbanos absorvessem cada vez um maior número de indivíduos, distanciando-os dos ambientes alterados e naturais. O mundo rural, quer enquanto local físico, quer entendido enquanto universo simbólico, é representado como um espaço ainda fortemente naturalizado, tradicional e portador de uma certa inocência primeva. O facto da maioria das actividades de recollecção terem lugar fora da realidade social do grosso das populações das sociedades contemporâneas avançadas leva a que se perpetue esta imagem idílica e irreal dos espaços rurais. Porém, a actividade agrícola não se faz sem prejuízos e chega mesmo, por vezes, a ferir de forma profunda o equilíbrio ambiental.

Desde há milénios que a agricultura tem transformado a paisagem e interferido nos ciclos naturais sem, contudo, causar danos irreparáveis ao ambiente. Como vimos, a população humana era relativamente pouco numerosa, distribuindo-se por amplas áreas territoriais, estando dotada de fracos meios que lhe permitissem transformar abruptamente a paisagem, sendo possível aos ecossistemas recuperarem das acções

sobre eles cometidas. Durante milhares de anos os métodos de trabalho agrícola mantiveram-se essencialmente os mesmos. Com o “boom” populacional iniciado com a revolução industrial, novas exigências foram feitas relativamente aos índices de produção e produtividade agrícolas. A indústria, por sua vez, acabou por subjugar a agricultura, solicitando-lhe níveis de produção sem precedentes. A introdução de novas infra-estruturas agrárias, de métodos e técnicas inovadoras e de novas concepções da prática agrícola fizeram da agricultura um sector económico onde se iam acumulando fortes mecanismos de intervenção no ambiente físico. Por seu turno, sob o incremento progressivo do industrialismo, os esforços produtivos passam a visar cada vez mais a produção para o mercado e a obtenção de lucro. Consequentemente, o nível de expectativas dos agricultores é inflacionado, o que acaba por conduzir a uma procura crescente de um modelo agrícola aliado às lógicas de mercado e ao abandono progressivo das práticas policulturais que tinham por objectivo garantir a auto-suficiência.

Com o final da II Guerra Mundial torna-se imperioso reconstruir as nações afectadas pelo conflito, merecendo a questão alimentar uma particular atenção. A agricultura acaba por ser absorvida e envolvida num conjunto mais amplo de transformações sociais, donde voltamos a destacar o aumento da eficácia do aparelho científico-tecnológico-industrial e, no caso específico do mundo ocidental, a progressiva expansão e proliferação do capitalismo e das dinâmicas de mercado. A actividade agrícola intensifica-se, mecaniza-se e passa a incorporar produtos químicos em larga escala. Grandes manchas florestais e sebes de protecção são erradicadas por forma a permitir a utilização de maquinaria. As lógicas da racionalidade económica pressionam no sentido da monocultura o que, conjuntamente com o motivo apontado anteriormente, promove a descaracterização e homogenização da paisagem, bem como a erosão dos solos e, em último grau, a desertificação. O abate das zonas tampão vulnerabiliza os campos de cultivo deixando-os à mercê de ataques de pragas, o que conduz ao uso de pesticidas que irão, por sua vez, poluir os cursos de água e as águas subterrâneas. O abandono do gado potencia todo este processo de danos ambientais: ao substituir-se o gado (que é a principal origem da matéria orgânica) por maquinaria consumidora de energia externa ao sistema, aumentam-se os custos de produção – que de alguma forma terão de ser compensados – e fomenta-se o uso de adubos químicos.

A agricultura torna-se uma actividade anexa à actividade industrial, reproduzindo-a e imitando-a nas suas formas de produção. O modelo produtivista e mercantilizado da produção agrícola ganha ainda mais força aquando da intervenção política de alguns estados europeus, que criam uma Política Agrícola Comum com vista a tornar a Europa do pós-guerra auto-suficiente em termos alimentares. Na posse de alta tecnologia e satisfação, a exploração dos recursos vai cada vez mais longe, procurando-se maximalizar a produção e o rendimento; só que nesta perspectiva vai-se consumindo para além dos limites de explorabilidade dos recursos: consomem-se não só os juros do capital “natureza” como o próprio capital (Pessoa, 1993). A agricultura, apesar de continuar a implicar uma interacção directa entre os agentes agrícolas e a natureza, acompanhou todo o processo de industrialização e modernização das sociedades humanas, o que redundou numa exploração excessiva e desregada do mundo físico e ambiental.

3. A REFORMA DA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM (PAC)

3. 1. Contexto histórico e político da reforma da PAC

De modo a assegurar a auto-suficiência alimentar e a diminuir a dependência externa em termos de produção agrícola, em 1957 os então cinco Estados-membros da Comunidade Económica Europeia assinaram o Tratado de Roma, que instituiu, no capítulo agrícola, a primeira política europeia: a Política Agrícola Comum (PAC). Sucintamente, os objectivos fundamentais da PAC assentavam no aumento da produtividade agrícola, no aumento dos rendimentos da população agrícola, na estabilização dos mercados, na garantia de segurança dos abastecimentos e na manutenção de preços razoáveis aos consumidores.

Os três princípios que guiaram a concepção da PAC – unicidade do mercado, preferência comunitária e solidariedade financeira – visavam, por um lado, dar corpo à ideia europeia e, por outro lado, aumentar a produção agrícola. O instrumento privilegiado das Organizações Comuns de Mercado (OCM) foi a garantia de preços. Sublinhe-se que neste estágio a PAC conferia um papel muito marginal aos aspectos sócio-estruturais da agricultura. Todavia, os seus impactes sobre as estruturas foram consideráveis, conduziram ao desenvolvimento de um modelo de exploração que podemos qualificar por produtivista ou intensivo (Jollivet & Fizner, 1996).

Passados cerca de vinte anos, o sucesso da PAC foi de tal ordem que aqueles objectivos inicialmente traçados foram atingidos. Se se pretender situar os primeiros indícios de crise da PAC, eles localizar-se-ão no preciso momento em que esta revelou a sua plena eficácia. Como refere Mormont (1994), se esta política está em crise, não é por ter fracassado economicamente, mas não à regionalização! por ter tido demasiado êxito.

A partir da década de 70, os excedentes agrícolas aumentaram consideravelmente, em simultâneo com os seus custos de armazenagem e de escoamento para os mercados mundiais. Neste sentido, um dos principais obstáculos à persecução desta política residiu no facto, de em termos orçamentais, se ter tornado insustentável. Os *stocks* reguladores da estabilidade dos preços agrícolas converteram-se em excedentes nas principais produções agrícolas comunitárias, como é o caso dos cereais e carne de bovino, entre outros, assumindo progressivamente custos inoportáveis num duplo sentido. Por um lado, devido às próprias despesas de armazenagem dessas produções e, por outro lado, dada a crescente necessidade de escoar estes produtos para os mercados mundiais. Tal originou efeitos prejudiciais, visto que os preços do mercado mundial são inferiores aos que são pagos aos agricultores comunitários, levando a Comunidade Europeia (CE) a aumentar as verbas destinadas às subvenções à exportação. Este último ponto foi, de facto, uma das principais causas de diferendo entre a CE e os EUA, levando mesmo ao arrastamento das negociações do GATT (Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio), uma vez que as exportações subsidiadas dos países da CE originavam distorções comerciais internacionais.

O compromisso por parte da CE em reduzir em 21% as exportações agrícolas que beneficiem de restituições, no período de 6 anos acordado nas negociações do GATT, constituiu, em larga medida, a inevitabilidade do aprofundamento da reforma da PAC. Este facto tem tanto mais importância se se atender ao alargamento da CE aos países do Leste da Europa, o que trará dificuldades acrescidas à implementação dos acordos do GATT, além dos constrangimentos previsíveis sob o ponto de vista orçamental. Neste sentido, a evolução futura da PAC terá de ter em consideração a gradual eliminação das formas de protecção do sector agrícola e, simultaneamente, a redução dos preços dos produtos agrícolas, de forma a aproximá-los dos preços mundiais, aumentando a sua competitividade nestes mesmos mercados internacionais.

Além destes factores, por muitos autores considerados os fundamentais, a conjugação de outros foram também eles demonstrando a necessidade de se proceder à reforma das regras da PAC.

Apesar dos custos da PAC, o rendimento médio dos agricultores continua abaixo do dos outros sectores, com a agravante de os apoios terem sido mal distribuídos. Viladomiu (1994) refere a este respeito que 80% dos gastos do FEOGA (Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola) beneficiaram unicamente 20% dos agricultores comunitários, essencialmente os detentores de grandes explorações e os produtores de produtos continentais ou tradicionais da CE.

Os consumidores europeus, pelo facto de pagarem os produtos agrícolas a preços superiores aos do mercado mundial, foram, ao longo destes anos, mostrando o seu desagrado, tanto mais que encararam esta medida como um subsídio inútil aos excedentes agrícolas, evidenciando o desacoplamento entre a produção e as necessidades reais em matéria agrícola. Acrescente-se a isto o facto de os consumidores virem evidenciando o seu descontentamento por esta política ter, ainda, impactes extremamente nefastos quer no ambiente rural, quer na qualidade dos produtos agrícolas.

O encorajamento de processos tais como a intensificação, a especialização e a concentração excessivas da produção mostrou-se perverso, não só em termos ambientais como em termos sociais e territoriais.

A modificação das práticas e técnicas agrícolas utilizadas teve um enorme impacto sobre o ambiente, ao ponto de se questionar a própria reprodução agrícola de alguns espaços (regiões) da CE. Refira-se a este propósito a redução da fertilidade dos solos (erosão), a poluição das águas subterrâneas, a diminuição da resistência dos agro-ecossistemas e o empobrecimento da diversidade genética (biodiversidade), a presença de resíduos tóxicos nos produtos agrícolas, a uniformidade da paisagem, etc.. Estes factos são, em larga medida, originários da enorme utilização de produtos químicos, da criação intensiva de animais, da crescente dimensão das explorações e da modificação das suas infra-estruturas, e, da marginalização e abandono de outras.

Os limites da PAC, surgidos no decurso dos anos 80, podem então, esquematicamente, ser recenseados em quatro grandes tipos: limites sociais, traduzidos na diminuição considerável do número de explorações na CE, diminuição que favoreceu a manutenção ou o crescimento do rendimento agrícola individual.

Porém, não evitou a irregularidade registada na evolução dos rendimentos individuais dos agricultores, durante os anos 80; limites relativos ao ordenamento do território, verificáveis no favorecimento de especializações regionais em detrimento da ocupação do espaço rural e, do próprio, ordenamento do território; limites ambientais, traduzidos na degradação da qualidade das águas subterrâneas através do aumento dos nitratos, na erosão dos solos, na acumulação de resíduos devidos às práticas culturais intensivas, nos riscos da saúde, quer dos trabalhadores agrícolas, quer dos consumidores, provenientes do emprego massivo de produtos fitossanitários, na destruição de habitats de fauna e flora selvagens e na degradação das paisagens tradicionais; e limites orçamentais, repercutidos num orçamento que canaliza ligeiramente mais de 50% do total do orçamento comunitário.

Estes últimos factos deixam já antever a importância que doravante assumirá a coesão económica e social do espaço da CE. A competitividade e o liberalismo económico (dentro da Europa) gerou uma agricultura a duas velocidades, com graves desequilíbrios regionais. A par com a sobre-exploração das regiões mais desenvolvidas, onde a agricultura industrializada beneficiava da parte mais importante das ajudas económicas, coexiste a sub-exploração das regiões periféricas desfavorecidas, em que a sua agricultura marginalizada não consegue fixar as suas populações e, conseqüentemente, levando ao abandono das terras. Estas últimas regiões, mais que penalizadas pelas suas desvantagens vinculadas às condições naturais, como seja o solo, clima, relevo, são-no fundamentalmente pela sua distância física e social dos pólos ou centros industriais da Europa. Neste contexto, assiste-se progressivamente a uma deslocalização da produção agrícola para umas regiões em detrimento de outras, processo a que Mormont (1994) define como a desterritorialização da agricultura.

Em articulação com este fenómeno e com a dualidade agrícola regional, os diferentes países da CE foram exprimindo por intermédio de argumentos distintos, e mesmo contraditórios entre eles, as razões do seu descontentamento. Os países do Sul mostraram a sua preocupação pela desvantagem comparativa das suas produções com as da agricultura continental. A Inglaterra, dada a reduzida importância do seu sector agrícola (daí que canalize poucos apoios dos fundos europeus), discorda da distribuição orçamental. A Alemanha, embora pretenda assegurar as elevadas protecções aos seus agricultores, não aceita realizar maiores esforços orçamentais. No caso da França, o maior produtor agrícola europeu, face à mudança em curso da PAC, não pretende abdicar dos direitos adquiridos, perante possíveis ameaças para os seus agricultores, como o alargamento da CE e a implementação dos acordos do GATT.

3. 2. As primeiras reformas da PAC

Por todas estas razões, em especial as económicas e as políticas, a reforma da PAC tornou-se inevitável. Deste modo, desde meados dos anos 70 tem-se vindo a assistir a algumas intervenções no sentido de inverter as tendências perversas atrás enunciadas, particularmente aquelas que dizem respeito às questões orçamentais. A exemplo disto, enuncie-se o primeiro programa de assistência às regiões de montanha e zonas com desvantagens naturais em 1975, a imposição das taxas de corresponsabilidade em 1979, que penaliza os agricultores em casos graves de sobreprodução no sector do leite e dos cereais, as quotas leiteiras em 1984, o regime de estabilizadores em 1988, ou seja, as quantidades máximas asseguradas por preços de garantia nas diferentes OCM, de modo a controlar a produção e, consequentemente, os gastos comunitários. Para tal, desencadearam-se pequenas alterações na política de estruturas, consignadas no Reg. 797/85, para as adequar a estas medidas de controlo.

Mais tarde, em 1987, implementaram-se as primeiras ajudas destinadas a fomentar a reconversão e a extensificação da produção, sucedidas em 1988 pelos apoios concedidos à retirada das terras (*set-aside*), ao abandono antecipado da actividade agrícola (pré-reforma), também elas tendentes à redução da produção.

Em paralelo, e na sequência do conhecimento público de um importante relatório elaborado pela CE em 1988, o *Futuro do Mundo Rural*, onde são apontadas as primeiras tendências e os problemas-tipo que ocorrem nos espaços rurais, bem como as preocupações centrais do desenvolvimento futuro desses mesmos espaços, começa a verificar-se uma significativa mudança no discurso comunitário. É, neste contexto, que o desenvolvimento agrícola vai dando lugar ao desenvolvimento rural, à melhoria dos rendimentos agrícolas, por aumento e fomento da pluriactividade, a actividade agrícola passa a ser delineada como uma entre outras que se operam no espaço rural, deixando o desenvolvimento deste espaço de se basear na ou unicamente na agricultura. Assinale-se também a maior preocupação pelas questões ambientais directamente articuladas com a actividade agrícola. A este respeito refira-se a publicação, no mesmo ano, do documento da Comissão intitulado *Agricultura e Ambiente*, onde se realçam os problemas ambientais do desenvolvimento agrícola.

Não obstante esta assinalada mudança ao nível do discurso comunitário, o regime de apoios orçamentais para conseguir os objectivos descritos nestes relatórios mantiveram-se muito pouco significativos. Por um lado, a secção Orientação do FEOGA que financia estes objectivos é apenas 5% do total do orçamento daquele fundo. Por outro lado, as medidas consignadas naqueles objectivos realizam-se em regime de co-financiamento com os Estados-membros, os quais suportam, normalmente, 50% do financiamento, baixando para 25% nas regiões desfavorecidas.

Apesar destas alterações que a partir dos anos 80 se foram processando na PAC, os principais objectivos visados, tais como a redução dos preços agrícolas e da produção e a contenção orçamental, não foram substancialmente atingidos. Ao longo destes anos a agricultura europeia demonstrou uma enorme capacidade de adaptação. O exemplo mais elucidativo desta flexibilidade foi o rápido crescimento da produção de produtos não submetidos a nenhum tipo de restrições (veja-se o caso das oleaginosas e da carne bovina). Face à queda de rendimentos verificada nas produções de cereais e de leite (por um lado, devido às taxas de corresponsabilidade dos cereais, acompanhadas de uma redução progressiva dos seus preços e, por outro lado, devido às quotas leiteiras), os agricultores comunitários rapidamente as foram substituindo pela produção de oleaginosas e de carne bovina, respectivamente, passando a ser, também estas produções, excedentárias.

Embora os gastos orçamentais comunitários não tivessem baixado, esta situação agravou as tensões internacionais. Após as primeiras negociações comerciais multinacionais em 1960-62, a então CEE conseguiu impôr o seu sistema protecctionista baseado nas suas principais produções, tendo dado contrapartidas assentes nas baixas ou nulas taxas aduaneiras de uma outra série de produtos, entre os quais se destacam as oleaginosas. De certo modo, foi esta a principal produção agrícola com que os EUA conseguiram penetrar na CE, sendo também a responsável pelo amortecimento das tensões entre estes dois espaços comerciais. A partir do momento em que a agricultura europeia se foi adaptando às novas condicionantes das alterações da PAC, os EUA foram, simultaneamente, perdendo importância como grandes exportadores de oleaginosas para a Europa. Tal facto levou a que os EUA transportassem para as negociações do GATT as denúncias de ilegalidade das ajudas concedidas pela CE a estas produções, tendo sido estas práticas condenadas, em Março de 1992.

3. 3. A reforma da PAC de 1992

Foi precisamente perante todo este cenário que em Maio de 1992 surgiu um novo processo evolutivo da reforma da PAC, bastante mais profundo e inovador. A filosofia base desta reforma caracterizou-se, fundamentalmente, pela substituição da garantia de preços e de mercados por ajudas directas aos agricultores, por forma a compensá-los das perdas de rendimentos originadas não só pelo ajustamento ou aproximação aos preços mundiais, como também pela retirada de terras à produção.

Este modelo, na realidade, não é mais que uma implementação do sistema clássico dos *deficiency payments*, com a particularidade das compensações passarem a ser calculadas em função da produção média regional realizada nas três últimas campanhas (níveis de produção históricos), sem que os aumentos produtivos futuros tenham direito a qualquer tipo de indemnização. Para tal, processou-se uma reorientação nas principais OCM, comportando três aspectos: uma baixa de preços (a introdução de preços indicativos nos cereais reduzidos em 29% e a diminuição do preço de intervenção em 15% na carne bovina); um sistema de pagamentos compensatórios não ligados directamente à produção, mas não à regionalização! às superfícies (oleaginosas) e aos rebanhos de referência (ovinos) apoiados em médias de produtividade regional; e um incitamento ou uma obrigação à redução da produção - mecanismos de controlo da oferta (seja pelo *set-aside*, pela extensificação ou ainda pela diminuição obrigatória imposta pelas quotas leiteiras e de açúcar). Paralelamente, foram suprimidas as taxas de corresponsabilidade no caso dos cereais e do leite.

Estas reformas implementadas nas diferentes OCM foram completadas pelas medidas de acompanhamento que visaram três grandes objectivos: (i) favorecer a instauração de regimes de reforma antecipada; (ii) fomentar a utilização de terras para fins silvícolas; e (iii) conceder ajudas para a protecção do ambiente, da paisagem e dos recursos naturais.

O primeiro, o regime de reforma antecipada (Reg. 2079/92), destinou-se à concessão de ajudas aos agricultores e trabalhadores agrícolas, com um mínimo de 55 anos de idade, de modo a que possam cessar a sua actividade antes da idade normal de reforma. Estes apoios assumem diferentes formas, tais como prémios à cessação da actividade; subsídios anuais, não proporcionais à superfície de terras libertadas; prémios anuais por hectare de terra libertada; e complementos de reforma quando esta se estime insuficiente. As terras abandonadas pelos agricultores poderão ser cedidas a

novos produtores, respeitando as exigências de protecção do ambiente, ou ainda ser utilizadas para fins não agrícolas em condições compatíveis com a manutenção ou melhoramento da qualidade do ambiente e do espaço rural.

No que concerne às ajudas às medidas florestais (Reg. 2080/92), elas têm por objectivo oferecer uma utilização alternativa às terras agrícolas, incentivando actividades florestais nas explorações agrícolas. Para tal, instituem um regime de ajudas destinadas a cobrir as despesas de arborização, prémios anuais por hectare arborizado, quer para cobrir os custos de manutenção, quer para compensar perdas de rendimento, bem como ajudas aos investimentos relativos a melhoramentos das superfícies arborizadas.

Quanto às últimas medidas, comumente apelidadas de medidas agro-ambientais, instituídas pelo Reg. 2078/92, destinaram-se, *grosso modo*, a favorecer a utilização de métodos e práticas agrícolas mais compatíveis com as exigências da protecção do ambiente, da preservação do espaço natural e das paisagens. Entre outras, mencionem-se as medidas referentes às práticas de produção que diminuem os efeitos poluentes na agricultura; à extensificação das produções vegetais e animais; à manutenção de terras agrícolas e florestais abandonadas; à retirada de terras agrícolas a longo prazo, com fins vinculados ao ambiente; e à sensibilização e formação dos agricultores em matéria de produção agrícola compatível com a conservação do espaço natural. O regime de ajudas a estas medidas assume a forma de prémios anuais por hectare ou por cabeça de gado para os agricultores que aceitem implementá-las por um período mínimo de 5 anos, à excepção da retirada de terras em que o compromisso é de 20 anos.

No que diz respeito a todas estas medidas de acompanhamento, refira-se que funcionam em regime de co-financiamento com os Estados-membros, os quais, caso as queiram implementar, assumem taxas de responsabilidade financeiras de 25% ou 50% consoante as regiões em causa. Isto é, a CE tem maior participação orçamental (e os Estados-membros menos) nas regiões marginais. Realce-se ainda que estas medidas se sobrepuseram às medidas estruturais com os mesmos fins, que em anos anteriores haviam entrado em funcionamento, em concreto as introduzidas em 1987 e 1988, já atrás enunciadas.

De certo modo, a reforma da PAC de 1992, além de ser um processo evolutivo fortemente vinculado às especificidades contextuais da época, não é mais que um afinamento das propostas do plano MacSharry apresentadas em 1991, as quais

permitiram desbloquear o impasse das negociações do GATT. Destaque-se, como refere Burrell (1992), outras características positivas destas propostas, além da anteriormente referida, tais como: (i) a vontade de simplificação, tanto no sector cerealífero, com a eliminação dos "preços de compra" e com a supressão das medidas anteriormente acumuladas, (*e.g.* as taxas de corresponsabilização e os estabilizadores), como no sector leiteiro, com a simplificação da base legislativa das quotas; (ii) a oferta aos agricultores de um horizonte a médio prazo para melhor poderem planear as suas acções, visto que estas propostas não entraram em pleno vigor antes de 1997, até esta data existiu um período de transição com medidas previamente definidas detalhadamente; (iii) um esforço para impôr maior coerência entre as medidas que tocam em produtos concorrenciais e entre as medidas complementares para os mesmos produtos; e, por último, (iv) uma maior preocupação relativa ao respeito pelo ambiente, salientando-se os pousios temporários ou rotativos, a adopção de métodos de produção mais extensivos, não só no sector vegetal, como no animal, e os programas de acção agro-ambiental e de reflorestação.

À margem da reforma, foram também introduzidos, em 1992, os conceitos comunitários de denominação de origem protegida e de indicação geográfica protegida (Reg. 2081/92) que vieram dinamizar no mercado europeu os produtos-tipo de certas regiões.

Os princípios desta reforma contêm, assim, algumas respostas às críticas dirigidas contra a PAC. No essencial, a reforma da PAC põe em causa o modelo produtivista dissociando, parcialmente, o apoio recebido pelo agricultor do seu nível de produção. Procedendo deste modo, ela torna relativamente vã a corrida aos rendimentos e, por isso mesmo, contribui para diminuir a pressão das práticas culturais e dos *inputs* industriais sobre o ambiente (Jollivet & Fizner, *idem*).

As ajudas compensatórias poderão surgir como um primeiro passo para a remuneração de serviços prestados pela agricultura ao ambiente, à manutenção do espaço rural e ao ordenamento do território.

3. 4. Reacções à reforma da PAC

Apesar dos esforços alcançados pela reforma da PAC, tendo apresentado já significativas vantagens como a diminuição dos excedentes e o aumento do

rendimento dos agricultores e do consumo interno, aquela não conseguiu de todo romper com alguns entraves do passado.

As ajudas directas aos agricultores, contrariamente à proposta inicial do plano MacSherry, não se modularam em função do nível de rendimento dos agricultores, nem têm efeitos redistributivos. Ao invés, articulam-se em relação directa com os níveis de produção históricos, mediante compensações por superfície, proporcionais aos rendimentos médios das regiões. Neste sentido, continua-se a apoiar mais quem mais produzia e produz. Tal facto leva a que, por um lado, se tenha continuado a financiar precisamente as regiões mais desenvolvidas da Europa e que mais beneficiaram com o orçamento do FEOGA. Por outro lado, os problemas ambientais destas regiões continuam a arrastar-se, visto que se prossegue o apoio à forte produtividade recorrendo-se crescentemente à utilização de produtos químicos e, simultaneamente, as regiões menos favorecidas verificam repetidamente os seus problemas ambientais e sociais (abandono das terras e das populações, respectivamente) alastrarem-se, dado que não conseguem canalizar verbas substantivas para inverterem esta tendência.

Relativamente às restrições quantitativas, também, as quotas directas à produção consagram direitos adquiridos aos produtores existentes. Permitem manter os preços relativamente elevados por intermédio do controlo da oferta e do impedimento da entrada de novos agricultores, reduzindo, por conseguinte, a competitividade dos preços (contrariamente às orientações do mercado único) e a eficiência dos agricultores favorecidos.

Por sua vez, este mecanismo das quotas implica dentro da CE distorções e mesmo tensões entre os Estados-membros. Veja-se, a título de exemplo, as variações dos níveis de quota adjudicada *per capita* a cada Estado-membro. Segundo dados de Viladomiu (1994), o caso do leite oscila entre 1.440 Kg na Irlanda e 54 Kg na Grécia e, no caso do açúcar, entre 83 Kg na Bélgica e 7 Kg em Portugal. Neste sentido, os países deficitários destes produtos subvencionam os países excedentários cada vez que consomem as suas produções, com a peculiaridade dos seus preços serem superiores aos do mercado mundial (refira-se o preço do açúcar que é, na CE, quatro vezes superior ao preço mundial).

A separação entre as ajudas e a produção - *pure decoupling* -, a qual favorece a liberalização dos mercados agrícolas, é ainda parcial. Este cenário poderá provocar novas tensões nas futuras negociações do GATT agendadas para 1999, dado que ainda

subsistem algumas restituições à exportação e preços de produtos agrícolas bastante superiores aos do mercado mundial, em especial os submetidos às restrições quantitativas.

As contrapropostas que levaram os países do Sul (nomeadamente, Portugal, Grécia e Espanha) a aceitar, *grosso modo*, as grandes linhas de reforma da PAC de 1992, tais como as ajudas às produções mediterrânicas, particularmente, as OCM da fruticultura, da horticultura, do azeite e do vinho, continuam fora do processo de reforma.

Em termos financeiros, embora as despesas tenham estabilizado, não foi alcançada a tão almejada redução dos custos orçamentais. A actual PAC continua a ser bastante despesista com os produtos excedentários, o que dificulta em larga escala a transferência de verbas substanciais para os programas de desenvolvimento rural (multifuncional e diversificado), para os programas agro-ambientais e mesmo para os futuros Estados-membros da Europa de Leste.

No que se refere às medidas de acompanhamento e dentre estas as medidas agro-ambientais, o instrumento mais inovador da reforma, o seu impacte é extremamente limitado. Estes programas são na maior parte das vezes circunscritos a regiões específicas e o seu financiamento por parte da CE, sem ser negligenciável, é manifestamente pouco significativo quando comparado com as despesas do FEOGA-Garantia. Bontemps e Bureau (1996) exemplificam que enquanto as medidas agro-ambientais somente canalizam 6,5 milhões de ECU para o período de 1994-97, a secção Garantia do FEOGA absorveu 34 milhões de ECU apenas no ano de 1995. Quanto à totalidade das medidas de acompanhamento, segundo dados de 1997, elas apenas canalizaram 1.866 milhões de ECU, o que somente representou 4,6% da secção Garantia do FEOGA.

O facto de estes programas agro-ambientais serem facultativos e co-financiados pelos Estados-membros, por um lado, limita a sua aplicação, tanto mais se se levar em linha de conta o actual contexto de austeridade e rigor orçamental dos países que aderiram ao primeiro pelotão da moeda única, bem como aos que pretendam vir a aderir no futuro. Por outro lado, o co-financiamento e, simultaneamente, a tradução do Reg. 2078/92 para cada Estado-membro potencia os riscos de renacionalização da PAC. Tal como nas medidas de controlo da produção, também aqui poderão existir distorções de concorrência, neste caso ligadas às adaptações nacionais deste regulamento comunitário. Como salientam Bontemps e

Bureau (*idem*) a comparação detalhada dos cadernos de encargos nacionais na gestão destas políticas comunitárias sugere que a fronteira entre a subsidiariedade e a distorção de concorrência é estreita.

Para além das ajudas a uma determinada medida concreta poderem ser extremamente díspares entre os vários países (caso dos prémios à extensificação que oscilam entre 17 e 700 ecus/ha), estas ajudas podem camuflar outros objectivos sobre a cobertura ambiental. Refira-se a este propósito o caso das ajudas à forragem no âmbito das medidas agro-ambientais que podem subsidiar, em larga medida, as explorações que criam gado bovino.

Algumas das medidas agro-ambientais são ainda ecologicamente pouco coerentes e têm uma relação futura de custos-benefícios difícil de prever. Atenda-se por exemplo a uma delas, entre muitas outras, a retirada de terras a longo prazo (20 anos), onde o seu objectivo ambiental se apresenta paradoxalmente ambíguo.

Os próprios objectivos das medidas agro-ambientais, quando introduzidas pela reforma da PAC, não estão indissociados destes factos atrás descritos. Além dos objectivos ambientais, enunciem-se também os referentes aos apoios aos agricultores e à redução da produção agrícola, funcionando estas medidas agro-ambientais quer como ajudas directas aos rendimentos (sob a forma de remuneração pelos serviços prestados à preservação do ambiente), quer como um controlo à produção, mediante quotas indirectas, dado que controlam a produção através dos meios de produção (*e.g.* retirada de terras, níveis de adubação).

Neste sentido, no futuro terá de existir uma maior racionalidade e eficácia na própria aplicação dos apoios de âmbito agro-ambiental, de modo a torná-los mais claros e objectivos, limitando assim as suas ambiguidades. Porém, será necessário também conceder a estes programas maiores compensações e transferências financeiras, tornando-os em alternativas viáveis, não só nas regiões comunitárias menos competitivas, como nas regiões mais desenvolvidas, de forma a generalizar práticas mais consentâneas com a preservação dos bens ambientais cada vez mais preciosos.

Não obstante, este processo não é independente dos contornos que a PAC venha a tomar no futuro. Em suma, tudo dependerá da evolução da PAC. Se se incidir sobre um desenvolvimento do processo de reforma da PAC de 1992 (*restyling*), ajustando-a e afinando-a, manter-se-á, no essencial, o actual modelo assimétrico de

afecção dos fundos agrícolas comunitários, continuando a secção Garantia a canalizar a quase totalidade dos fundos do FEOGA. Se, por sua vez, se encetar um aprofundamento do processo de reforma da PAC, assente, essencialmente, na liberalização dos mercados agrícolas, por intermédio de políticas de *pure decoupling* (separação entre as ajudas e a produção), reformular-se-ão os itinerários técnicos num sentido de uma menor produtividade. Além desta política poder vir a ter efeitos positivos no ambiente, se os pagamentos tiverem em vista objectivos associados à sua preservação, favorecerá, paralelamente, o aumento gradual, mas significativo, de transferências de verbas do FEOGA-Garantia para financiar programas de natureza ambiental, social e rural, ou seja, o desenvolvimento rural integrado.

3. 5. Alternativas à nova reforma da PAC

Fundamentalmente, podemos interrogarmo-nos sobre a capacidade de reforma de 1992 pôr verdadeiramente em causa o modelo produtivista, ao mesmo tempo que permitiu abrir perspectivas de futuro para a agricultura. Na realidade, a reforma da PAC continuou tributária do enclausuramento fixado entre uma política de mercados e uma política sócio-estrutural

Perante as reacções atrás recenseadas, vindas de diferentes quadrantes, que foram emergindo após a reforma da PAC de 1992 tornou-se urgente rectificar e/ou alterar substancialmente algumas das suas regras. Desde então começaram-se a esboçar alguns cenários alternativos ao desenvolvimento futuro da PAC.

A propósito do alargamento da UE a Comissão Europeia elaborou um documento, que apresentou na Cimeira de Madrid no final de 1995, no qual traçou os três cenários de evolução da PAC: o "*status quo*"; o desenvolvimento do processo de reforma de 1992; e a reforma radical da PAC.

O primeiro, não é mais que um cenário de continuação da PAC em vigor. O "*status quo*" assentaria na manutenção dos actuais níveis de suporte de preços de mercado, assim como nos sistemas de ajudas compensatórias à produção directa ou indirecta, as quais seriam continuamente indexadas a níveis históricos de produção e associadas a medidas de controlo directo da produção, como são bem exemplo disso o "*set-aside*", as áreas e rebanhos de referência e os sistemas de quotas de produção.

Este cenário teria como principais desvantagens a necessidade de introduzir medidas de gestão da oferta mais restritivas que as actuais, isto se se pretendesse

garantir o cumprimento dos compromissos do GATT a partir do ano 2000. Deste modo obrigaria a accionar maiores taxas de "*set-aside*" e a cortes ou reduções nas quotas de produção. Por sua vez, a manutenção do actual modelo de afectação dos fundos comunitários destinados ao sector iria continuar a beneficiar e a apoiar os mercados, as regiões e os sistemas de produção historicamente geradores de excedentes. Acrescente-se que para o "*status quo*" vingar teria de se verificar uma de duas premissas: ou observar-se (i) uma evolução dos mercados mundiais que assegurasse a manutenção dos níveis elevados dos preços agrícolas verificados nos últimos anos; ou então existir (ii) uma evolução dos mercados agrícolas comunitários que não provocasse a formação de excedentes de produção.

Relativamente à primeira condição é hoje consensual que os preços dos produtos agrícolas terão tendência a decrescer para valores próximos dos registados na segunda metade dos anos 80, na versão mais pessimista, ou da primeira metade dos anos 90, segundo a opinião dos mais optimistas. Tal situação irá, caso não se reformule a actual PAC, originar, por si só, o aumento dos excedentes agrícolas, podendo inviabilizar os futuros acordos do GATT, além de trazer custos inportáveis para a UE. O decréscimo dos *stocks* anteriormente acumulados na UE deveram-se, essencialmente, aos preços anormalmente elevados dos produtos agrícolas no mercado mundial, não menosprezando as limitações à produção impostas com a reforma da PAC de 1992. Porém, relativamente a este facto sabe-se hoje que a rápida adaptação do sector agrícola da UE às reformas da PAC exige novas orientações. Os sistemas de controlo à produção só a curto prazo operam os resultados desejados, nomeadamente a diminuição dos excedentes.

No extremo oposto a este cenário do "*status quo*" situa-se o cenário do aprofundamento do processo da reforma da PAC, o qual, pelo alcance dos objectivos visados, veio a ser intitulado de reforma radical da PAC. Na realidade este cenário personifica um corte abrupto com as directrizes que sempre foram seguidas pela política agrícola comunitária desde a sua criação.

Em primeiro lugar, o aprofundamento do processo da reforma da PAC assentaria na integral harmonização dos preços agrícolas da UE com os correspondentes do mercado mundial, isto é, reduzir-se-iam os preços de suporte para os níveis dos preços mundiais esperados. Deste modo, as medidas de controlo directo da produção, tais como o "*set-aside*" ou as quotas, seriam eliminadas, uma vez que o próprio mercado passaria a assumir esse papel, e os subsídios à exportação teriam tendência a desaparecer.

Em segundo lugar, preconizaria a introdução de um sistema de ajudas compensatórias totalmente desligado da produção ("*decoupled*"). Ou seja, a filosofia de base da PAC na atribuição das ajudas financeiras deixaria de as entender como uma compensação das perdas de rendimento para passar a vê-las, a partir de então, como uma forma de dar tempo e recursos aos produtores para se poderem adaptar às profundas alterações. Isto porque as decisões dos produtores, neste contexto, ir-se-iam basear numa melhor racionalidade da utilização futura da área agrícola disponível e não, como ocorre actualmente, numa necessidade de satisfazer as exigências regulamentares das ajudas directas à produção. Estas decisões futuras de natureza produtiva e tecnológica poderiam vir a assumir um importantíssimo contributo no crescimento económico da UE, bastante mais assinalável do que o dos actuais sistemas de produção agrícola. Daqui decorre o facto de este sistema de ajudas passar a ser: personalizado, individual e não associado às explorações onde a sua actividade se tem vindo a desenvolver; degressivo para as explorações mais competitivas; e de duração limitada, sensivelmente 10 a 15 anos, ou seja, o referido tempo de apoio para os produtores se poderem adaptar a estas grandes mudanças da PAC.

Em terceiro lugar, a reforma radical pretendia imprimir uma alteração profunda no modelo de afectação dos fundos agrícolas comunitários. O mecanismo a implementar seria o de aumentar as transferências de fundos do FEOGA - Garantia, de forma gradual mas significativamente, para financiar programas regionais de natureza ambiental, social e de desenvolvimento económico das zonas rurais. A eliminação de quantias financeiras exorbitantes do instrumento FEOGA - secção Garantia (como são exemplo os subsídios à exportação, os custos de armazenagem dos excedentes e as ajudas compensatórias), bem como os custos administrativos do processo de organização e de supervisão que o modelo de ajudas directas à produção exige, poderiam vir a ser canalizadas para algumas acções inseridas no FEOGA - secção Orientação (nomeadamente as de âmbito ambiental, social e/ou rural, preferencialmente orientadas para as regiões menos desenvolvidas da UE).

Numa posição intermédia a estes dois cenários extremos, anteriormente descritos, situa-se o cenário do desenvolvimento do processo de reforma de 1992. Este caracteriza-se pela introdução de ajustamentos nas OCM já reformuladas (ex. cereais, carne de bovino, leite e açúcar) e o alargamento às restantes OCM das reformas em curso (ex. vinho, frutas, hortícolas e azeite) mantendo-se, *grosso modo*, o actual modelo de afectação dos fundos agrícolas comunitários. Estas reformas, quer às OCM já sujeitas a tal, quer às OCM a sujeitar a reforma pela primeira vez, visam a

redução dos níveis de suporte de preços para níveis ainda superiores (é o caso do leite e do açúcar, por exemplo) ou idênticos aos dos preços agrícolas mundiais (como sejam os cereais, a carne de bovino, entre outros produtos). Simultaneamente, aquelas desempenharão uma maior eficiência e simplificação dos instrumentos de política de preços e de mercado. Neste âmbito, os compromissos assumidos no contexto dos acordos do GATT teriam condições para vir a ser alcançados, não colocando em causa a necessária reconversão da agricultura comunitária.

As medidas de controlo directo da oferta, como seja o caso do "set-aside" obrigatório e as áreas e rebanhos de referência, deixariam de existir. Também as quotas de produção teriam de reduzir a sua comparticipação subsidiada. Nestas poder-se-iam vir a criar condições que facilitassem uma maior flexibilidade, por um lado, no que respeita a uma maior possibilidade de gestão/transferência de quotas entre produtores e, por outro lado, em autorizar-se a venda no mercado mundial, a preços não subsidiados, das produções que ultrapassassem o estipulado pela quota. Esta última situação poderia aumentar a eficiência dos sistemas de produção actuais, o que seria extremamente vantajoso. A verificarem-se estas reformas diminuir-se-ia, por sua vez, os incentivos em vigor a estas produções. Contudo, na hipótese de se pretender manter um esquema de compensação integral das reduções de preços previstas (dado o desnível entre os preços dos produtos agrícolas no espaço comunitário e os implementados no mercado mundial) poder-se-ão colocar dificuldades de natureza orçamental.

Neste cenário o sistema de ajudas compensatórias manter-se-ia indexado aos sectores e níveis históricos de produção, com possível introdução de compensações adicionais moduladas, por exemplo o plafonamento individual (limiares de produção apoiada por exploração agrícola). Esta situação criaria, indesejavelmente, casos de produtores não eficientes, os quais produziam com o único propósito de não perder os direitos adquiridos dos pagamentos das respectivas compensações. Uma solução para tal seria flexibilizar, também, o aumento das áreas em "set-aside" voluntário com a garantia do pagamento integral das anteriores ajudas compensatórias, o que poderia ser compatibilizado com os objectivos de carácter ambiental. Por exemplo, a resolução das utilizações ineficientes de recursos operadas em largas áreas com reduzidas potencialidades agrícolas, uma vez que a actual natureza das ajudas não o fomentam minimamente.

Nesta eventualidade exigir-se-ia uma maior racionalidade e eficácia na aplicação dos apoios quer de natureza ambiental, quer de natureza social e rural.

Embora os fundos para estas acções continuem a ser muito limitados, visto os mesmos tenderem a concentrar-se no pagamento das ajudas compensatórias indexadas aos sectores e níveis históricos de produção, prevê-se, ainda assim, um reforço que irá aumentar gradualmente. As verbas canalizadas pelo desmantelamento progressivo das medidas de suporte de preços, das ajudas compensatórias à produção e das medidas de gestão da oferta deverão ser integralmente afectadas ao financiamento das acções de âmbito ambiental, sócio-estrutural e de desenvolvimento rural. A acontecer torna-se inequívoco que estas transferências assentem em critérios cada vez mais equitativos e coerentes com os objectivos estratégicos que as suportam.

Deste modo, manter-se-iam também as principais directrizes do actual modelo assimétrico de afectação interregional e intersectorial dos fundos agrícolas da UE.

3. 6. Agenda 2000

Destes três cenários hipotéticos da nova reforma da PAC o desenvolvimento do processo de reforma de 1992 é aquele que melhor sintetiza o documento de base da reforma da PAC - Agenda 2000. A confirmação deste facto foi evidenciada precisamente no Conselho Europeu do Luxemburgo em Dezembro de 1997, quando no mesmo se referiu que urgia prosseguir-se, aprofundar-se, adaptar-se e completar-se o processo de reforma iniciado em 1992. Refira-se que, já em 1995, no documento de estratégia agrícola apresentado no Conselho Europeu de Madrid se propôs o aprofundamento e o alargamento da reforma de 1992, através de uma orientação mais clara no sentido das ajudas directas, em detrimento do apoio aos preços, e do desenvolvimento de uma política rural coerente para acompanhar este processo.

Segundo a Agenda 2000 e, mais precisamente, segundo o documento COM (1998) 158 final, o qual reformulou, desenvolveu e operacionalizou as principais linhas do primeiro, a reforma da PAC era e é inevitável. Vários motivos contribuíram e contribuem para a preponderância deste facto, os quais se poderão subdividir entre desafios de ordem interna e externa.

Quanto aos desafios de ordem interna poder-se-ão evidenciar, sinteticamente, três. Em primeiro lugar, a evolução a longo prazo dos principais mercados agrícolas poderá, no presente contexto, desencadear enormes riscos para a agricultura europeia. Se, por um lado, as perspectivas do mercado mundial prevêm um forte crescimento

da procura a preços remuneradores, por outro, os actuais preços elevados dos produtos agrícolas praticados na UE impossibilitam a competitividade destes na expansão do mercado mundial, além de poderem vir a comprometer os acordos internacionais estabelecidos. Os riscos mais previsíveis desta situação serão o crescimento de excedentes com os custos orçamentais associados e a perda de competitividade da UE tanto no mercado interno como no mundial, com implicações directas no emprego.

Em segundo lugar, alguns dos factos negativos que levaram à implementação da reforma da PAC de 1992 não foram suprimidos ou então foram-no apenas superficialmente. A desigualdade dos apoios da PAC a nível regional, favorecendo as regiões já de si mais desenvolvidas tem repercussões nefastas em termos de ordenamento do espaço rural e de degradação ambiental desse mesmo espaço. Ou seja, além de fomentar o declínio da actividade agrícola em numerosas regiões desfavorecidas, promove, simultaneamente, o desenvolvimento de práticas agrícolas excessivamente intensivas noutras regiões. Este facto, a par dos preços elevados dos produtos agrícolas, tem estado na origem da contestação social à PAC, essencialmente desencadeada pelos consumidores europeus. Daí que se torne premente reconciliar o cidadão com a PAC.

Em terceiro lugar, a diferenciação da agricultura dos quinze da UE ainda não é reconhecida, ou melhor operacionalizada por uma PAC que foi edificada por apenas seis países. Os mecanismos de regulação desta política foram desde então pouco alterados, o que originou a diminuição da eficácia à medida que aumentavam as adesões de novos países à UE, o que se poderá potenciar com a entrada dos países da Europa Central e Oriental (PECO) na UE.

Face a este entrave que se tem vindo a agravar, a UE prevê um novo modelo de gestão mais descentralizado que dê a oportunidade dos Estados-membros resolverem por si mesmos um determinado número de problemas que se reportam às suas especificidades. No entanto, se este novo modelo de gestão não assentar em critérios objectivos e precisos comuns, aliados a mecanismos de controlo rigorosos, os riscos de renacionalização da PAC e de distorção da concorrência dentro da UE poderão criar graves tensões entre os Estados-membros. Daí que a definição de um novo equilíbrio entre a gestão comum e a gestão descentralizada seja vista como um dos principais desafios da UE nos próximos anos.

As razões de ordem externa que impõem a construção de uma nova PAC são, essencialmente, o alargamento futuro da UE e os novos acordos do GATT a negociar

a breve trecho. A praticamente inevitabilidade da entrada dos PECO na UE no contexto da actual PAC, faltando apenas definir o *timing* certo, iria dar maior expressividade aos problemas com que a UE se debate e o aumento dos excedentes, a insolvência orçamental, bem como as implicações negativas que tal facto teria nas futuras negociações comerciais internacionais, juntando-se-lhe, ainda, o aumento da complexidade e da burocracia da PAC.

No que diz respeito às negociações, quer no quadro do novo *round* agrícola da OMC, quer no contexto dos acordos comerciais bilaterais, prevê-se um quadro de continuação da liberalização do comércio, o qual, pelo que se tem destacado até aqui, tem grandes implicações no mercado comunitário. Assim, a UE deverá, antes de encetar estas negociações, definir a política agrícola que pretende implementar nos próximos anos. Isso permitir-lhe-ia não só negociar numa base sólida, como também traçar os limites a aceitar nessas mesmas negociações internacionais.

Perante estes desafios de diferente natureza a Comissão Europeia fixou vários objectivos para a futura PAC:

(i) aumentar a competitividade da agricultura da UE, quer interna quer externamente, de modo a que consiga beneficiar dos desenvolvimentos positivos do mercado mundial sem recorrer excessivamente às subvenções, as quais são cada vez mais limitadas e menos toleradas no plano internacional;

(ii) garantir um nível de vida equitativo para a população agrícola e contribuir para a estabilização dos rendimentos agrícolas;

(iii) fomentar métodos de produção sãos e respeitosos do ambiente, integrando, deste modo, não só os objectivos ambientais na PAC, como também as exigências dos consumidores, no sentido da agricultura europeia lhes fornecer produtos seguros e de qualidade;

(iv) diversificar a agricultura, onde a finalidade não seja só a de produzir, mas igualmente a de manter a diversidade da paisagem e do mundo rural vivo, incitando à manutenção e criação de fontes de rendimento e de oportunidades de emprego alternativos para os agricultores e suas famílias;

(v) simplificar e tornar mais compreensível a política agrícola, em especial no que diz respeito à demarcação clara entre as decisões comuns e as reservadas a cada Estado-membro;

(vi) por último, implementar uma política agrícola capaz de explicar aos cidadãos europeus que as despesas que a mesma assume se justificam pelo facto de comportar funções que a sociedade espera dos agricultores.

3. 7. Propostas da nova reforma da PAC

De modo a responder a todos estes objectivos atrás enunciados, a UE no documento "Agenda 2000" e, posteriormente de forma mais precisa, no documento COM (1998) 158 final enumera as inúmeras propostas técnicas de reforma da PAC, das quais se apresentarão somente as principais de forma resumida .

Ao nível das culturas arvenses, a Comissão propõe uma redução de 20% no preço de intervenção dos cereais (passando de 119,19 ecus/ton para 95,35 ecus/ton), esta redução seria numa só etapa e executar-se-ia no ano 2000. Por sua vez, existiria uma compensação dos produtores de culturas arvenses mediante uma ajuda específica à superfície não ligada à cultura (isto é, um pagamento directo de 66 ecus/ton quer sejam cereais, oleaginosas ou proteaginosas, contra os actuais 54,34 ecus/ton, 94,24 ecus/ton e 78,49 ecus/ton, respectivamente) e cujo valor por ha continuará a ser orientado pelos rendimentos unitários de referência introduzidos no âmbito da reforma de 1992. As proteaginosas beneficiarão de uma ajuda directa suplementar de 6,5 ecus/ton, a fim de garantir a sua relativa rentabilidade face às outras culturas arvenses.

O pousio obrigatório será mantido, mas a sua taxa normal será fixada em 0%, e o pousio extraordinário será abolido. Por sua vez, a retirada voluntária de terras será mantida com uma taxa mínima de 10% e uma taxa máxima de responsabilidade de cada Estado-membro, a qual será compensada por uma ajuda igual à ajuda específica à superfície não ligada à cultura (66 ecus/ton). Este montante poderá ser garantido por um período máximo de cinco anos, para aumentar o impacte ambiental da retirada.

A actual reforma do sector da carne de bovino não é mais do que a consequência, quase automática, da reforma do sector das culturas arvenses. Não trata de problemas específicos do sector, sendo de destacar os referentes ao desequilíbrio estrutural do mercado.

No que se refere à carne de bovino prevê-se uma redução de 30% no preço de intervenção (decrecendo de 2780 ecus/ton para 1950 ecus/ton), a qual será executada de forma gradual, 10% ao ano entre os anos 2000 e 2002. A terceira redução de 10% do nível de apoio será introduzida quando se substituir o regime de intervenção em vigor por um sistema de armazenagem privada do tipo daquele que é utilizado actualmente para a carne de suíno.

Os pagamentos directos passarão a ser elegíveis até 2 cabeças normais por ha (CN/ha) de superfície forrageira e integrando duas componentes: um prémio base comum ao conjunto dos Estados-membros; e um pagamento adicional a definir por cada Estado-membro no contexto de pacotes financeiros nacionais estabelecidos para o efeito. Os prémios base propostos correspondem a aumentos, também eles graduais, por oposição ao decréscimo do preço de intervenção, de 145 para 180 ecus/CN no caso das vacas aleitantes, de 135 para 220 ecus/CN no caso dos touros (bovinos machos não castrados) e de 109 para 170 ecus/CN para os bois (novilhos castrados), estes últimos pagos em duas prestações. Os pagamentos adicionais poderão ser atribuídos por CN ou por ha de superfície forrageira e poderão ser modulados entre as diferentes categorias de bovinos, no respeito por determinados níveis máximos globais (prémio base e pagamento adicional), os quais são de 235 ecus/CN para as vacas aleitantes, 355 ecus/CN para os touros, 530 ecus/CN para os bois e de 350 ecus/ha no caso dos pagamentos adicionais serem atribuídos às áreas de superfície forrageira. Mencione-se, ainda a este título, a instauração de uma ajuda directa às vacas leiteiras baseada num prémio base de 35 ecus/CN e num suplemento nacional que poderá atingir um valor global máximo de 330 ecus/CN.

As explorações agrícolas que utilizem métodos extensivos de produção poderão beneficiar de um pagamento complementar de 100 ecus/CN, isto para aquelas cuja densidade efectiva não ultrapasse os 1,4 CN/ha de superfície forrageira, a qual será calculada exclusivamente com base nas áreas ocupadas por prados e pastagens permanentes.

Ainda no que respeita à carne de bovino assinala-se o ajustamento dos rebanhos de referência nacionais relativos às vacas aleitantes e a redução dos tectos correspondentes aos novilhos machos. Com base no rendimento do leite, será possível, com um número de vacas diferente, atingir um determinado número de unidades de prémio por vaca leiteira. Assim, o prémio para a carne de bovino concedido por vacas leiteiras foi ajustado a essas diferenças ao nível nacional. A parte da carne de bovino será, neste sentido, maior nos Estados-membros com rendimentos de leite baixos e vice-versa.

Relativamente ao sector do leite e produtos lácteos propõe-se a manutenção do regime de quotas leiteiras até ao ano 2006. A continuação do actual regime de quotas visa, a médio prazo, o equilíbrio do mercado, rejeitando a Comissão soluções radicais, tais como as reduções drásticas dos preços e a supressão das quotas. Contudo, é importante passar a mensagem aos agricultores que os actuais regimes não irão durar

eternamente. Embora este sistema permaneça, *grossso modo*, inalterado irá, não obstante, ser introduzido um mecanismo que aumenta a flexibilidade e a simplificação do regime de quotas, como é o caso da possibilidade de transferência de quantidades de referência entre produtores. Paralelamente, será criada uma quota leiteira adicional média de 2%, sendo esta dividida prioritariamente entre os jovens produtores e os produtores situados em zonas de montanha.

Tal como já se fez menção prefigura-se a introdução de uma ajuda directa aos produtores, a qual terá como prémio base de 100 ecus por vaca leiteira e um correspondente pagamento adicional decorrente do pacote financeiro de cada Estado-membro. O número de vacas leiteiras elegíveis para efeitos das novas ajudas directas à produção, quer no âmbito da OCM do leite, quer na OCM da carne de bovino, deverá ser calculado pelo coeficiente entre a quota individual de cada produtor e a quota média comunitária que se venha a verificar no ano 2000 (prevendo-se esta na ordem dos 5800 litros por vaca leiteira). A componente adicional da ajuda poderá, também aqui, ser paga ou por CN ou por ha de superfície forrageira. Assim, os valores máximos globais serão de 330 ecus por vaca leiteira e 350 ecus/ha.

Ao longo do período 2000 - 2006 decrescerão, de forma gradual, os preços da manteiga e do leite em pó desnatado em 15%, o que corresponderá a uma redução de cerca de 17% do preço indicativo nos produtores.

No tocante aos produtos mediterrânicos, contrariamente à reforma de 1992, a proposta da Comissão vai no sentido de alterar a legislação que os enquadra. Deste modo, a OCM do tabaco tem como orientação o incentivo à produção de qualidade, o respeito pelas normas de saúde pública e ambientais, o apoio à reconversão para outros tipos de ocupação cultural, o reforço das medidas de controlo e uma maior flexibilidade no sistema de quotas, bem como a sua simplificação (à semelhança das quotas leiteiras). Relativamente à OCM do azeite prevê-se que seja revista antes de se proceder à sua reforma na campanha de 2001/2002. Esta revisão basear-se-á num aumento e redistribuição das quantidades máximas garantidas, as quais passarão de comunitárias para nacionais. Quanto às frutas e produtos hortícolas a Comissão tenciona acompanhar de perto a reforma implementada em Julho de 1996, tendo assentado esta, principalmente e em termos gerais, num conjunto de regras aplicáveis às organizações de produtores (OP). A proposta de reformulação da OCM do vinho encontra-se em fase de finalização, sendo previsível a sua apresentação a breve trecho.

Uma das grandes alterações, sendo até uma inovação, verificada na proposta de reforma futura da PAC é a criação de um novo regulamento relativo ao desenvolvimento rural. Este instrumento de apoio ao desenvolvimento rural tem como grande objectivo acompanhar e complementar as reformas propostas no domínio dos preços e dos mercados, isto é, das várias OCM. Se bem que as medidas inseridas neste quadro comunitário de apoio ao desenvolvimento rural não sejam de modo algum novas, a grande novidade reside no facto de terem sido agrupadas num único regulamento, o que permite uma maior simplificação da legislação, assim como uma maior articulação e coerência entre medidas. Esta coerência entre as medidas de desenvolvimento rural e os outros instrumentos de política agrícola comum é conseguida essencialmente pelo facto de terem sido determinadas regras específicas que não permitirão a sobreposição de instrumentos. No que se refere à simplificação esta será também reforçada visto que este regulamento apenas estabelece alguns critérios de elegibilidade base, permitindo uma maior flexibilidade e subsidiariedade aos Estados-membros.

Outra inovação articula-se com a maior integração dos objectivos ambientais na política de desenvolvimento rural. O regime de apoio às zonas desfavorecidas (ZD), uma das medidas introduzidas nesta proposta de diploma legal, irá ser gradualmente transformado num instrumento para a manutenção e promoção de métodos de exploração com reduzido consumo de factores. Por sua vez, as medidas agro-ambientais, outras das medidas inseridas neste regulamento, serão também orientadas, mais especificamente, à consecução dos objectivos de protecção do ambiente e preservação dos espaços naturais.

Estas várias medidas englobadas neste regulamento do desenvolvimento rural subdividem-se em dois grupos, a saber: um grupo de medidas constituído pelas Medidas de Acompanhamento da reforma da PAC de 1992 (medidas agro-ambientais, florestação e reforma antecipada) conjuntamente com o regime de apoio às ZD; e um outro grupo que contempla as medidas de modernização e de diversificação (investimentos nas explorações agrícolas, instalação de jovens agricultores, formação, apoio aos investimentos nas instalações de transformação e comercialização, apoio adicional à silvicultura e medidas de promoção e reconversão da agricultura no contexto do desenvolvimento rural).

O primeiro grupo de medidas será aplicado horizontalmente em todo o espaço da UE, sendo co-financiado por esta através da secção Garantia do FEOGA. A passagem do financiamento destas medidas da secção Orientação para a secção

Garantia, foi também ela uma novidade. Se bem que com esta passagem haja algum reforço financeiro previsível a conceder àquelas, a principal alteração que este dado traduz é o facto de a PAC assumir, pela primeira vez como seus objectivos centrais, as questões ambientais e de desenvolvimento económico-social do espaço rural. Ou seja, induz a passagem destas questões antes colaterais da PAC para uma posição mais destacada. As medidas de modernização e de diversificação seguem uma abordagem diferente consoante o contexto regional. Nas regiões dos objectivos 1 e 2, estas medidas, serão incluídas nos programas regionais e contribuirão, deste modo, para a realização dos objectivos específicos fixados no âmbito da política tendente à coesão económica e social. Porém, nas regiões do objectivo 1 serão financiadas pelo FEOGA - Orientação, enquanto nas regiões do objectivo 2 e em todas as outras regiões serão abrangidas pelo FEOGA - Garantia. Nestas últimas regiões (não abrangidas pelos objectivos 1 ou 2) processar-se-á tudo à semelhança das disposições administrativas e financeiras que regulam as medidas de acompanhamento de 1992 e do regime de apoio às ZD. Todas estas medidas serão aplicadas de modo descentralizado por iniciativa dos Estados-membros, mediante programações plurianuais.

Uma última substancial alteração preconizada por esta previsível reformulação da PAC prende-se com a regulamentação horizontal da política agrícola comunitária. Ou seja, os aspectos transversais a toda a PAC que estabelece as regras comuns para os regimes de apoio directo, os quais se articulam com a questão da modulação e com a degressividade no pagamento das ajudas directas.

Quanto à modulação, uma vez que a distribuição dos pagamentos directos aos agricultores poderia criar problemas específicos a determinados Estados-membros, estes ficarão autorizados a modular estes pagamentos por exploração agrícola dentro de determinados limites e em função do emprego na exploração. Prevê-se, assim, uma redução parcial até um máximo de 20% do valor das ajudas no caso de não virem a ser respeitados os níveis de emprego agrícola por exploração, os quais serão estabelecidos por cada Estado-membro.

Também segundo a abordagem da subsidiariedade e com vista a uma melhor integração do ambiente na PAC, os Estados-membros passarão a aplicar medidas ambientais no que se refere aos regimes especiais de apoio ao mercado. Os Estados-membros podem, simultaneamente, definir sanções a aplicar em caso de infracções, estando ainda autorizados a reduzir ou suprimir pagamentos directos. Se no primeiro caso (sancionamento por infracção) é a aplicação do princípio do poluidor - pagador à agricultura, no segundo caso (redução ou supressão das ajudas devido a infracção) é

aquilo a que poderemos designar como o princípio poluidor - não recebedor. Face ao contexto de significativo apoio público ao sector agrícola comunitário, esta última abordagem poderá ser aquela que revelará maior eficácia no respeito às normas ambientais por parte do sector.

As poupanças de fundos obtidas mediante estas reduções das ajudas (modulação e medidas ambientais) reverterão para os orçamentos nacionais e poderão ser utilizadas como reforço e complemento das medidas agro-ambientais.

Relativamente ao regulamento horizontal respeitante à degressividade dos pagamentos directos este estipula limites máximos de ajudas totais a conceder por exploração agrícola. Este regime degressivo de pagamento do total das ajudas directas, decorrente das OCM, pagas por exploração agrícola basear-se-á na seguinte forma: pagamento integral das ajudas até ao valor total de 100.000 ecus por exploração beneficiada; redução de 20% no valor dos pagamentos directos compreendidos entre 100.000 e 200.000 ecus por exploração; e nas explorações beneficiadas por pagamentos directos superiores a 200.000 ecus aquela redução será de 25% do valor total daqueles. As poupanças de fundos assim obtidas reverterão para o orçamento comunitário e serão reafectadas em função das necessidades de financiamento que se venham a verificar.

3. 8. Conclusão

A reforma da PAC introduz(iu) alterações radicais na agricultura. Com o pousio, em particular o *set-aside*, e a baixa dos preços de apoio ela vem impondo uma revisão significativa dos itinerários técnicos da agricultura, no sentido de uma menor produtividade e, essencialmente por essa via, de uma menor pressão sobre o ambiente.

As propostas da nova reforma da PAC consignadas na Agenda 2000, por seu turno, procuram atender ao que consideramos, no actual contexto económico e social da CE, as vertentes essenciais a uma filosofia que contemple, para além dos aspectos produtivos, os aspectos sócio-ambientais da agricultura. São elas, justamente, o prosseguimento de uma produção qualitativamente melhor e mais diferenciada; a manutenção “de um número suficiente de agricultores”, segundo as proposições de 1992 da reforma da PAC; a evolução das ajudas directas aos agricultores passando de uma lógica compensatória, pela diminuição da produção, a uma lógica de remuneração de serviços fundamentais prestados pela agricultura, designadamente os

de cariz ambiental.

Resta-nos salientar, como um dos mais interessantes “valores acrescentados” da reforma da reforma da PAC, a criação de um novo regulamento relativo ao desenvolvimento rural, a consubstanciar-se, essencialmente, numa maior articulação e coerência entre as diversas medidas nele inseridas e os instrumentos de política agrícola.

4. Tradução e Aplicação das Medidas Agro-ambientais em Portugal

4.1 A legislação Agro-ambiental: um breve enquadramento histórico

O aumento da visibilidade social das questões ambientais, a par da gravidade crescente dos problemas reais a elas associados, conduziu, a partir de dado momento, a uma acção interventiva do poder político de alguns Estados-Nação no sentido de lhes dar uma resposta adequada. É dentro deste contexto que deveremos situar o surgimento de legislação ambiental, que se torna assim num mecanismo político privilegiado de protecção e manutenção da natureza e da paisagem. O caso específico das medidas agro-ambientais representa uma tentativa de corrigir, atenuar e evitar os excessos de uma agricultura intensiva que, se por um lado apresenta índices de produção e de produtividade bastante elevados, por outro, tem efeitos altamente poluentes e delapidadores dos recursos naturais.

Partindo do princípio de que a prática agrícola não é obrigatoriamente isenta de danos para com o meio ambiente, o programa das Medidas Agro-ambientais passa a introduzir na actividade agrícola uma componente ambiental, constituindo-se tal programa em torno de quatro grandes grupos de medidas, a que correspondem quatro preocupações e estratégias de resolução diversificadas:

- Diminuição dos efeitos poluentes da agricultura, onde se combate, essencialmente, o uso e abuso de fertilizantes e pesticidas químicos;
- Extensificação e/ou manutenção de sistemas agrícolas tradicionais, onde se apoia um modelo de exploração, produção e práticas agrícolas tradicionais, evitando-se,

dessa forma, os excessos e prejuízos normalmente resultantes de uma agricultura de tipo intensivo;

- Conservação dos recursos e da paisagem rural, onde o espaço rural tradicional, na sua acepção mais ampla, é encarado enquanto património a manter e a preservar;
- Formação profissional, que é tida como uma aposta nos recursos humanos da agricultura e na permanência de uma concepção ambiental da actividade agrícola abrindo as portas para que no futuro as três medidas7metas citadas anteriormente possam ter continuidade.

Estas medidas são, então, a cristalização de um trabalho político-legislativo que por meio de regulamentos pretendeu estimular um conjunto específico de práticas agrícolas. No entanto, para uma compreensão lúcida do significado das Medidas Agro-ambientais, bem como da sua utilidade, é indispensável que nos detenhamos um pouco sobre a sua história. De igual forma, e antes de iniciármos essa breve incursão pela história das Medidas Agro-ambientais, é imperioso que identifiquemos, desde já, dois momentos distintos mas igualmente essenciais: o primeiro é relativo à elaboração das normas e regulamentos comunitários e o segundo, que lhe procede no tempo, é o da leitura, adaptação e aplicação dessas mesmas normas e regulamentos à realidade portuguesa.

Como resultado da II Guerra Mundial, a Europa encontrava-se, no final de década de quarenta e no início da de cinquenta, numa situação de escassez e dependência alimentar, vivendo dias social e economicamente difíceis. O reforço das instituições democráticas e a estabilização dos mecanismos de regulação económica impunham-se.

É no seio deste cenário que o modelo “produtivista” irá sofrer um novo e impetuoso avanço. Ao nível da forma de funcionamento do processo produtivo, e no que à agricultura diz respeito, a palavra de ordem passa a ser a utilização de maquinaria e produtos químicos de síntese, com vista a satisfazer as necessidades resultantes do incremento demográfico e a rentabilidade, em função do sistema económico dominante na Europa. O agricultor passa a preocupar-se cada vez mais com a criação de excedente e com a sua respectiva comercialização, integrando-se progressivamente no mercado. A agricultura torna-se uma actividade anexa à

actividade industrial. Neste sentido, têm lugar várias acções políticas que enquadram e potenciam esta fórmula produtivista e mercantilizada da produção agrícola.

A Política agrícola comum dos anos sessenta, por meio de um sistema de preços subsidiados, contribuiu amplamente para que os níveis de produção subissem acima das exigências do mercado. Esta capacidade de intervenção sobre o mundo natural não ficaria, no entanto, isenta de consequências nocivas; a destruição dos solos, a poluição das águas, a devastação de inúmeros recursos – muitos não renováveis -, a modificação da composição química da atmosfera e a transformação das paisagens foram, gradualmente, fazendo-se sentir, acrescentando motivos ao incremento de uma percepção ambientalista.

De igual firma, e no campo sócio-económico, a prossecução de tal política agrícola criou também alguns problemas. Em virtude da fraca rentabilidade produtiva de algumas terras e da elevada rentabilidade de outras, começam a surgir assimetrias regionais sem precedentes, com a marginalização e abandono de algumas explorações e a sobre-utilização de outras. Estas assimetrias fazem-se sentir em dois planos diferenciados: um primeiro a um nível intra-nacional e um segundo, mais agudo, ao nível das várias nações da Europa Ocidental. Relativamente a este último, os países das regiões setentrionais da Europa viram os seus produtos e explorações agrícolas beneficiados, distanciando-se, no que concerne aos rendimentos agrícolas, das nações do sul da Europa. Assim, os países da Europa do Norte passaram, num curto espaço de tempo, de uma situação de escassez para uma situação excedentária, que se traduziu fundamentalmente em problemas orçamentais resultantes dos elevados custos de armazenagem e conservação.

A União Europeia introduz, então, uma inflexão no curso dos acontecimentos e políticas a desenvolver. Em 1992, com a Reforma Mac Sharry, inicia-se o processo conducente à Reforma da Pac, pautado por um abrandamento da produção.

A Reforma da PAC vai então no sentido de promover uma agricultura mais competitiva, menos dispendiosa para o orçamento comunitário, e, simultaneamente, mais respeitadora das condições ambientais. Tal política traduz-se numa preocupação de redução dos excedentes agrícolas, visando um equilíbrio de mercados. A

introdução de subsídios directos ao rendimento, a supressão de vastas áreas destinadas à agricultura, a diversificação da produção, o estímulo a actividades complementares (turismo rural, artesanato, etc.) são os principais eixos desta política. Os argumentos ambientais coincidem e reforçam as razões de pendor mais marcadamente económico.

No quadro da Medidas de Acompanhamento da Reforma da PAC, o Regulamento CEE nº 2078/92 de 30 de Junho de 1992 contempla novos “métodos de produção agrícola compatíveis com as exigências da protecção do ambiente e a preservação do espaço natural”. A introdução das Medidas Agro-ambientais é em si indiciadora de regulamentação cujos dispositivos apresentam duas facetas: uma faceta ambiental, com objectivos explícitos de procura de uma articulação harmoniosa entre agricultura e ambiente; e, uma faceta agrícola, mais implícita mas efectiva, que corresponde ao objectivo de redução dos excedentes. A avaliação dos subsídios, acordados aos agricultores, deriva directamente desta óptica já que, em princípio, corresponde à compensação de uma perda de rendimento ligada a uma diminuição da produção.

A lógica produtivista associada à questão dos excedentes agrícolas, que, como vimos, sintetiza as preocupações ambientais identificadas pelos países do norte da Europa, não é relevante para Portugal. Tal como noutros países do sul, recentemente chegados à problemática ambiental, em Portugal a evolução recente da agricultura tem colocado um outro conjunto de problemas, quer económicos e sociais, quer ambientais. O abandono da terra e o consequente despovoamento e derstificação física têm conduzido a tendências para a erosão do solo e degradação da paisagem agrícola e rural. A tradução em Portugal do Regulamento comunitário 2078/92 deixa antever uma preocupação mais centrada nestas questões, sem, contudo, negar os efeitos da poluição agrícola causada pelo excessivo uso de químicos e pesticidas.

4.2 Tradução e aplicação do Regulamento CEE nº 2078/92

O Reg. 2078/92 introduz uma série de medidas que, de um modo geral, pretendem combater os efeitos poluentes resultantes da prática da agricultura intensiva, encorajando práticas agrícolas extensivas.

A este objectivo geral, acresce o apoio e incentivo à prática da agricultura biológica, por um lado e a formas de lazer em espaço rural por outro, privilegiando, designadamente, a conservação da paisagem.

As outras medidas que com o Regulamento 2078/92 constituem as designadas Medidas de Acompanhamento da reforma da PAC, a saber: os Regulamentos CEE nº 2079/92 e 2080/92 pretendem, ainda mais explicitamente do que no caso do Regulamento em análise, reduzir os excedentes agrícolas no sentido de um equilíbrio de mercados.

A aplicação das Medidas Agro-ambientais passou, em cada Estado-Membro, por um processo de adaptação ou “tradução” do nível europeu aos níveis nacional e local. Em Portugal, se bem que o programa destas medidas se especifique em quatro grandes grupos, a saber:

- 1) Diminuição dos efeitos poluentes da agricultura;
- 2) Extensificação e/ou manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais extensivos;
- 3) Conservação dos recursos e da paisagem rural;
- 4) Formação profissional;

As medidas introduzidas até finais de 1994 dirigem-se, essencialmente, à manutenção de práticas agrícolas tradicionais extensivas e à conservação dos recursos e da paisagem rural, visando refrear situações de “desertificação de vastas zonas do Interior do país” (IEDAR, 1994:21).

De facto, a “tradução” das medidas Agro-ambientais em Portugal consistiu em procurar dar conta, simultaneamente, da preservação do ambiente natural e de tendências demográficas e sociais problemáticas, que afectam parte significativa do espaço rural português. O objectivo definido pelo Ministério da Agricultura, relativamente à aplicação das medidas, traduz-se em “[procurar] dar resposta aos nossos problemas concretos, designadamente nas regiões mais desfavorecidas, com evidentes fragilidades estruturais e caracterizadas por uma acentuada regressão demográfica, baixo nível de vida das populações e envelhecimento das mesmas” (IEADR, 1994:1).

Neste sentido, parece estar-se perante uma das modalidades de articulação agricultura/ambiente que se caracteriza por uma manutenção da agricultura em nome da qualidade do território e da paisagem. A entrada da variável ambiente como uma das variáveis decisivas do futuro dos espaços rurais processa-se, aqui, através da redefinição do agricultor como gestor do território (Mormont, 1994). A mobilização para as questões ambientais, por parte dos agricultores, apresentará, então, contornos diferentes dos apresentados por parte de agricultores com práticas agrícolas intensivas, cujo esforço ambiental terá repercussões qualitativas e quantitativas apreciáveis, implicando, nalguns casos, uma reconversão de anteriores práticas agrícolas.

As Medidas Agro-ambientais introduzidas pelo Estado Português são, assim, essencialmente, medidas de manutenção da agricultura tradicional e/ou extensiva e foram introduzidas ao nível nacional, regional e sub-regional. Algumas delas aplicam-se a regiões específicas, destinando-se à preservação de um tipo particular de produção (por exemplo as referentes ao figueiral de Torres Novas ou às amendoeiras do Algarve ou, ainda, à vinha do Douro); a maior parte, no entanto, diz respeito à extensificação e/ou manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais, procurando combinar objectivos que encorajem práticas agrícolas compatíveis com a preservação do meio ambiente, com objectivos de aliviar tendências demográficas e sociais, características de espaços agrícolas marginalizados.

A agricultura portuguesa, ao contrário da agricultura dos países da Europa do Norte, caracteriza-se por ser uma agricultura predominantemente extensiva e, como tal, coloca outro tipo de problemas ambientais que não são equiparáveis aos colocados pela agricultura intensiva. Estes últimos são, no entanto, observáveis em certas regiões agrícolas onde a produção agrícola intensiva, designadamente a horticultura em regime de forçagem, ou a exploração pecuária intensiva, têm expressão. A poluição do solo e das águas provocada por estas práticas é tanto mais de assinalar quanto acresce uma outra situação, a saber, a indisciplina na aplicação de produtos fitopatológicos.

As outras medidas, contempladas no Regulamento CEE nº 2078/92, destinadas à agricultura intensiva foram introduzidas em Portugal, em meados de 1995.

A tradução e a aplicação das primeiras medidas de política de ambiente na agricultura portuguesa parecem inscrever-se numa aproximação à relação agricultura/ambiente, em termos de ordenamento do território e defesa dos recursos naturais e paisagísticos. A manutenção da agricultura tradicional e/ou extensiva como sistema favorável ou em simbiose com a natureza e o ambiente, vai contextualizar as primeiras reacções dos agricultores e, porventura, marcar a emergência da problemática ambiental na agricultura portuguesa.

Esta abordagem, se traduz o contexto económico e social da agricultura de grandes franjas do país, pode comportar alguns riscos: o de criar uma percepção das Medidas Agro-ambientais centrada nas preocupações da União Europeia relativamente aos problemas criados pelos excedentes de produção, questão que não é relevante em Portugal; o risco de, ao apostar na manutenção do que existe, sem objectivos claros, falhar a introdução da problemática ambiental, falhando, paralelamente, o objectivo de, com as presentes medidas, não só não amenizar o fenómeno do abandono da terra, como perder a oportunidade de proceder a uma modernização ecológica das explorações agrícolas.

4.3 O discurso Agro-ambiental dos actores-chave

4.3.1. Percepção da relação entre agricultura e ambiente rural

A percepção da relação entre agricultura e ambiente rural é, em larga medida, tributária de factores culturais respeitantes ao lugar da agricultura e da ruralidade no imaginário nacional.

Os problemas que conduziram à Reforma da PAC – a sobre-produção e a sobre-intensificação da agricultura – surgem como irrelevantes no contexto português (Patrício e Lima, 1996). A agricultura é vista como um sector a modernizar. O discurso agrícola em Portugal assentou, tradicionalmente, na exploração familiar enquanto ideal social. Contudo, as dificuldades económicas associadas à agricultura conduziram a uma redução massiva no número de explorações agrícolas, sem uma correspondente consolidação da área das explorações (Lima, 1991; Baptista, 1995). O

resultado foi o abandono da terra e o êxodo rural. A percepção crescente é a de que a agricultura está sistematicamente a ser destruída e que, portanto, é necessária uma acção política concertada em prol de um tipo de modernização agrícola.

Enquanto que o discurso agrícola dominante expressa uma abordagem pessimista, um novo discurso centrado na ruralidade parece ganhar algum apoio, com a emergência de novas perspectivas no que respeita aos usos do espaço rural (Portela, 1994). A apropriação económica do espaço rural sugere novas formas de produção tais como, turismo rural e produção regional enquanto alternativas viáveis. Estas formas são também mais conducentes à estabilização das populações rurais, através do encorajamento da pluriactividade e são compatíveis com a nova ênfase posta no ordenamento e na protecção do ambiente rural.

O debate sobre a relação entre o ambiente e a agricultura é muito recente, tendo tido o seu ímpeto com a entrada de Portugal na CEE e a consequente necessidade de encarar problemas agro-ambientais específicos (Patrício e Lima, 1996). A relativa fraqueza do debate nacional sobre problemas agro-ambientais deriva, por um lado, da perspectiva que vê a modernização da agricultura como um processo inacabado e, por outro lado, da perspectiva da compatibilidade entre agricultura e ambiente. Os problemas ambientais rurais são, não apenas, minimizados em função dos problemas económicos e sociais resultantes da crise da agricultura, como se crê resultarem dessa crise. De facto, o despovoamento do espaço rural não beneficia nem a agricultura nem o ambiente, sobretudo quando conduz ao abandono de práticas agrícolas tradicionais.

As Medidas Agro-ambientais (sob a égide do Regulamento 2078/92) foram as primeiras medidas responsáveis pelo surgimento de um debate nacional acerca do impacte da agricultura sobre o ambiente (Patrício e Lima, 1996; Billaud e allii, 1997). As medidas Agro-ambientais foram “traduzidas” para a política interna, sobretudo como um programa de apoio aos agricultores familiares tradicionais. As primeiras medidas introduzidas até finais de 1994 dirigiram-se, essencialmente, à manutenção de práticas agrícolas extensivas tradicionais e à conservação dos recursos e da paisagem rural. As medidas contempladas no Regulamento, destinadas à agricultura intensiva, foram introduzidas apenas em meados de 1995.

A interligação entre a crise da agricultura e o despovoamento rural significou que a política agrícola subsumiu outros problemas e respectivos programas, tais como programas de apoio social e de diversidade regional, formatados, em parte, pelo novo discurso sobre a ruralidade (Reis e Lima, 1998).

4.3.2. O discurso Agro-ambiental

A política Agro-ambiental envolve uma gama de actores institucionais. Para o Ministério da Agricultura esta nova política requiere o relacionamento com outros ministérios, bem como com os interesses organizados for a do tradicional *lobby* agrícola.

A política Agro-ambiental impele à passagem de uma política sectorial para uma política espacial e territorial.

O Ministério da Agricultura assumiu o comando das operações nesta matéria (coordenação, administração e execução do programa Agro-ambiental, incluindo o pagamento dos fundos) e, aglutinou a política Agro-ambiental ao discurso agrário ou rural que confere à exploração agrícola o papel de componente-chave da economia e do ambiente rural.

O Ministério do Ambiente, então recém criado, não tinha, ainda, por um lado, estabelecida a sua autoridade na hierarquia burocrática, e, por outro, não lidara com problemas ambientais oriundos da actividade agrícola. Todavia, começa a assumir algum protagonismo no terreno.

As marcadas diferenças ideológicas das duas principais Associações de Agricultores – Confederação dos Agricultores Portugueses e Cofederação Nacional de Agricultura – orientaram fortemente o debate nacional sobre a política agrícola em torno de questões específicas e, dos respectivos discursos e pontos de vista acerca da PAC. A CAP representa os grandes e médios agricultores e defende o agricultor enquanto empresário; a CNA representa e defende os pequenos agricultores, proprietários e rendeiros. A CAP aceita a Reforma da PAC no quadro de um discurso

sobre a modernização e identifica os problemas ambientais numa perspectiva social mais ampla. A CNA, por seu turno, advoga uma articulação entre agricultura e ambiente através, justamente, do apoio à agricultura familiar tradicional, reforçando um discurso ruralista (quiça neo-ruralista) da multifuncionalidade do espaço rural. A AJAP – Associação de Jovens Agricultores de Portugal – e a Agrobio – Associação dos agricultores e consumidores ecológicos – perspectivam, relativamente ao espaço rural do Interior, a agricultura tradicional enquanto base de um futuro espaço rural multifuncional, articulando-o com a presença de uma agricultura moderna, mais competitiva, nas zonas do Litoral.

No geral, regista-se, no que respeita ao discurso das associações de agricultores, uma falta de definição relativa à agricultura e ao espaço rural, já que a modernização da agricultura e o futuro da sociedade rural permanecem questões em aberto.

Menor importância relativa foi atribuída a questões ambientais, por parte da comunidade agrícola. Os problemas da poluição agrícola foram(são) largamente minimizados. A ideia geral é a de que a agricultura intensiva, se bem que responsável por práticas danosas ao ambiente, não é suficientemente expressiva em Portugal. Esta percepção está na base do argumento da especificidade do caso português que não partilha dos mesmos problemas ambientais dos outros países da Europa, designadamente dos Países do Norte. Esta ideia expressa-se na relação dependente agricultura/ambiente, i.e., para que o ambiente natural seja preservado, a agricultura deve ser apoiada. O discurso dominante caracteriza-se por ser um discurso de relativa harmonia entre agricultura e ambiente.

Registam-se, todavia, diferenças entre as associações de agricultores no que respeita à identificação e percepção dos problemas agro-ambientais. Assim, a CAP realça os problemas ambientais no que à erosão do solo e ao fornecimento de água dizem respeito. Estes problemas são identificados com uma crescente perda de produtividade, articulando a CAP as preocupações ambientais com questões de produtividade agrícola.

A CNA, por seu turno, identifica a desertificação física e social como o problema ambiental central. O processo de desertificação potencia os incêndios florestais, a destruição dos habitats e a cultura local. Assim, defendendo o agricultor tradicional defende o ambiente. O agricultor, por via das suas práticas, é necessariamente “um guardião da natureza”.

A AJAP, tradicionalmente alinhada pela CAP, parece desenvolver, mais recentemente, uma postura mais independente *vis-à-vis* a CAP manifestando um interesse crescente na agricultura alternativa. A Agrobio é a única a enfatizar os danos da poluição agrícola resultantes, quer da agricultura intensiva, quer do incontrolado uso de químicos na agricultura tradicional.

Os grupos ambientalistas tendem a subavaliar os danos ambientais resultantes da agricultura. Para as três principais Associações Ambientalistas – LPN, Quercus e GEOTA – a preocupação, aliás recente, com a agricultura deriva fundamentalmente de uma preocupação com a conservação da natureza. Para estes grupos os casos de problemas ambientais, causados pelas práticas agrícolas, são muito localizados e com carácter excepcional. O discurso dominante apresenta dois aspectos essenciais: o reconhecimento da importância da agricultura tradicional para fins ambientais e o facto de essa importância não ser suficiente para preservar todos os recursos naturais.

A forte orientação política das duas principais associações de agricultores e a fraqueza dos grupos ambientalistas em matéria agro-ambiental permitiram ao Ministério da Agricultura grande autonomia na condução do processo. A debilidade tradicional das negociações entre agricultores e Ministério da Agricultura poderá vir a ser ultrapassada através de um processo que, necessariamente exige o envolvimento dos actores-chave. Apesar do processo de implementação das medidas poder ser caracterizado por uma abordagem governamental centralizada e de “cima para baixo”, a CAP e a AJAP foram consultadas.

A relação entre agricultura e ambiente foi mediada pelo sistema dominante de produção agrícola e pela introdução das Medidas agro-ambientais. Novas perspectivas e temas emergem no que respeita, quer à agricultura, quer aos usos do espaço rural. A modernização ecológica da agricultura constitui-se, assim, nas actuais condições,

como uma das alternativas, senão mesmo vantagens comparativas da situação portuguesa, capazes de revalorizar economicamente as explorações agrícolas e de, simultaneamente, preservar o ambiente.

5. QUESTÕES METODOLÓGICAS

5.1. Questões prévias

Tendo em conta os objectivos de pesquisa apresentados, impõe-se que explicitemos, sumariamente, a metodologia aplicada por forma a fazê-los cumprir. Assim, e numa primeira fase, a nossa principal preocupação foi a de realizar aproximações sucessivas ao objecto de estudo, definindo-o e contextualizando-o progressivamente. Tal movimento de delimitação implicou, antes de mais, uma recolha de informações que se subdividiu em dois grandes grupos: o grupo da recolha documental e o grupo da recolha empírica.

Ao nível da recolha documental desenvolvemos dois tipos de pesquisa:

a) Uma pesquisa bibliográfica, que visou em primeiro lugar enquadrar e perspectivar sociologicamente o objecto de estudo, relacionando-o com processos e dinâmicas mais gerais e macrossociais, como sejam a crítica a um modelo de desenvolvimento produtivista e a concomitante emergência de um de um conjunto de preocupações ambientais. Nesta linha, tornou-se indispensável um suporte bibliográfico que desse conta das tendências históricas da agricultura e do espaço rural (europeu e português) desde o período do pós-guerra até ao recente e inovador cenário de visibilidade social das questões ambientais.

b) Uma pesquisa de legislação, que para além de corroborar e ilustrar alguns dos processos já identificados aquando da pesquisa bibliográfica, valerá também pela forma como nos permite ver cristalizadas o conjunto de acções políticas que visam regulamentar as práticas agrícolas. Concretamente, recolhemos o conjunto de regulamentos comunitários relativos às medidas de acompanhamento da reforma da PAC que introduzem objectivos e preocupações de carácter ambiental na actividade

agrícola. Paralelamente, e como passo consequente, adicionámos-lhes a legislação portuguesa resultante da tradução e aplicação desses regulamentos comunitários à realidade nacional.

No tocante à recolha empírica, ela assentou na realização de entrevistas junto de informadores privilegiados e contratos com actores-chave. Tais entrevistas tiveram e têm como objectivo a definição exacta do objecto de estudo e a delimitação do campo analítico. A prazo, revelaram-se fundamentais para a boa preparação do inquérito a aplicar junto dos agricultores.

Resta acrescentar, ao nível dos procedimentos metodológicos iniciais a obtenção de dados relativos às Mededas Agro-Ambientais. Tais dados, foram-nos cedidos pela Direcção Geral de Desenvolvimento Rural (DGDR) e incluem unicamente as candidaturas pagas. Foi com base nestes dados que delimitámos o universo empírico de análise.

5.2. Delimitação do universo empírico de análise

O quadro legal dos métodos de produção tendentes à diminuição dos efeitos poluentes da agricultura (à excepção da agricultura biológica - AB), apenas, é instituído em 1995. Nomeadamente, o D.L. 180/95 de 26 de Julho, que define os métodos de protecção das culturas, em especial da luta química aconselhada (LQA), da protecção integrada (PtI) e da produção integrada (PdI); e a Portaria 1059/95 de 29 de Agosto, que institui o regime de ajudas à redução e racionalização da aplicação dos produtos fitofarmacêuticos.

Os dados, fornecidos pela DGDR, reportam-se às candidaturas às MAA pagas pelo IFADAP até 21 de Janeiro de 1997. Não deixaram, contudo, de fornecer pistas que nos permitiram, com algum nível de segurança, delimitar o objecto empírico.

QUADRO I

Montantes financeiros previsionais para o quinquénio 1994-98, montantes atribuídos e execução financeira das Medidas Agro-Ambientais (montantes expressos em 1000 escudos)

GRUPO DE MEDIDAS	MONTANTES FINANCEIROS PREVISIONAIS	%	MONTANTES ATRIBUÍDOS	%	EXECUÇÃO FINANCEIR A (%)
I - Diminuição dos efeitos poluentes na agricultura	4.168.962	8,6	793.029	7,6	19,0
II - Extensificação / manutenção de sistemas agrícolas tradicionais	33.690.848	69,4	8.207.288	78,6	24,4
III - Conservação dos recursos e da paisagem rural	10.713.899	22,0	1.443.619	13,8	13,5
TOTAL	48.573.709	100	10.443.936	100	21,5

FONTE: DGDR.

Perante estes dados, constata-se que a política de atribuição de ajudas financeiras às MAA se orienta, em Portugal, primordialmente para os sistemas agrícolas extensivos. *Grosso modo*, para as explorações que nestes últimos anos não conseguiram adoptar os desafios da anterior PAC, ou seja, para as explorações mais marginalizadas pelos imperativos do mercado. Visto que, de uma maneira geral, estas explorações se enquadram nas regiões menos desenvolvidas em termos agrícolas, onde o fenómeno do êxodo rural nestes últimos anos mais se tem evidenciado, julga-se que a política que está subjacente a este facto (reforço financeiro concedido às medidas que se inserem na extensificação e/ou manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais e mesmo na conservação dos recursos e da paisagem rural) é essencialmente de cariz económico-social. Ou, em termos mais concisos, uma política de ordenamento do território (coesão económica e social), que passa pela atribuição de incentivos financeiros para a manutenção da população rural nas regiões mais

marginalizadas, que simultaneamente protege o ambiente frágil dessas zonas e mantém as paisagens rurais aráveis¹.

Quanto aos apoios financeiros a conceder aos sistemas agrícolas intensivos, circunscritos ao grupo das medidas que potenciam a diminuição dos efeitos poluentes na agricultura, verifica-se que estes são extremamente reduzidos, quando comparados com os atribuídos aos outros grupos das MAA. Verifica-se, neste contexto, que a política de concessão de incentivos financeiros para minimizar os problemas ambientais decorrentes das práticas agrícolas intensivas e convencionais é manifestamente pouco abrangente. Se repartirmos os cerca de 4 milhões de contos previsíveis atribuídos às quatro medidas que visam a diminuição dos efeitos poluentes na agricultura (luta química aconselhada; protecção e produção integrada e agricultura biológica) por quatro anos, conclui-se que, em média, a cada uma daquelas medidas é atribuída por ano uma verba de, sensivelmente, 208 mil contos.

As razões de escolha deste universo de análise articulam-se com: dado que esta pesquisa se enquadra na relação agricultura / ambiente, ela terá tanto mais interesse quanto mais desenvolvida for a região em análise, sob o ponto de vista agrícola, como é o caso da região do Ribatejo e Oeste. Por um lado, porque os problemas ambientais originados pela agricultura têm maior impacto nestas regiões de forte intensificação agrícola. Por outro lado, sendo a luta química aconselhada, a protecção e produção integrada e a agricultura biológica práticas agrícolas que têm em maior consideração os factores ambientais, comparativamente à agricultura convencional, a análise das motivações à sua adesão tem precisamente nesta região maior relevância sob o prisma da relação desenvolvimento / preservação da natureza. A testemunhar a forte modernização do sector agrícola que se tem operado na região do Ribatejo e Oeste, além das estatísticas oficiais que a colocam numa posição

¹Para um maior aprofundamento desta temática, ver Patrício e Lima (1996) e Patrício, Lima e Sampaio (1996).

cimeira, outros indicadores o poderão atestar. A título ilustrativo, refira-se a grande percentagem dos fundos estruturais de apoio à agricultura portuguesa que foram canalizados para esta região entre 1988 e 1991. Relativamente às ajudas ao investimento agrícola neste período, foram transferidos 22,1% dos apoios financeiros, repartindo-se entre 22,6% no âmbito do Reg. 2328/91 e 19% no âmbito do Reg. 3828/85 (PEDAP), e quanto às ajudas aos investimentos agro-industriais, no enquadramento do Reg. 866/90, o Ribatejo e Oeste canalizou 31,4% dos incentivos financeiros². Outros indicadores poderão reforçar a importância desta região na produção agrícola nacional. Cerca de 85%, 50% e 35% da produção de pêra, pêsego e maçã, respectivamente, é originária desta região.

Mediante dados fornecidos e sistematizados, constatou-se que o peso do Oeste, no total das candidaturas, da área e das ajudas financeiras, naquele Grupo I das MAA, na região do Ribatejo e Oeste, é de 81%, 83% e 90%, respectivamente.

Deste modo, o nosso universo empírico de análise corresponderá à Sub-região do Oeste, que abrange as Zonas Agrárias do Alto Oeste e do Baixo Oeste. A primeira engloba os concelhos de Alcobaça, Bombarral, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos e Peniche, e a segunda, os concelhos de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Cadaval, Lourinhã, Mafra, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

No que respeita ao período de análise, este circunscreveu-se ao total de candidatos àquelas MAA entre 1994 e 1997. O total de candidaturas pagas no Oeste naquele período foi de 191, que se subdividiram em 16 na LQA, 165 na PtI, 5 na PdI e 5 na AB.

²Para melhor se perceber o peso desta região no enquadramento das outras regiões na alocação dos fundos estruturais, veja-se F. Avillez (1992). D. Geraldes (1994), reportando-se também à aplicação destes fundos estruturais, refere que no período entre 1986 e 31 de Agosto de 1993 foram concentrados nesta região 23,6% das ajudas inseridas nos Regs. 797/85 e 2328/91 (que substituiu aquele), 14% das ajudas advindas do Reg. 3828/85 e 28,9% dos apoios no âmbito dos Reg. 355/73 e 866/90 (que substituiu aquele), o que evidencia que mesmo num período mais alargado os valores relativos às ajudas sócio-estruturais pouco se diferenciam dos realçados por F. Avillez.

Os quadros que seguidamente se apresentam dão conta desta sucessiva aproximação ao universo empírico de análise.

QUADRO II

Total de candidaturas às MAA em Portugal e no Ribatejo e Oeste

	PORTUGAL			RIBATEJO e OESTE		
	Nº	Ha (média)	Ajudas (contos)	Nº	Ha (média)	Ajudas (contos)
Medidas aplicadas no Ribatejo e Oeste	49.174	205.688 (4,2)	4.697.510	2.607	9.347	377.405
Total das MAA	126.252	518.359 (4,1)	10.443.936	2.607	9.347 (3,6)	377.405

FONTE: DGDR.

QUADRO III

Representatividade das candidaturas às MAA do Ribatejo e Oeste no total nacional

	REPRESENTATIVIDADE (%)		
	Nº	Ha	Ajudas
Medidas aplicadas no Ribatejo e Oeste	5,3	4,5	8,0
Total das MAA	2,1	1,8	3,6

FONTE: DGDR.

QUADRO IV

Total de candidaturas às medidas de apoio à diminuição dos efeitos poluentes na agricultura em Portugal e no Ribatejo e Oeste

	PORTUGAL			RIBATEJO e OESTE		
MEDIDAS	Nº	Ha (média)	Ajudas (contos)	Nº	Ha (média)	Ajudas (contos)
2 - Luta química aconselhada	475	3.092 (6,5)	17.320	41	498 (12,2)	2.329
3 - Protecção integrada	840	6.374 (7,6)	496.618	172	1.607 (9,3)	139.260
4 - Produção integrada	10	96 (9,6)	9.173	5	73 (14,6)	6.524
5 - Agricultura biológica	196	5.561 (28,4)	269.918	19	118 (6,2)	9.325
TOTAL	1.521	15.123 (9,9)	793.029	237	2.296 (9,7)	157.438

FONTE: DGDR.

QUADRO V

Representatividade das candidaturas às medidas de apoio à diminuição dos efeitos poluentes na agricultura do Ribatejo e Oeste no total nacional

MEDIDAS	REPRESENTATIVIDADE (%)		
	Nº	Ha	Ajudas
2	8,6	16,1	13,4
3	20,5	25,2	28,0
4	50,0	76,0	71,1
5	9,7	2,1	3,5
TOTAL	15,6	15,2	19,9

FONTE: DGDR.

QUADRO VI

Total de candidaturas às medidas de apoio à diminuição dos efeitos poluentes na agricultura no Ribatejo e Oeste e no Oeste

MEDIDAS	RIBATEJO e OESTE			OESTE		
	Nº	Ha (média)	Ajudas (contos)	Nº	Ha (média)	Ajudas (contos)
2 - Luta química aconselhada	41	498 (12,1)	2.329	16	204,8 (12,8)	971
3 – Protecção integrada	172	1.607 (9,3)	139.260	165	1.506,2 (9,1)	132.076
4 – Produção integrada	5	73 (14,6)	6.524	5	72,8 (14,6)	6.523
5 – Agricultura biológica	19	118 (6,2)	9.325	5	24,0 (4,8)	1875
TOTAL	237	2.296 (9,7)	157.438	191	1.807,8 (9,5)	141.445

FONTE: DGDR.

QUADRO VII

Representatividade das candidaturas às medidas de apoio à diminuição dos efeitos poluentes na agricultura do Oeste no Ribatejo e Oeste

MEDIDAS	REPRESENTATIVIDADE (%)		
	Nº	Ha	Ajudas
2	39,0	41,1	41,7
3	95,9	93,7	94,8
4	100,0	100,0	100,0
5	26,3	20,3	21,1
TOTAL	80,6	83,1	89,8

FONTE: DGDR.

5.3. Construção do universo

De um modo geral, o universo de análise deste estudo recaiu, tal como já anteriormente se tivera referido, nos candidatos ao Grupo I das Medidas Agro-Ambientais (Diminuição dos efeitos poluentes na agricultura) da sub-região do Oeste, mais especificamente, nos candidatos desta região à Luta Química Aconselhada (LQA), à Protecção Integrada (Pt I), à Produção Integrada (Pd I) e à Agricultura Biológica (AB). Dado que o número de candidatos sofre constante actualização e que o ano de candidatura nem sempre coincide com o ano em que são pagos os prémios a estes tipos de práticas agrícolas, estabeleceu-se um limite temporal para a definição dos candidatos a inquirir. Fixou-se que apenas fariam parte do universo as candidaturas àquelas medidas, pagas pelo Instituto de Desenvolvimento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP) até 31 de Dezembro de 1997. Desta forma, privilegiaram-se os candidatos com um vínculo efectivo ao programa agro-ambiental (candidaturas aceites e pagas). Enuncie-se a este respeito que das candidaturas à Protecção Integrada efectuadas em 1996 apenas algumas delas foram pagas em 1997, um assinalável número foram-no em 1998 e outras ainda o não foram. Tal facto poderá traduzir-se, pelo lado dos candidatos, em desmotivação ao programa e consequentemente à falta de implementação efectiva das práticas agrícolas a que concorreram.

Após estas decisões foram, mais uma vez, estabelecidos contactos com a Direcção Geral de Desenvolvimento Rural (DGDR), organismo do Ministério da Agricultura que tutela as Medidas Agro-Ambientais, no sentido de se obter a listagem, com os respectivos contactos, dos candidatos obedecendo aos requisitos enunciados. Uma vez que se pretendia aplicar um inquérito por questionário a todo o universo assim definido, o contacto de todos os candidatos tornava-se imperioso para prosseguirmos.

Neste sentido, depois de vários pedidos formais à DGDR no intuito de recolher as referidas listagens, o último dos quais em Janeiro de 1998, foi-nos dito pelos responsáveis daquele organismo que os contratos celebrados entre os candidatos às Medidas Agro-Ambientais e a DGDR eram confidenciais, não podendo por essa razão a DGDR fornecer as listagens pedidas. Tal facto não nos deixou de surpreender

na medida em que tendo já participado em trabalhos anteriores sobre as Medidas Agro-Ambientais, não nos foi, então, colocado qualquer tipo de obstáculos desta natureza.

Em alternativa, a DGDR propôs que se elaborasse uma minuta onde explicitávamos os intuitos do nosso estudo e onde apelávamos à colaboração dos agricultores, no sentido destes nos facultarem os seus próprios contactos. Esta minuta seria enviada pela DGDR aos candidatos e posteriormente estes fornecer-nos-iam as suas moradas. Como é evidente esta proposta levantou à partida inúmeros problemas. Em primeiro lugar, refira-se que este processo demorou cerca de três meses a ser aprovado pela DGDR, não obstante terem sido responsáveis desta Direcção Geral a sugeri-lo. Em segundo lugar, esta proposta poderia inviabilizar o nosso estudo. Dada a especificidade da população alvo - agricultores - à já de si baixa taxa de devolução de respostas nestas situações que seria aqui potencialmente superior, acresceria o facto do tempo de resposta ser, previsivelmente, longo.

Por todos estes factos, constatando-se, pois, que as diligências junto da DGDR não estavam a surtir os efeitos pretendidos, privilegiou-se em paralelo outra via - as associações agrícolas locais, com vista a obter as referidas listagens dos agricultores do Oeste candidatos às medidas. Havendo prévio conhecimento de que para os agricultores concorrerem a duas das medidas - Protecção Integrada e Produção Integrada - necessitavam de estar vinculados a uma associação agrícola de fomento desses tipos de agricultura, havia garantias de que estas possuíam os dados pretendidos. Por sua vez, embora nas outras duas medidas - Luta Química Aconselhada e Agricultura Biológica - aquele requisito não fosse obrigatório, sabia-se, no entanto, que eram as próprias associações agrícolas locais que, na grande maioria dos casos, formalizavam as candidaturas dos agricultores, o que nos garantia, com alguma margem de segurança, que também estas associações dispunham dos dados pretendidos.

Deste modo, após uma inventariação exaustiva de todas as associações / cooperativas agrícolas locais que tinham associados seus candidatos às Medidas Agro-Ambientais, foi-lhes solicitada a sua colaboração para nos facultarem os respectivos contactos desses associados. Refira-se que a maior parte destas

associações já estavam recenseadas quando se realizaram as entrevistas aos seus responsáveis, na tentativa de obtermos os seus testemunhos ao programa agro-ambiental. Para tal, foram descritos os objectivos do presente estudo, evidenciando que os dados solicitados não seriam divulgados, sendo somente necessários para se estabelecer contacto com os agricultores a inquirir. Garantia-se, pela nossa parte, que o anonimato dos candidatos seria preservado e respeitado. De todas as associações contactadas naquelas circunstâncias (10) apenas uma, a Associação de Produtores Agrícolas de Sobrena (APAS), remeteu o assunto para a DGDR, destacando que era a este Organismo que competia divulgar aqueles dados, recusando-se, por esta via, a fornecer-nos a listagem dos seus associados candidatos às Medidas Agro-Ambientais. Porém, os contactos de parte destes candidatos da APAS, 15 num total de cerca de 65, foram conseguidos por intermédio de uma associação - FRUTUS - que candidatou os seus associados à Protecção Integrada e à Produção Integrada através da APAS.

Embora este processo tenha sido coroado com um relativo sucesso, visto que de 10 associações somente uma não se disponibilizou a divulgar os dados pretendidos, realce-se, por seu turno, que ele não esteve isento de obstáculos. Um dos principais foi a sua morosidade, tendo-se levado cerca de 5 meses a recolher as listagens dos candidatos da totalidade das associações. Ainda assim, foram necessárias inúmeras diligências e muita persistência junto das associações agrícola

QUADRO I

Total de candidaturas ao Grupo I das Medidas Agro-Ambientais no Oeste pagas pelo IFADAP até 19/08/97 e registadas pelas associações agrícolas locais

Medidas	Pagas até 19/08/97	Reg. p/ associações
	Nº	Nº
Luta Química Aconselhada	16	15
Protecção Integrada	202	154
Produção Integrada	13	11
Agricultura Biológica	5	5
Total	236	185

Confrontando-se os dados obtidos por via das associações com os dados oficiais mais recentes da DGDR (Quadro I), verifica-se que, *grossa modo*, eles estão relativamente próximos. O diferencial mais significativo observa-se no número de

candidatos à Protecção Integrada, o que se explica pela falta de contactos da maioria dos candidatos associados da APAS. Dado ainda não disponibilizarmos de dados oficiais, relativos ao total de candidaturas pagas pelo IFADAP até final do ano de 1997, tendo, no entanto, os mesmos sido pedidos à DGDR em Janeiro do presente ano, apenas poderemos utilizar como referência os mais actualizados, as candidaturas pagas até 19 de Agosto de 1997. Baseando-nos nos dados obtidos através das associações, os quais se reportam já às candidaturas pagas até 31 de Dezembro de 1997, julgamos não existir um aumento substancial de candidaturas pagas entre 19/08/97 e 31/12/97.

Consequentemente, o nosso universo de análise irá assentar nos 185 candidatos relativamente aos quais temos os respectivos contactos. Serão estes a totalidade dos agricultores a inquirir. Como se pode constatar, também no Quadro I, a grande maioria dos candidatos registados aderiu à Protecção Integrada (154), havendo apenas a assinalar 15 na Luta Química Aconselhada, 11 na Produção Integrada e 5 na Agricultura Biológica.

QUADRO II

Distribuição dos candidatos registados por medidas e por associações

Associações	LQA	Pt I	Pd I
AATV	15	-	-
AVA	-	46	-
AVAPI	-	46	-
COOPQUER	-	27	-
FRUBAÇA	-	-	10
FRUTOESTE	-	22	-
FRUTUS / APAS	-	13	1
Total	15	154	11

AATV - Associação de Agricultores de Torres Vedras;

AVA - Associação dos Viticultores de Alenquer;

AVAPI - Associação de Valorização Agrícola em Produção Integrada (Alcobaça);

COOPQUER - Cooperativa Agrícola de Alenquer, CRL;

FRUBAÇA - Cooperativa de Hortofruticultores, CRL (Alcobaça);

FRUTOESTE - Cooperativa Agrícola de Hortofruticultores do Oeste, CRL (Torres Vedras);

FRUTUS / APAS - FRUTUS, CRL / Associação dos Produtores Agrícolas de Sobrena (Cadaval).

Relativamente aos candidatos à medida - Fruteiras de Variedade Regional, a não obtenção das listagens via DGDR comprometerá a sua inquirição ainda que, como planeáramos, através de um processo de amostragem. Embora estes candidatos

tenham como denominador comum com os candidatos do Grupo I das Medidas Agro-Ambientais o facto de todos eles serem fruticultores, daí o interesse, realçado no último relatório, da sua inclusão no universo, apenas se obtiveram os contactos de 20 candidatos àquela medida, num total de cerca de 250 candidatos. Estes agricultores foram, tal como os agricultores das outras medidas, recenseados através das associações agrícolas locais.

O Quadro II ilustra a repartição dos candidatos por medidas e por associações. No que se refere aos 5 candidatos à Agricultura Biológica os seus contactos não foram obtidos por intermédio das associações, daí que não constem neste quadro. Ao abrigo do Reg. 2092/91, antecedente do Reg. 2078/92 das Medidas Agro-Ambientais que também engloba a Agricultura Biológica, os agricultores que praticam este tipo de agricultura têm de estar devidamente certificados para poderem comercializar os seus produtos como originários daquela prática agrícola. Contrariamente a outros tipos de agricultura mais consentâneos com a preservação do ambiente, as listagens dos agricultores biológicos certificados são públicas, podendo ter acesso às mesmas qualquer cidadão. Foi exactamente por esta forma que obtivemos os contactos destes candidatos a esta medida. Tendo-se, posteriormente, averiguado quais os agricultores biológicos certificados que, concomitantemente, tinham aderido à Agricultura Biológica no contexto das Medidas Agro-Ambientais.

QUADRO III

Distribuição das candidaturas no Oeste pagas pelo IFADAP até 19/08/97 e das registadas através das associações agrícolas locais por medidas e por concelhos

Concelhos	LQA		Pt I		Pd I		AB	
	1*	2*	1*	2*	1*	2*	1*	2*
Alcobaça	-	-	22	12	3	10	-	-
Alenquer	-	-	22	65	-	-	-	-
Arr. dos Vinhos	-	-	-	-	-	-	-	-
Bombarral	-	-	28	6	3	-	-	-
Cadaval	-	-	70	11	4	1	-	-
Cal. da Rainha	-	-	27	9	1	-	-	-
Lourinhã	-	-	4	-	1	-	1	1
Mafra	1	-	7	2	-	-	3	3
Nazaré	-	-	-	-	1	-	-	-
Óbidos	-	-	9	13	-	-	-	-
Peniche	-	-	1	-	-	-	-	-

So. Mte Agraço	-	-	-	-	-	-	1	-
Torres Vedras	15	15	12	24	-	-	-	1
Grande Lisboa	-	-	-	12	-	-	-	-
Total	16	15	202	154	13	11	5	5

1* Candidaturas pagas pelo IFADAP até 19/08/97 (Fonte: DGDR)

2* Candidaturas pagas pelo IFADAP até 31/12/97 (Fonte: associações agrícolas locais)

No que concerne à localização dos candidatos por medidas e por concelhos (*cf.* Quadro III), verifica-se algum desfasamento entre os dados oficiais da DGDR e os recolhidos através das associações. Por um lado, assinala-se que os dados registados por via das associações reportam-se à localização residencial dos candidatos, contrariamente aos dados da DGDR, os quais se referem à localização das explorações agrícolas dos candidatos. A título de exemplo, veja-se o número de candidatos residentes na Grande Lisboa, cujas explorações se situam no Oeste. Por outro lado, o facto de apenas dispormos dos contactos de um pequeno número de candidatos associados da APAS (situada no concelho do Cadaval) traduzir-se-á no diferencial verificado nos concelhos do Cadaval, Bombarral, Caldas da Rainha e Alcobaça. Estes concelhos coincidem, justamente, com a área de apoio técnico da APAS.

Realização do Pré-teste

Após a elaboração preliminar do questionário, a aplicar à totalidade dos agricultores candidatos ao Grupo I das Medidas Agro-Ambientais, aquele foi submetido a pré-teste. O objectivo desta operação consistiu em afinar a compreensão das questões pelos agricultores seleccionados para o efeito, bem como a ordenação e operacionalização das mesmas. O pré-teste foi realizado junto de 10 agricultores, repartidos da seguinte forma: 1 candidato à Luta Química Aconselha, 8 candidatos à Protecção Integrada e 1 candidato à Produção Integrada.

Vários foram os motivos pelos quais realizámos um pequeno número de pré-testes. Em primeiro lugar, grande parte das questões circunscritas no inquérito já haviam sido testadas em outros estudos realizados por vários elementos deste projecto de investigação. Em segundo lugar, o baixo número de candidatos às medidas da Luta Química Aconselhada (15), da Produção Integrada (11) e da Agricultura Biológica (5)

condicionavam, por conseguinte, que fosse realizado um baixo número de pré-testes. Isto porque cada pré-teste efectuado neste grupos de candidatos seria posteriormente subtraído ao universo de análise. Foi por este facto que no caso dos candidatos à Agricultura Biológica não foi realizado nenhum pré-teste, dado o já diminuto número total destes. Por último, realce-se que os 8 pré-testes submetidos aos candidatos à Protecção Integrada revelaram-se suficientes, registando-se uma certa homogeneidade na interpretação dos objectivos do inquérito.

Desta forma, a análise dos resultados do pré-teste conduziu-nos à versão final do questionário a aplicar aos agricultores .

5.4.Construção do guião da entrevista a aplicar aos actores-chave na política Agro-ambiental

Tendo por base as sucessivas fases de construção da problemática e de lapidação do nosso objecto de estudo, iniciámos os procedimentos conducentes à recolha da informação necessária à análise do discurso agro-ambiental dos actores institucionais locais. Assim, e mantendo-nos fiéis à zonagem feita relativamente à região do Oeste, tomámos como actores-chave do binómio agricultura-ambiente os responsáveis do Ministério da Agricultura e Pescas e do Ministério do Ambiente (pela banda do Estado) e os dirigentes das Associações de Agricultores e das Associações Ambientalistas (pela banda da sociedade civil). Apesar de conter ligeiras diferenças que visam uma maior adequação ao perfil do entrevistado, o corpo da entrevista mantém-se fundamentalmente o mesmo. Desta forma, o guião da entrevista centrou-se, basicamente, nos seguintes grupos de questões:

Identificação do entrevistado e da organização; ambiente rural; agricultura e Política Agrícola Comum; Medidas Agro-Ambientais (Regulamento 2078/92); formação profissional agrícola, e, por fim, um conjunto de questões sobre o futuro da agricultura e do espaço rural.

5.5 O questionário: objectivos e estrutura

A população a que aplicámos o questionário é constituída por agricultores candidatos ao primeiro grupo de medidas agro-ambientais.

O principal objectivo do inquérito é o de avaliar as atitudes desses mesmos agricultores face a estas Medidas e, de um modo mais geral aos problemas ambientais causados pela actividade agrícola.

As práticas agrícolas, as atitudes face às medidas e à PAC e as motivações de adesão ao programa constituem-se, assim, nas questões centrais objecto de inquirição.

Quatro grupos de questões:

1. Dados socioeconómicos - com este grupo de questões pretendemos recolher os dados necessários à sociografia do candidato e da exploração agrícola.
2. Regulamento 2078/92 - as questões deste grupo procuram dar conta do tipo de medidas e respectivas áreas a que o agricultor se candidatou; o motivo principal subjacente à candidatura, bem como os procedimentos exigidos pelo processo de candidatura. A avaliação dos objectivos das medidas e dos seus resultados práticos ao nível da exploração agrícola encerram este grupo.
3. Experiência de programas agrícolas anteriores e da PAC - este grupo de questões reenvia-nos para a avaliação do impacto da PAC e para a experiência em programas subsidiados pela EU.
4. Agricultura e ambiente – este grupo condensa as questões referentes às práticas agrícolas e a sua relação com os problemas ambientais e um conjunto de questões acerca do futuro da exploração agrícola e da agricultura na região.

6. PRINCÍPIOS E NORMAS DOS MODELOS AGRÍCOLAS ALTERNATIVOS

Dado que a quase totalidade dos inquiridos são praticantes da Protecção Integrada (PtI), torna-se importante definir esta prática agrícola, onde se dará também conta da Luta Química (LQA) e da Produção Integrada (PdI). Segundo a «definição adoptada pela OILB / SROP³ em 1973, a PtI é um processo de luta contra os organismos nocivos utilizando um conjunto de métodos que satisfaçam as exigências económicas, ecológicas e toxicológicas e dando carácter prioritário às acções fomentando a limitação natural dos inimigos das culturas e respeitando os níveis económicos de ataque» (Amaro, 1988:11). Embora na altura esta definição se referisse à luta integrada, ela foi actualmente alterada para PtI.

A PtI exige o conhecimento de várias componentes. Antes de mais, que se proceda à estimativa do risco, *i.e.*, à observação atenta e contínua das culturas de modo a detectar os potenciais inimigos da cultura e a avaliar através da intensidade do seu ataque os possíveis estragos ou prejuízos que estes possam causar. Nesta análise têm de ser tomados em consideração aspectos qualitativos como o tempo, o vigor da cultura, a presença de auxiliares⁴, entre outros, que poderão condicionar a agressividade do inimigo da cultura.

Para além da observação visual da cultura e, no caso das pragas e dos infestantes, de algumas armadilhas alimentares e luminosas, a PtI recorre ainda a novos tipos de armadilhas, como as cromotrópicas ou coloridas e, em especial, as sexuais, as quais utilizam feromonas com grande especificidade para atraírem os machos de uma determinada espécie, o que as torna mais eficientes para a avaliação da evolução da intensidade do ataque.

A intensificação das investigações científicas sobre os prejuízos concretos que causam muitos inimigos das culturas tem permitido esclarecer os níveis económicos de ataque. Ou seja, a altura em que a intensidade de ataque justifica a intervenção de

³Organização Internacional de Luta Biológica / Secção Regional Oeste Paleártica.

⁴«Organismo antagonista, com actividade predadora, parasitóide ou patogénica, de organismos inimigos das culturas» (Amaro e Baggiolini, 1982:258).

produtos fitofarmacêuticos, dado que se tal não for feito poderão ocorrer prejuízos superiores ao custo daquelas intervenções.

Quando for indispensável uma intervenção, deve proceder-se à selecção dos meios de protecção, ponderando se há alternativas aos produtos de tratamento químico, nomeadamente através da luta biológica, da luta biotécnica ou da luta cultural. Para não falar do facto de se dever recorrer, sempre que possível e antes de implantar a cultura, a variedades resistentes.

Segundo Amaro e Baggiolini (1982:261-262), a redução de populações inimigas das culturas consegue-se na luta biológica «através da acção de organismos antagonistas naturais» desses mesmos inimigos; na luta biotécnica «através da utilização de substâncias naturais⁵ ou de síntese, (...), que agem negativamente sobre certas funções vitais desses organismos nocivos» (*idem*), a título de ilustração destas substâncias naturais, assinalem-se as hormonas, as feromonas, as substâncias esterilizantes e os fago-inibidores; e na luta cultural mediante as «Práticas culturais tendentes a reduzir a população dos inimigos das culturas por acção directa (ex.: mecânica, efeito do calor ou do ruído) ou indirecta (ex.: rotação, fertilização, época de sementeira, rega).» (*ibidem*).

Quando estes processos naturais de combate às espécies nocivas das culturas não conseguem travar o desenvolvimento destes organismos inimigos e sempre que os níveis económicos de ataque justifiquem a utilização de produtos químicos de tratamento, deverá proceder-se a uma cuidadosa selecção dos pesticidas disponíveis e homologados para a prática em PtI. Serão aqui ponderados não só o custo e a eficácia destes produtos, mas também será avaliada a importância dos perigos de intoxicação para o Homem, o problema dos resíduos e consequente intervalo de segurança e outros efeitos secundários dos pesticidas, muito em especial a agressividade relativamente a auxiliares e a polinizadores (ex.: as abelhas), assim como o perigo de provocar resistências nos inimigos das culturas.

⁵A título de ilustração das substâncias naturais assinalem-se as hormonas, as feromonas, as substâncias esterilizantes e os fago-inibidores

Em síntese, verifica-se que em PtI existem quatro pontos cruciais, como salienta Amaro (1988:15): (i) é importante manter-se uma vigilância permanente das culturas para se poder diagnosticar atempadamente a presença de potenciais inimigos dessas mesmas culturas; (ii) deve-se ter em conta o princípio de tolerância, permitindo que as populações de inimigos se aceitem até que o nível económico de ataque não seja atingido; (iii) quando se intervém, só em última instância se deve recorrer à luta química, privilegiando-se sempre a luta biológica, a luta cultural, a luta biotécnica e/ou as variedades resistentes; (iv) quando é indispensável recorrer a produtos fitofarmacêuticos devem seleccionar-se aqueles que forem menos agressivos, tanto para os auxiliares como para o Homem, quer na sua aplicação quer na presença de resíduos nos produtos alimentares.

A adesão do agricultor à PtI não se processa numa base de ruptura ou de revolução com as práticas da agricultura convencional. Esta adesão torna-se possível pelo desencadeamento de um ciclo evolutivo de transposição de sucessivas etapas, que se iniciam na luta química cega. Esta primeira fase é caracterizada pela utilização indiscriminada dos pesticidas mais eficazes, segundo esquemas de tratamentos fixos e previamente definidos. A tomada de decisão pelo agricultor na efectuação dos tratamentos é condicionada, essencialmente, pelas empresas de produtos químicos, nomeadamente através dos seus técnicos. Nesta fase, somente as razões de carácter toxicológico (destruição dos organismos inimigos mediante a utilização de produtos químicos altamente tóxicos, daí a eficácia (momentânea) dos mesmos) assumem real importância.

A segunda etapa, a LQA, baseia as intervenções do agricultor em sistemas de avisos, os quais limitam o emprego dos pesticidas aos períodos em que haja maiores probabilidades de ocorrência de estados sensíveis, ou seja, nos períodos em que o ataque dos organismos prejudiciais às culturas seja mais previsível. Nesta fase, as preocupações ecológicas e as de cariz económico começam a ser ponderadas, visto que o número de tratamentos com pesticidas decresce. Tanto na luta química cega como na luta química aconselhada, a articulação dos tratamentos a realizar com as culturas é praticamente inexistente. A decisão do agricultor não se prende com a visualização objectiva das suas culturas, mas fundamentalmente por sistemas semi-rígidos exógenos.

A terceira fase deste processo evolutivo, a luta dirigida, é, por sua vez, a primeira etapa da PtI, onde são reforçadas as preocupações de natureza económica e ecológica. Na luta dirigida os pesticidas apenas são utilizados quando se alcança o nível económico de ataque, *i.e.*, no momento em que os prejuízos originados pelos inimigos das culturas são superiores aos custos dos tratamentos a efectuar. Quando tal acontece, a escolha dos pesticidas recai naqueles que são menos tóxicos e que têm menores repercussões ecológicas, principalmente nos organismos auxiliares, responsáveis pela limitação natural dos infestantes.

A última fase deste ciclo, a PtI, como já atrás se referiu, além de se apoiar também nos métodos da luta dirigida, no seu significado mais abrangente, tem por finalidade limitar ao máximo a luta química, recorrendo para tal aos vários meios de protecção contra os organismos nocivos das culturas, os biológicos, os biotécnicos, os genéticos e os culturais. As razões de carácter económico, ecológico e toxicológico detêm nesta prática maior importância, dado que tanto o número de tratamentos é reduzido de forma drástica, como a eficácia dos mesmos é mais real.

A fase seguinte é a PdI, a qual além de seguir os princípios e normas da PtI, contempla também o processo relativo às fertilizações, à aplicação de diferentes métodos culturais, tais como plantação, modo de condução, mobilizações do solo e colheitas.

Dado o elevado nível de exigências técnicas e de conhecimentos que a PtI requer, esta prática pressupõe a existência de agricultores com formação agrícola adequada e, simultaneamente, o acompanhamento por parte de técnicos credenciados para, em estreita cooperação com os agricultores, actuarem eficientemente.

É precisamente neste enquadramento que o Decreto-Lei 180/95 de 26 de Julho passou a reger a PtI, para além da PdI e da LQA, a partir desta data. Assentando nestes princípios e normas que orientam a PtI e a PdI, este Decreto-Lei estipulou também que para a prática destes tipos de agriculturas sejam constituídas organizações de agricultores, com um mínimo de dez associados, que tenham por objectivo a prática da PtI / PdI e que para tal disponham de técnicos credenciados para

o apoio técnico aos agricultores associados, além de se comprometerem a manter a sua actividade por um período mínimo de cinco anos.

Os agricultores devem assinalar as suas acções nos Cadernos de Campo, nos quais registam os dados relativos às parcelas em PtI, PdI ou LQA, designadamente: superfície, produtos fitofarmacêuticos adquiridos, observações realizadas no campo relativamente a pragas, doenças e organismos auxiliares, intervenções realizadas, em especial os tratamentos. Todos estes dados devem ser facultados aos técnicos, assim como o livre acesso para a colheita de amostras de folhas, frutos ou outros órgãos vegetativos para análise de resíduos.

Por seu turno, são obrigações das associações elaborarem os Cadernos de Campo nos mesmos parâmetros que os dos agricultores, promoverem um curso de formação para os agricultores membros durante o primeiro ano de prática em PtI ou em PdI, bem como cursos de actualização nos anos seguintes. Estas associações devem ter ainda os seguintes objectivos: promover a aplicação de técnicas da PtI e/ou PdI; prestar assistência técnica aos seus associados; e promover a comercialização dos produtos.

Só mediante o preenchimento destes requisitos, os agricultores associados nas associações de promoção da PtI ou PdI reconhecidas poderão candidatar-se aos actuais incentivos financeiros concedidos à prática da PtI / PdI.

7. OS CANDIDATOS DA SUB-REGIÃO AGRÁRIA DO OESTE AO GRUPO I DAS MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS

7. 1 Contextualização e Caracterização dos Candidatos às Medidas Agro-Ambientais

De modo a evidenciarem-se as especificidades inerentes aos agricultores que aderiram a estas práticas agrícolas inovadoras confrontar-se-ão os dados referentes aos mesmos com os dados agrícolas da região Ribatejo e Oeste (RO), bem como com

as da sub-região do Oeste. Tal permitirá um conhecimento mais aprofundado dos praticantes destas MAA, vislumbrando-se, desta forma, idiosincrasias próprias destes agricultores.

Os dados estatísticos mais recentes referentes a alguns indicadores de caracterização das explorações agrícolas foram publicados em 1997 no Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas (IEEA) pelo INE. Contudo, estes dados apenas estão disponíveis ao nível regional (Ribatejo e Oeste) e não ao nível sub-regional (Oeste). Os dados mais recentes a este nível sub-regional reportam-se a 1989 (Recenseamento Geral Agrícola -RGA). Visto que o universo de análise deste estudo recai na sub-região do Oeste, a qual tem algumas especificidades que a diferenciam da sub-região do Ribatejo, torna-se pertinente apresentar também os dados do Oeste, ainda que manifestamente pouco actualizados. Deste modo, serão apresentados os dados estatísticos agrícolas do Oeste referentes a 1989 e os disponíveis do Ribatejo e Oeste relativos a 1997.

Porém, quando se fizer esta comparação importa reter alguns aspectos de modo a limitar o enviesamento da leitura dos dados comparativos apresentados.

Em traços gerais, em Portugal em termos agrícolas operaram-se diferenças significativas entre 1989 e 1997. O número de explorações agrícolas diminuiu cerca de 30%. A SAU naquele período apenas decresceu 5%, devendo-se esta redução pouco substantiva da SAU ao facto de terem sido as pequenas explorações que desapareceram. Tal situação levou a que se desse um aumento da SAU média por exploração agrícola de 6,7 ha em 1989 para 9,2 ha em 1997. Também o nível de instrução dos produtores agrícolas tem vindo a aumentar, verificando-se uma redução de cerca de 8% dos produtores sem qualquer tipo de escolaridade. Isto apesar destes representarem ainda, em termos globais, 33% do total. Relativamente à idade dos agricultores observa-se que a agricultura portuguesa se caracteriza por uma população envelhecida sem apresentar sinais de renovação. Em 1997, os agricultores com mais de 65 anos de idade assumiram um valor percentual de 38%, o qual aumentou 8% face a 1989. Paralelamente, constatou-se, desde 1989 uma redução de 9% do número de agricultores com mais de 55 anos.

Como já se teve oportunidade de referir, os inquiridos aqui objecto de estudo foram os candidatos ao primeiro grupo das MAA (LQA, PtI, PdI e AB) na região do Oeste. Porém, das quatro medidas deste grupo apenas a PtI teve uma percentagem bastante expressiva de candidatos que a esta aderiram, nomeadamente 95,1% (128 inquiridos como primeira medida de candidatura e 7 como segunda). Assim, uma vez que a quase totalidade destes inquiridos são agricultores que concorreram à PtI, torna-se compreensível que a nossa análise recaia privilegiadamente sobre eles. Por seu turno, e de uma forma muito particular no que diz respeito aos agricultores aderentes à PtI, comparar-se-ão em algumas situações muito pontuais os dados referentes a estes inquiridos com os dados de um estudo de caso desenvolvido em 1996, também na região do Oeste. Esta análise comparativa poderá evidenciar importantes alterações que se têm operado na evolução da implementação da PtI em Portugal.

7. 1. 1. Estrutura Sociográfica

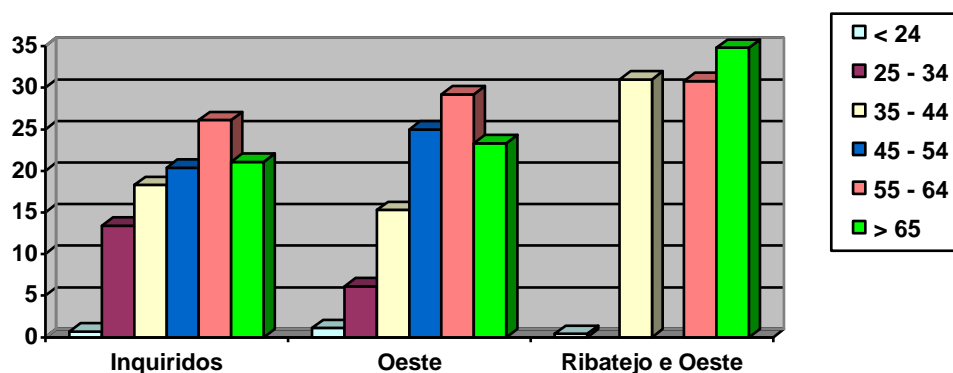
Os agricultores inquiridos são indivíduos na sua quase totalidade do sexo masculino (90,8%), somente 13 candidatos (9,2%) são do sexo feminino. A grande maioria são chefes de família (83,8%), no entanto há a registar um número assinalável de inquiridos que são filhos dos chefes de família (13 casos - 9,2%), nomeadamente os mais jovens, e cônjuges do chefe de família (10 - 7%), a quase totalidade dos candidatos do sexo feminino. Cerca de 90% destes agricultores estão casados ou vivem em união de facto, o estado civil dos restantes inquiridos é em 2 casos de viuvez e num caso de divórcio. Praticamente todos (95,8%) são chefes da exploração agrícola, registando-se apenas 6 casos (4,2%) que mencionaram não ser chefes das explorações agrícolas com que se candidataram às MAA.

O local de residência dos 142 inquiridos reparte-se por 13 concelhos, nomeadamente 47 residem em Alenquer, 20 em Alcobaça, 14 em Torres Vedras, 11 em Lisboa, 11 em Óbidos, 10 em Caldas da Rainha, 8 em Mafra, 8 no Cadaval, 6 no Bombarral, 4 em Porto Mós e 1 em cada um dos seguintes concelhos: Amadora, Cascais e Vila Franca de Xira. Tendo em consideração que as explorações agrícolas destes inquiridos se encontram localizadas no Oeste, depreende-se que 90,2% destes agricultores residem em locais próximos das suas explorações. No entanto, 9,8%

destes residem na Grande Lisboa e possuem as suas explorações no Oeste, ou seja, são frequentadores urbanos do espaço rural a tempo parcial.

As idades destes inquiridos situam-se entre os 21 e os 85 anos, os quais apresentam uma média de idades de 52,3 anos. Atendendo-se aos escalões etários apresentados no Gráfico 6.1.1, é possível verificar que a maioria dos inquiridos possui mais de 45 anos de idade, tendo o escalão de idades situadas entre os 55 e 64 anos mais de 1/4 dos inquiridos (26,1%).

GRÁFICO 7.1.1



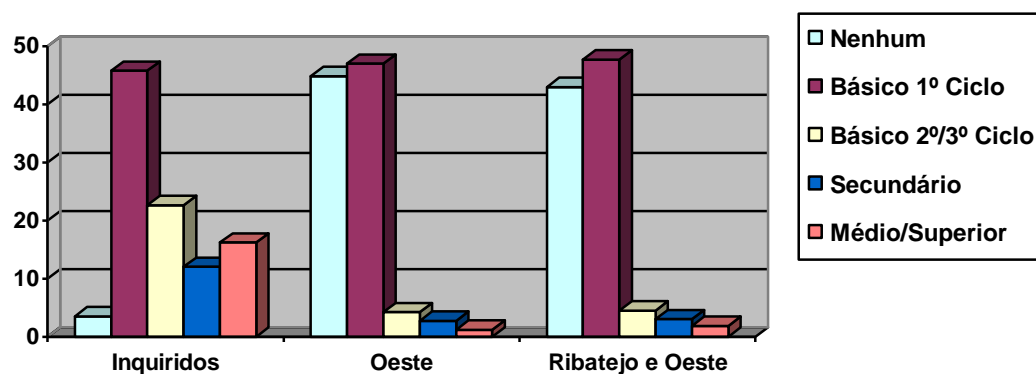
PRODUTORES SEGUNDO A IDADE⁶

Comparando-se estes dados ao contexto regional é possível verificar que a média de idades dos inquiridos é inferior à média de idades dos agricultores da região na qual se inserem. Atendendo a uma observação mais detalhada do Gráfico 7.1.1, constata-se que os dois escalões de idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos obtêm valores percentuais mais significativos nos inquiridos que nos agricultores da região. Inversamente, os escalões de idades superiores, 45 ou mais anos, estão menos representados nos agricultores que se candidataram aos modelos de agricultura alternativa do que nos agricultores convencionais da região.

⁶ No IEEA de 1997 as idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos apenas são repartidas em dois escalões etários, nomeadamente, de 25 – 39 e de 40 – 54 anos. Neste sentido, esta apresentação dos dados, referentes aos produtores com idades circunscritas entre os 24 e os 54 anos, numa única classes de idades pretende compatibilizar estas estatísticas do IEEA de 1997 com as do RGA de 1989.

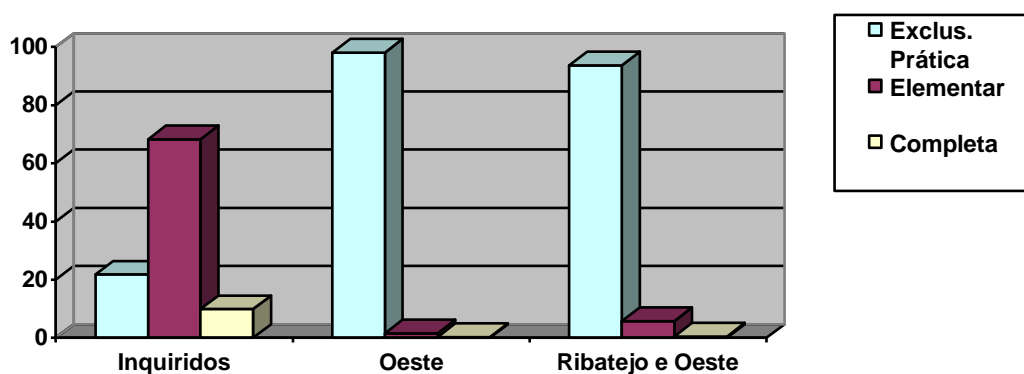
GRÁFICO 7.1.2

PRODUTORES SEGUNDO O NÍVEL DE INSTRUÇÃO



Ao nível do grau de instrução dos agricultores, as diferenças são mais expressivas. Conforme o demonstra o Gráfico 7.1.2, os chefes das explorações da Região Agrária do Ribatejo e Oeste detêm ainda um baixo nível de escolaridade, 43% destes não possuem qualquer grau de instrução e cerca de 47% apenas têm o ensino primário (1º Ciclo do Ensino Básico), apresentado o Oeste valores muito similares. No que se refere aos outros três níveis de escolaridade apresentados simplesmente representam aproximadamente 9% do total dos agricultores do RO e sensivelmente 8% do Oeste.

GRÁFICO 7.1.3



PRODUTORES SEGUNDO A FORMAÇÃO PROFISSIONAL AGRÍCOLA

Quanto aos inquiridos, somente as percentagens referentes aos detentores do ensino básico do 1º ciclo são, sensivelmente, iguais à dos agricultores da região. Os

candidatos sem nenhum nível de escolaridade são apenas 3,5% do total. Relativamente aos outros três níveis, estes em conjunto totalizam uma percentagem de 50,8%. Destaque-se a elevada expressão de inquiridos com o ensino médio/superior completo (16,2%). Mais de 1/4 dos inquiridos possuem níveis de instrução superiores ao ensino básico actual.

A formação profissional agrícola dos produtores, quer da região do RO, quer da sub-região do Oeste, é na sua quase totalidade exclusivamente prática (mais de 90%), isto é, advém do saber prático pelo desempenho da actividade e da transmissão de saberes de geração em geração. Por sua vez, o Gráfico 7.1.3 realça que a formação profissional elementar (por ex. os cursos de jovens empresários agrícolas, cursos monográficos, etc.) e a completa (cursos agrícolas de dois ou mais anos efectuados em estabelecimentos de vertente agrícola) unicamente é representativa de 5,8% e 0,5% dos agricultores do RO e 1,6% e 0,3% dos da sub-região do Oeste, respectivamente. Os cerca de 6% de agricultores do RO com formação profissional elementar devem-se em larga medida ao dinamismo que se tem verificado na agricultura desta região no período pós entrada na CE, o qual se tem repercutido numa maior oferta de cursos de formação profissional agrícola. Atendendo a este facto é possível concluir que a actualização dos dados referentes à formação profissional elementar dos agricultores do Oeste ronde também aquele valor.

No que respeita aos inquiridos, poder-se-á destacar o facto de, em termos percentuais, a formação exclusivamente prática, comparativamente aos agricultores da região, baixar substancialmente o seu valor. Apenas aproximadamente 22% dos agricultores não tem qualquer tipo de formação profissional. As formações profissionais elementar e completa aumentam, também elas, de forma bastante significativa, situando-se nos cerca de 68% e 10%, respectivamente.

Da totalidade dos inquiridos é de salientar que 78,2% frequentaram cursos de formação profissional agrícola (111 casos), somente 21,8% não possuem qualquer formação deste tipo (formação exclusivamente prática). Realce-se ainda que, daqueles candidatos com formação profissional, 51% frequentaram mais do que um curso profissional ligado à agricultura: 23,2% possuem 2 cursos (26 casos), 13,4% detêm 3 cursos (15), 8% frequentaram 4 cursos (9) e 6,3% 5 cursos (7).

De entre os cursos profissionais agrícolas mais frequentados, destaca-se, em primeiro lugar, o Curso de Protecção Integrada com 83,9% das respostas dos inquiridos que frequentaram um ou mais cursos. Este valor corresponde a 66,2% do total dos agricultores alternativos e 71,1% do total de praticantes da PtI. A primazia deste curso deve-se ao facto de os candidatos à PtI terem de frequentar obrigatoriamente este curso ou acção de sensibilização em Protecção Integrada no decurso do primeiro ano de candidatura. Do total de 135 aderentes Face a este dado constata-se que dos 39 candidatos à PtI que não mencionaram a presença neste curso / acção de sensibilização, 6 frequentaram o Curso de Produção Integrada e 13 no momento de realização do inquérito tinham-se candidatado àquela prática agrícola à menos de um ano, encontrando-se estes dentro dos requisitos legais que enquadram a prática da PtI. Os restantes 20 inquiridos (14,8%) ou ainda não o frequentaram ou não o mencionaram. O facto de estes cursos / acções de sensibilização em Protecção Integrada serem na maioria dos casos de cariz mais prático que teórico, sendo efectuados mais nos campos do que em sala, poderá estar na origem da sua omissão por parte de alguns inquiridos.

Em segundo lugar, bastante distanciado aparece o Curso de Jovem Empresário Agrícola 22,5% dos inquiridos referiram ter frequentado este curso (32 casos). Adiante-se que, a região do Ribatejo e Oeste por si só canalizou aproximadamente 1/4 das ajudas totais distribuídas ao território nacional no âmbito do Reg. 797/85 e Reg. 2328/91 (substituindo este último o primeiro). Regulamentos estes onde se enquadram os programas de apoio à instalação de jovens agricultores, os quais apenas podem ser acedidos por agricultores com menos de 40 anos e que frequentem aquele curso.

Seguidamente, em posições muito próximas aparecem o Curso Monográfico de Podas e o Curso Monográfico de Fruticultura, sendo o primeiro registado por 17,6% dos inquiridos (25 casos) e o segundo por 13,4% (19). Dado o tipo de culturas que grande parte destes agricultores desenvolvem, nomeadamente a fruticultura, torna-se compreensível o número considerável destes que mencionaram ter recorrido àqueles cursos de formação profissional.

Os restantes cursos referidos não se distinguem de forma significativa uns dos outros, tendo o número de respostas dadas a cada um deles variado entre 7 e 1. Assim,

o Curso de Produção Integrada registou 7 respostas, 6 o Monográfico de Fertilização e o Monográfico de Viticultura, 5 o Monográfico de Rega e o de Operador de Máquinas Agrícolas, 4 o de Contabilidade Agrícola, 3 o Monográfico de Fertirrigação e o de Gestão Agrícola, 2 o de Agricultura Biológica, o Monográfico de Vinificação e o de Gestão Informática, tendo ainda os Cursos de Luta Química Aconselhada, Monográfico de Horticultura, Monográfico de Reguladores de Crescimento, de Controlo de Qualidade e de Produção Agro-Pecuária canalizado 1 resposta cada.

Dado que a quase totalidade dos inquiridos são candidatos praticantes da PtI ou da PdI, o que para tal terão de ser membros de associações de fomento a estas práticas agrícolas, justifica quase por si só o facto de todos os inquiridos estarem integrados em pelo menos uma associação agrícola. Apenas 8 inquiridos, 5 candidatos à LQA e 3 à AB, não têm a obrigatoriedade de estarem articulados a associações de promoção às respectivas práticas agrícolas. Ainda assim, mesmo estes agricultores socorrem-se do apoio técnico de associações para implementarem quer a LQA, quer a AB.

Cerca de metade dos inquiridos são membros de duas ou mais associações agrícolas. Em particular, 33,1% são sócios de duas associações, 12,7% de três associações, havendo ainda a registar 2 inquiridos que são membros de cinco associações e 1 de seis associações. Tal facto indicia que para além do apoio técnico procurado nas associações agrícolas para a implementação das práticas agrícolas a que se candidataram, um grande número de inquiridos recorre frequentemente às associações para outros fins. Os restantes 52,1% dos inquiridos apenas estão integrados numa associação agrícola.

Como se torna compreensível, as associações mais referidas foram precisamente aquelas que dão apoio técnico ao nível da implementação das práticas agrícolas inovadoras a que os inquiridos se candidataram, em especial à PtI. Assim, a Associação para a Valorização Agrícola da Produção Integrada (AVAPI) congregou 33,1% dos inquiridos, a Associação de Viticultores de Alenquer (AVA) 26,1%, a Coopquer 16,9%, a Associação de Produtores Agrícolas da Sobrena (APAS) 12,7% e a Frutoeste e a Associação de Agricultores da Região de Alcobaça (AARA) 8,5%, cada uma, a Associação de Agricultores da Região de Torres Vedras (AATV) obteve

6,3% e a Frubaça 4,9%. A grande maioria destas associações fomentam a PtI, como é o caso da AVAPI, AVA, Coopquer, APAS, Frutoeste e Frubaça, apenas duas destas, a APAS e a Frubaça também dão apoio à PdI. A AATV é a única que apoia os agricultores que se candidataram à LQA. De todas estas associações mais mencionadas, aquela que não dá apoio a estas práticas agrícolas alternativas é a AARA.

Dos 3 inquiridos que se candidataram à AB, 2 estão integrados numa associação que dinamiza a AB, nomeadamente 1 na Agrobio e 1 na URSE, e o outro

Com base nestes dados, conclui-se que os aderentes aos modelos agrícolas alternativos têm, regra geral, idades mais jovens, níveis de escolaridade mais altos e recorrem mais à formação profissional agrícola que os agricultores convencionais.

No entanto, face aos dados de caracterização dos praticantes da PtI de 1996 (Figueira, 1996), é possível apontar algumas tendências que têm vindo a marcar a evolução da implementação da PtI em Portugal. Note-se que a quase totalidade dos inquiridos se candidataram à PtI (135 em 142), o que permite, em traços gerais, comparar estes dois estudos. Assim, em guiza de balanço, poder-se-á assinalar que a média de idades subiu cerca de 10 anos e em termos globais o nível de instrução dos candidatos baixou, passando a estar mais representados os níveis de escolaridade mais baixos. Face a estes dados, tudo aponta para a emergência de um processo de maior democratização desta prática agrícola, resultante, em larga medida, dos incentivos financeiros enquadrados pelo Reg. 2078/92, a qual no seu início estava confinada essencialmente a agricultores mais jovens e mais instruídos, sendo estes alguns dos traços do perfil dos agricultores mais inovadores, característica fundamental para a adesão à PtI.

7. 1. 2. Estrutura das Explorações Agrícolas

Num universo de 99.938 explorações agrícolas existentes no RO e 39.896⁷ no Oeste, que se expandem numa área de 684.217 ha na primeira e 145.464 ha na

⁷Tendo em consideração a redução geral de 30% no número de explorações agrícolas contabilizadas em 1997 no IIEA face ao RGA de 1989, este número circunscrever-se-á aproximadamente nas 28.000 explorações, o que inevitavelmente aumenta a área média por exploração para sensivelmente os 5,2 ha.

segunda região, a dimensão média das explorações é de 10,8 ha e de 3,6 ha, respectivamente. Tendo em consideração a redução geral de 30% no número de explorações agrícolas contabilizadas em 1997 no IEEA face ao RGA de 1989, o número de explorações agrícolas no Oeste circunscrever-se-á aproximadamente nas 28.000 explorações, o que, inevitavelmente, aumenta a área média por exploração para sensivelmente os 5,2 ha. A região do RO, particularmente a região do Ribatejo, encontra-se numa zona de transição do minifúndio para as grandes explorações do Sul do país, sendo o minifúndio mais característico no Oeste e, inversamente, a grande exploração mais representativa no Ribatejo, o que explica a diferença das dimensões médias das explorações verificada entre o RO e a sub-região do Oeste. Se nos reportarmos simplesmente à área total de SAU a dimensão média das explorações decresce para os 7,7 ha no RO e os 2,9 ha no Oeste, o que associado à média de 4 blocos por exploração tanto no RO como no Oeste resulta que, também em média, cada bloco possui uma pequena área de 1,9 ha no RO e 0,7 ha no Oeste.

Relativamente aos inquiridos, a média da superfície total por exploração é de 27 ha, visto que estes 142 agricultores possuem conjuntamente 3.838 ha. Já no que se refere à dimensão média da área por exploração com SAU esta situa-se nos 18,7 ha.

Recorrendo-se à leitura dos Gráfico 7.1.4 e 7.1.5 a disparidade dos valores das superfícies das explorações agrícolas da região por relação à dos inquiridos é melhor compreendida.

GRÁFICO 7.1.4

IMPORTÂNCIA RELATIVA DO NÚMERO DE EXPLORAÇÕES POR CLASSE DE ÁREA

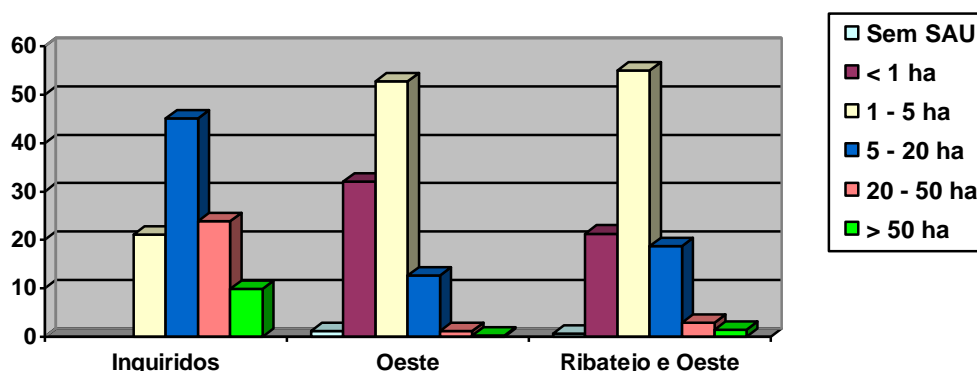
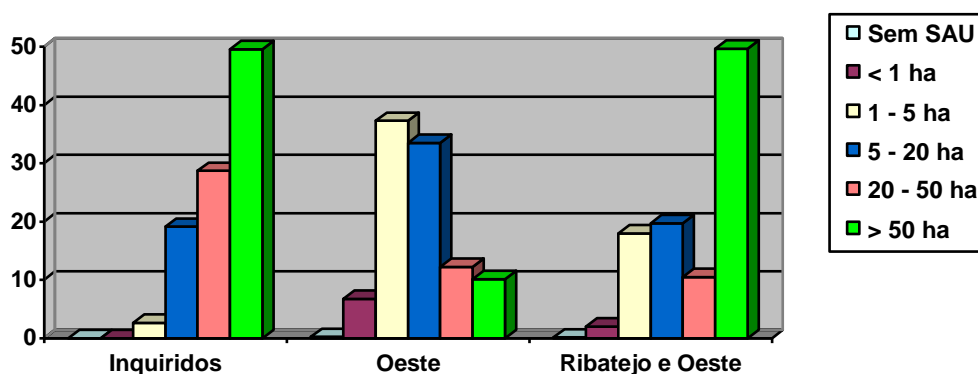


GRÁFICO 7.1.5

IMPORTÂNCIA RELATIVA DA ÁREA DAS EXPLORAÇÕES POR CLASSE DE ÁREA

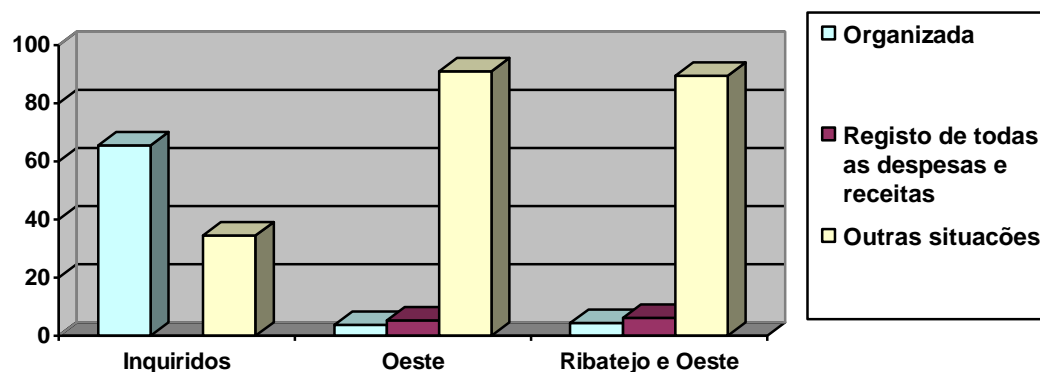


As explorações agrícolas com classes de área inferior a 5 ha representam uma elevada percentagem no total das explorações, precisamente 85,9% no Oeste e 76,9% no RO, as quais assumem somente 44,2% e 20,1% da área total, respectivamente. Veja-se, ainda que relativa, a significativa relevância das explorações sem SAU no Oeste, representando 1,2% do total das explorações, reflexo da importância assumida da pecuária intensiva nesta região. As classes de área com mais de 5 ha, inversamente, detêm um peso pouco significativo, apenas são 14,1% do total no Oeste e 23,1% no RO. Destas a sua grande maioria pertencem à classe dos 5 a 20 ha. Observe-se que no RO as explorações com mais de 50 ha apenas representam 1,5% do total, em conjunto totalizando, no entanto, cerca de 50% da área da região.

Nos inquiridos verifica-se que com menos de 5 ha apenas há a registar 21,1% das explorações, as quais simplesmente assumem uma importância de 2,6% no que concerne à área total. Por sua vez, os cerca de 10% de inquiridos com explorações com mais de 50 ha detêm metade da superfície total. A maior parte dos inquiridos (45,1%) possuem explorações com áreas situadas entre os 5 e os 20 ha, no entanto, representam apenas, aproximadamente, 20% da área total dos agricultores alternativos inquiridos.

GRÁFICO 7.1.6

EXPLORAÇÕES SEGUNDO A CONTABILIDADE



A grande maioria dos agricultores do Oeste não recorre a nenhum tipo de contabilidade (91%), ou seja, não se baseiam nem na contabilidade organizada, nem no registo de todas as despesas e receitas na gestão das suas explorações agrícolas. Unicamente cerca de 4% recorrem à contabilidade organizada. No RO a situação é relativamente análoga.

No que respeita aos inquiridos o cenário é diametralmente oposto, 2/3 destes socorrem-se da contabilidade organizada como forma de melhor gerirem as respectivas explorações agrícolas. A percentagem daqueles que não recorrem a qualquer tipo de contabilidade na gestão das explorações situa-se nos 34,5%.

No RO, das terras ocupadas pelas explorações agrícolas, a SAU representa 67%. A percentagem da superfície florestal na superfície total é de 37%, no entanto, mencione-se que 55.602 ha dessa área têm aproveitamento agrícola, essencialmente sob a forma de pastagens permanentes. Deste modo, a superfície florestal sem culturas sob-coberto representa 29% da área total. A superfície agrícola não utilizável unicamente assume 2,4% da área total das explorações agrícolas.

Quanto à utilização da SAU no RO, cerca de 41% daquela é ocupada por culturas temporárias e 38% por culturas permanentes, o que denota um certo equilíbrio entre a representatividade destes dois tipos de culturas. A restante SAU está em pousio, é terra limpa e está sob-coberto de matas / florestas, sensivelmente, 5%,

4% e 9%, respectivamente. No conjunto das culturas temporárias é de realçar os cereais (41%), nomeadamente o milho, o trigo e o arroz, as culturas forrageiras anuais (28%) e as culturas hortícolas (15%). No RO aproximadamente 24.000 explorações produzem hortícolas, no entanto, a relevância desta cultura é mais notória se se referir que nesta região se encontra mais de metade da área hortícola nacional.

Em relação às culturas permanentes, mais de metade dos pomares nacionais estão circunscritos nesta região do RO, cerca de 51%. Grande parte destas explorações com pomares encontram-se no Oeste, o qual detém 42% do número total de explorações agrícolas com pomares, o que representa 57,4% da área total de pomares do RO.

A vinha, o olival e os frutos frescos com uma representação de 46%, 28% e 23%, respectivamente, quase constituem a totalidade da área de culturas permanentes do RO. Se nos reportarmos às principais culturas do Oeste, em particular os frutos frescos e à vinha, conclui-se que 61% das explorações agrícolas que produzem frutos frescos no RO estão localizadas nesta sub-região, assumindo 44,5% da área total dedicada a estas culturas no RO. Em relação à vinha cerca de metade do número total de explorações, representando 37% da área total de vinha no RO, situam-se também no Oeste.

Quanto à utilização das terras dos inquiridos, os 3.838 ha de superfície total repartem-se em 2.649 ha de SAU (69,1%) e 1.168 ha de superfície florestal (30,4%), sendo esta essencialmente detida pelas explorações de maior dimensão. A superfície agrícola não utilizável é somente 20 ha (0,5%).

No que respeita à utilização da SAU, cerca de 3/4 desta é dedicada às culturas permanentes, sendo em 44,7% da SAU total dos inquiridos praticada a fruticultura, em 28,9% a viticultura e em 0,3% o olival. Apenas 7,8% da SAU dos inquiridos é dedicada à produção de culturas temporárias, nomeadamente cereais (3,6%), forragens (2,9%), horticultura (1,2%) e viveiros de plantas de fruto (0,1%). O pousio e/ou terra limpa assume 18,3% da área da SAU (486 ha).

Quanto à percentagem de comercialização, constata-se uma grande direccionalidade das duas principais culturas da região para a comercialização, tratando-se por esta via de uma região fortemente integrada nos circuitos mercantis. Relativamente aos fruticultores e aos viticultores, mais de 3/4 destes agricultores da região do RO comercializam mais de 75% das suas produções. Se nos reportarmos ao Oeste cerca de 90%, quer os fruticultores, quer os viticultores, comercializam aquela percentagem ou mais das suas produções.

Ainda assim, verifica-se que nos inquiridos a percentagem destes que comercializa mais de 75% das suas produções de frutos frescos e de uva para vinho é superior à média da sub-região do Oeste. A quase totalidade dos inquiridos que se dedicam à fruticultura e/ou à viticultura comercializam na sua esmagadora maioria cerca de 95% ou mais das suas respectivas culturas.

7. 2. Motivações de adesão a modelos agrícolas alternativos

Como se fez alusão no objecto de estudo desta investigação, uma das preocupações centrais desta pesquisa é a análise da lógica dominante das motivações de adesão às práticas agrícolas alternativas. Pretende-se saber quais as razões que estiveram na origem da mudança das práticas agrícolas encetada por estes agricultores candidatos às MAA, como é o caso da LQA, da PtI, da PdI e da AB. Todas estas MAA, umas mais que outras, exigem por parte daqueles que as implementam um processo de modernização ecológica das explorações agrícolas, traduzido por uma reconversão das práticas agrícolas. Ao aderirem a estes modelos agrícolas alternativos, estes agricultores estão a abdicar progressivamente do modelo agrícola convencional que sempre implementaram e que sempre consideraram como o mais adequado para atingirem os seus fins, para se dedicarem a modelo agrícolas bastante inovadores.

Nesta perspectiva, existe aqui um grande nível de risco percebido pelos agricultores candidatos advindo da mudança de práticas. Os compromissos assumidos por estes beneficiados, menos exigentes em termos técnicos nos aderentes à LQA e relativamente exigentes nos candidatos à PtI, à PdI e à AB, obrigam a uma alteração de rotinas, o que por si só desencadeia uma natural reserva por parte destes

agricultores. A análise das motivações de adesão permitirá contribuir para determinar as reais razões que levaram estes candidatos a assumir este risco de mudança das práticas agrícolas e o abandono das práticas enraizadas. Tal como foi mencionado na proposta de análise, privilegiaram-se três lógicas dominantes de motivações, a saber as económicas, as ambientais e as técnicas, as quais agrupam as várias razões de adesão, dando-se conta das mesmas seguidamente.

7. 2. 1. Motivações económicas

As várias razões de cariz económico foram, de longe, as mais enumeradas como factor determinante de adesão aos modelos agrícolas alternativos. Na realidade, mais de metade dos inquiridos (51,6%) apontou as motivações económicas como razão da mudança das práticas agrícolas.

QUADRO 7.2.1

MOTIVAÇÕES ECONÓMICAS DE ADESÃO ÀS PRÁTICAS AGRÍCOLAS ALTERNATIVAS

MOTIVAÇÕES ECONÓMICAS	Nº	%
DIMINUIR OS CUSTOS DE PRODUÇÃO	34	22,5
RENDIMENTO ADICIONAL PROVENIENTE DAS AJUDAS	16	10,6
VALORIZAÇÃO FUTURA DOS PRODUTOS NO MERCADO	2	1,3
MONTANTE DAS AJUDAS	26	17,2
Total	78	51,6
NR / NS	5	3,3

Como o comprova o Quadro 7.2.1, de entre as motivações de carácter económico, a diminuição dos custos de produção foi o facto mais referido como sendo determinante para adesão às práticas alternativas, tendo-o enumerado cerca 1/4 dos inquiridos. A grande vantagem comparativa dos modelos alternativos, em especial da PtI e da PdI, face à agricultura convencional é precisamente a redução significativa dos factores de produção, devido a uma maior racionalização no emprego destes. Considerando que a quase totalidade dos inquiridos se candidatou a um daqueles modelos agrícolas (95,1% à PtI e 2,1% à PdI), depreende-se a grande relevância dada à diminuição dos custos de produção como factor de adesão aos mesmos. Adiante-se ainda que, a quase totalidade destes inquiridos que se candidataram àquelas duas medidas admitiu que com a implementação destas práticas agrícolas da PtI e/ou da PdI diminuiu o número de tratamentos fitossanitários efectuados. A nível

comparativo, segundo os inquiridos, o número de tratamentos realizados antes e após a prática da PtI e da PdI foi reduzido em termos médios em 32,5%. Significa isto que o número de tratamentos fitofarmacêuticos efectuados antes de implementarem estas práticas era de 12,5, também em média, por época produtiva e após a adesão à PtI e/ou à PdI passou a ser de apenas 8,5 tratamentos.

O montante das ajudas, isto é, o valor do subsídio concedido às MAA em causa foi preponderante para 17,2% dos inquiridos. Perante este dado, constata-se que para quase 1/5 destes agricultores o valor financeiro atribuído à medida a que se candidataram minimizou o risco inerente à mudança de práticas agrícolas. Segundo o relatório da *Avaliação Intermédia da Execução e do Impacte Socioeconómico das MAA* (DGDR: 1997), a ajuda média por ha, entre o período de 1994 - 1996, foi de 5 mil escudos para a LQA, 31 mil escudos para a AB, 77 mil escudos para a PtI e 99 mil escudos para a PdI. Quanto à ajuda média por contrato, esta foi de 37 mil escudos para os candidatos à LQA, 602 mil escudos para os aderentes à PtI, 1.133 mil escudos para os praticantes da PdI e 1.430 mil escudos para os agricultores biológicos que se candidataram naquele período. Tendo em consideração estas ajudas, poder-se-á destacar que os montantes das ajudas constituíram um assinalável incentivo à adesão a estas práticas agrícolas alternativas.

No que se refere ao rendimento adicional proveniente das ajudas, este foi significativo para 10,6% dos inquiridos. Ou seja, estes agricultores consideraram que as ajudas financeiras concedidas a estas MAA, sendo estas atribuídas por um período de 5 anos, constituíam uma importante fonte de rendimento extra, o que lhes permite num certo espaço de tempo, os referidos 5 anos, manter uma certa estabilidade económica. Face às constantes e por vezes bruscas oscilações produtivas verificadas entre as várias épocas produtivas, o rendimento proveniente das ajudas permite-lhes encarar o futuro com um relativo desafogo económico. Na realidade, este apoio é visto como a única garantia, ainda que insuficiente, para a sustentação das explorações agrícolas, dada a relativa insegurança e a irregularidade das produções agrícolas.

À partida, dado o crescente interesse público por produtos de bioqualidade e com menos resíduos tóxicos, tudo apontava para que a valorização futura dos produtos oriundos destas práticas agrícolas alternativas no mercado fosse um factor bastante ponderado para a adesão a estas MAA. A oferta deste tipo de produções, num momento em que se assiste a um crescente descontentamento face ao modelo agrícola intensivo e estandardizado, poderá num futuro próximo originar mais-valias,

estas desencadeadas com o aumento da procura de produtos de bioqualidade. Porém, unicamente 2 inquiridos (1,3%) mencionaram a valorização futura dos produtos no mercado, os quais realçaram este facto como motivo de adesão às Fruteiras de Variedade Regional (FVR). Verificou-se que nenhum dos inquiridos enquanto candidatos aos modelos agrícolas alternativos referiu este facto. As duas únicas referências a esta razão foram apontadas por candidatos enquanto aderentes às FVR, e não como candidatos à PtI, visto que são actualmente candidatos a estas duas MAA.

A razão desta manifesta descrença à valorização futura dos produtos originários destas práticas agrícolas alternativas no mercado poder-se-á dever ao facto de estes produtos, salvo os oriundos da AB, não serem até então comercializados no mercado como produtos de bioqualidade. Os consumidores ainda desconhecem estes tipos de produções em larga medida devido à pouca ou nenhuma divulgação dos mesmos. A componente da comercialização, com a devida certificação, em particular dos produtos advindos da PtI e da PdI, tem sido aquela que mais foi descurada até ao momento. A criação e a aprovação de um símbolo ou rótulo para a divulgação e comercialização dos produtos da PtI, pelo Ministério da Agricultura, apenas data de final de Maio de 1999. No entanto, esta medida já está prevista dentro do quadro das MAA desde 1995. Os produtos originários destas práticas agrícolas, como é o caso da PtI e da PdI, têm concorrido em igualdade de circunstâncias com os oriundos da agricultura convencional, ou seja, sem as mais-valias de que poderiam beneficiar, dado os menores resíduos tóxicos e a maior bioqualidade que apresentam.

Contrariamente, os agricultores que mencionaram que se candidataram às FVR devido à valorização futura destes produtos no mercado, já têm provas da mais-valia que representam estas produções diversificadas. Refira-se que estes agricultores situam-se na região de Alcobaça e são sócios da AARA, sendo esta associação o organismo privado de controlo e certificação da Indicação Geográfica (Reg. 2081/92) da Maçã de Alcobaça, da qual algumas variedades são elegíveis para candidatura às FVR no âmbito das MAA.

7. 2. 2. Motivações ambientais

Como já anteriormente se referiu, estes modelos agrícolas alternativos assentam numa maior racionalidade ecológico-agrícola, uma vez que têm subjacente um quadro teórico-empírico que melhor considera as complexidades que gravitam em redor da produção agrícola e, conseqüente e simultaneamente, dos impactes da

actividade agrícola na natureza. Enquanto a agricultura convencional procura sujeitar os processos biológicos a lógicas de produtividade e de rentabilidade, estas práticas agrícolas alternativas procuram uma adequação e um equilíbrio entre o processo produtivo e os princípios ecológicos, sem, no entanto, descurarem a lógica da produtividade e da rentabilidade. Em que medida é que estas preocupações ecológicas inerentes ao processo produtivo foram determinantes para estes agricultores aderirem a estes modelos agrícolas era a questão que se punha à partida. Pretendia-se saber a real importância dos factores ambientais como estímulos à mudança das práticas agrícolas.

QUADRO 7.2.2

MOTIVAÇÕES AMBIENTAIS DE ADESÃO ÀS PRÁTICAS AGRÍCOLAS ALTERNATIVAS

MOTIVAÇÕES AMBIENTAIS	Nº	%
PROTECÇÃO DA NATUREZA	20	13,2
DIMINUIR E COMBATER O USO DE PRODUTOS QUÍMICOS	9	6,0
PRODUZIR ALIMENTOS DE MELHOR QUALIDADE	5	3,3
Total	34	22,5
NR / NS	5	3,3

As motivações ambientais no seu conjunto, como o atesta o Quadro 7.2.2, foram preponderantes para cerca de 1/4 dos inquiridos no momento em que aderiram aos modelos agrícolas alternativos. Ainda que seja um número considerável de inquiridos que as tenham mencionado, este fica bastante aquém do número daqueles que apontaram as motivações económicas, sensivelmente menos de metade destes.

De entre as razões de cariz ambiental aludidas, o destaque foi para a protecção da natureza, cerca de 13% dos inquiridos referiram este motivo como sendo aquele que foi mais determinante para aderirem às novas práticas agrícolas, todos eles praticantes da PtI.

A diminuição e o combate ao uso de produtos químicos apenas foi preponderante para 6% dos inquiridos. Uma das formas de proteger a natureza, a nível agrícola, passa necessariamente pela redução do emprego de produtos químicos. É mediante esta redução que se protege e/ou atenuam os impactos negativos no espaço rural. Significa isto que, para se desencadear uma acção geral de protecção da natureza no espaço rural, no qual a actividade agrícola ainda detém um peso bastante importante, ela terá de se iniciar com acções mais concretas e específicas, como é o caso da diminuição e do combate ao uso de produtos químicos. Dado o diferencial

entre os 13,2% dos inquiridos que aderiram aos modelos agrícolas alternativos motivados para protegerem a natureza, por via da mudança para práticas agrícolas mais consentâneas com a preservação do ambiente rural, e os 6% que aderiram aos mesmos como forma de diminuir e combaterem o uso de produtos químicos, podemos estar perante o conceito que Mormont (1990) define como "naturezas parciais". O conceito de natureza é usado de modo tão abrangente que é delimitado por uma panóplia de definições, o que poderá prefigurar uma relação ideal com a natureza no plano simbólico, mas não no plano da realidade material.

Por sua vez, a baixa representatividade dos inquiridos que mencionaram a diminuição e o combate ao uso de produtos químicos poderá traduzir o facto de esta razão, marcadamente ambiental, ser também apreendida como factor indutor da redução dos custos de produção, e daí económica. Verifique-se que, cerca de 1/4 dos inquiridos disse ter-se candidatado a estas práticas agrícolas motivados pela diminuição dos custos de produção que as mesmas potenciavam. Nestas práticas agrícolas alternativas a diminuição dos custos de produção consegue-se através de uma maior racionalização do emprego de produtos químicos em geral e, particularmente, de produtos fitossanitários. Indirectamente, esta motivação económica, diminuição dos *inputs*, induz à diminuição do uso de produtos químicos, no entanto, foi a primeira motivação que mais foi privilegiada pelos inquiridos.

Quanto à produção de alimentos de melhor qualidade, esta motivação apenas encorajou 3,3% dos inquiridos. O termo qualidade aqui utilizado, tal como já se tem vindo a fazer referência, não abdicando da acepção até então usada, acrescenta outros indicadores. Na agricultura convencional, a qualidade de um produto é conseguida mediante o preenchimento de um número de requisitos essencialmente marcados pela aparência visual do mesmo. Entre os principais requisitos destes produtos convencionais, poder-se-ão apontar o calibre e a uniformidade (tamanho estandardizado), a textura (ausência de rogosidade) e o estado de conservação. Por sua vez, os produtos oriundos das práticas agrícolas alternativas, sem descurarem estes requisitos da qualidade dos produtos da agricultura convencional (à excepção da AB), têm também em consideração o próprio processo produtivo, a ausência de resíduos tóxicos e a qualidade biológica ou organoléptica dos produtos. Daqui que se privilegie a designação de produtos de bioqualidade, o que permite por si só diferenciar estas produções das oriundas da agricultura convencional.

Tal como na análise atrás apresentada referente à valorização futura dos produtos no mercado, também aqui a produção de produtos de qualidade, ou para se

ser mais preciso de bioqualidade, apenas motivou um diminuto número de inquiridos (5 casos). Independentemente destes agricultores depreenderem que as suas produções são de maior qualidade comparativamente com as da agricultura convencional, o mercado não as reconhece como tal, pelas razões já expostas, o que origina por parte destes agricultores uma descrença e um gorar de expectativas da comercialização com este tipo de mais-valias das suas produções.

7. 2. 3. Motivações técnicas

Tal como as motivações ambientais, as técnicas foram fulcrais para a adesão de cerca de 1/4 dos inquiridos às práticas agrícolas alternativas. Com a constante reformulação de métodos e práticas agrícolas, bem como das próprias políticas que enquadram o sector, os agricultores sentem-se crescentemente incapazes, com base nos saberes práticos e familiares, de enfrentar os novos desafios que se lhes vão colocando na sua actividade. A procura de apoio técnico junto das associações agrícolas representa para eles uma garantia para a actualização e para a modernização das suas explorações agrícolas. Para 22,5% dos inquiridos a adesão a estas MAA deveu-se primordialmente a aspectos profissionais ou técnicos articulados com a sua actividade agrícola.

QUADRO 7.2.3

MOTIVAÇÕES TÉCNICAS DE ADESÃO ÀS PRÁTICAS AGRÍCOLAS ALTERNATIVAS

MOTIVAÇÕES TÉCNICAS	Nº	%
TER COBERTURA / ASSISTÊNCIA TÉCNICA	20	13,2
AUMENTAR O CONHECIMENTO E CONTROLO TÉCNICO	14	9,3
Total	34	22,5
NR / NS	5	3,3

O maior número de inquiridos que apontou as motivações técnicas (13,2%) referiu que a cobertura / assistência técnica que iria usufruir com o processo de adesão a estas práticas agrícolas alternativas foi determinante para essa mesma adesão. Uma das grandes inovações ao nível da implementação das MAA em Portugal foi o facto de os candidatos para concorrerem a algumas destas medidas, como é o caso da PtI e da PdI, terem de estar associados numa organização homologada pelo Ministério da Agricultura, organização que funciona enquanto promotora dos respectivos métodos agrícolas. Mediante este requisito o vínculo destes agricultores com estas associações passou a ser mais efectivo. Estas associações, além do apoio que a diversos níveis já

prestavam, passaram a dar assistência nas próprias explorações agrícolas dos seus associados, visualizando e acompanhando, periodicamente e *in situ*, o processo produtivo. A associação passou a desempenhar um papel activo na orientação técnica face às complexidades do processo produtivo. Só mediante a adesão à PtI ou à PdI estes agricultores passaram a beneficiar deste apoio e assistência técnica no campo, exercido por associações agrícolas, algumas constituídas antes dos incentivos económicos no âmbito das MAA outras após os mesmos.

Aproximadamente 9% dos inquiridos, todos eles praticantes da PtI, fizeram questão de afirmar que tinham aderido às práticas agrícolas alternativas para aumentarem o conhecimento e controlo técnico da produção. Uma das causas do uso indiscriminado dos produtos fitofarmacêuticos foi o desenvolvimento do processo de resistência dos organismos inimigos das plantas a esses mesmos produtos. Devido a este facto, o emprego irracional dos fitossanitários desencadeou o processo que se designa por "espiral de tratamentos". Isto é, o «aumento progressivo das doses e/ou do número de tratamentos com pesticidas, em virtude da ocorrência do fenómeno da resistência ou em consequência da passagem de pragas potenciais ou ocasionais a permanentes» (Amaro & Baggiolini, 1982:260). À medida que a eficácia dos pesticidas diminui, a tendência do agricultor é a de aumentar o número de tratamentos, a qual tende a agravar ainda mais o processo de resistência das pragas, visto aumentarem os efeitos negativos na estrutura biológica. Além do aumento crescente dos custos em factores de produção a produtividade tende ou a estagnar ou a decrescer. Daí que este processo aponte para o que se designa como a "lei dos rendimentos decrescentes" (Campos & Naredo, 1980).

Para estes agricultores, a PtI ao diversificar os métodos de luta contra os organismos inimigos, assegura-lhes um maior controlo técnico da produção. Estes meios de luta utilizada pela PtI, assim como pela PdI, são: a luta biológica (acção dos organismos antagonistas naturais, actuando como predadores ou parasitas), a luta biotécnica (utilização de substâncias naturais ou de síntese que agem negativamente sobre certas funções vitais dos organismos nocivos), a luta cultural (práticas culturais tendentes a reduzir a população dos inimigos das culturas), isto para além da luta química (utilização de pesticidas selectivos).

Por sua vez, estes modelos agrícolas alternativos ao assentarem numa maior racionalidade ecológica, visando o equilíbrio biológico, potenciam a optimização da produção. Ou seja, a obtenção da produção óptima através do respeito pelas exigências de carácter ecológico, toxicológico e económico, em detrimento da

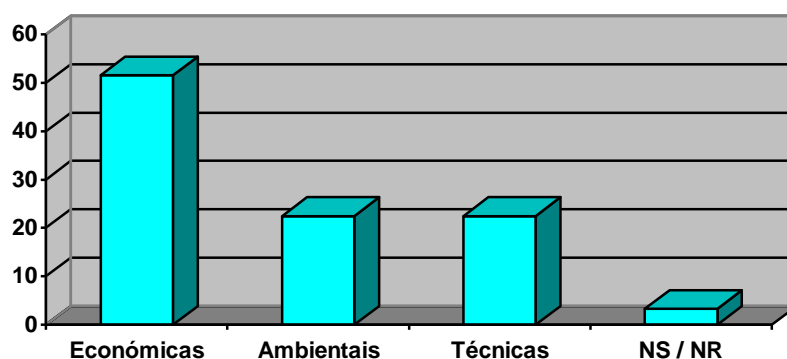
produção máxima que não tem em conta todas estas exigências. É mediante o conhecimento e a compreensão de todos estes conceitos que o processo produtivo é assumidamente mais controlado. Para tal, este controlo é em muito função quer da formação e/ou de acções de sensibilização pontuais, quer do acompanhamento dos técnicos especializados das associações, os quais além de darem indicações precisas das acções a implementar, fornecem simultaneamente um conjunto de informações científico-práticas.

7. 2. 4. Análise comparativa das motivações

De modo a obter-se uma visão mais global da lógica dominante das motivações que estiveram na origem da adesão a novas práticas agrícolas consentâneas com a preservação do ambiente será apresentada uma análise comparativa destas mesmas motivações.

Gráfico 7.2.1

LÓGICA DOMINANTE DAS MOTIVAÇÕES DE ADESÃO ÀS PRÁTICAS AGRÍCOLAS ALTERNATIVAS



Tal como se verificou nos três anteriores pontos, o Gráfico 7.2.1 demonstra claramente a predominância das motivações económicas como factor determinante de adesão a estas práticas agrícolas. Mais de metade dos inquiridos (51,6%) afirmou que foram precisamente motivações de natureza económica que os conduziram à adopção de novas práticas. O que em muito se deveu ao facto de as duas razões isoladas de adesão mais referidas terem sido de carácter económico, nomeadamente a diminuição dos custos de produção (22,5%) e o montante das ajudas a estas MAA (17,2%). Os restantes inquiridos repartiram-se equitativamente entre as motivações de cariz ambiental e as técnicas, com 22,5% cada.

QUADRO 7.2.4

NÚMERO DE CANDIDATURAS ÀS MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS

MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS	Nº	% Candidaturas	% Inquiridos
LUTA QUÍMICA ACONSELHADA (LQA)	5	3,3	3,5
PROTECÇÃO INTEGRADA (PtI)	135	89,4	95,1
Produção Integrada (PdI)	3	2,0	2,1
Agricultura Biológica (AB)	3	2,0	2,1
FRUTEIRAS DE VARIEDADE REGIONAL (FVR)	5	3,3	3,5
Total	151	100	106,3*

* Este valor acima dos 100% deve-se ao facto de os 142 inquiridos se terem candidatado a 151 processos no âmbito das MAA, ou seja, 9 inquiridos concorreu a duas medidas.

Em termos de análise das motivações de adesão segundo as MAA de candidatura, visto que a quase totalidade dos inquiridos são praticantes da PtI, como o demonstra o Quadro 7.2.4, inviabiliza à partida uma análise mais aprofundada das restantes medidas, dada a sua fraca representatividade. Dos 142 inquiridos, 133 candidataram-se apenas a uma medida, tendo os restantes 9 concorrido a duas medidas. Significa isto que, estes 142 inquiridos elaboraram 151 processos de candidatura, dos quais 95,1% (135 casos) candidataram-se à PtI, 3,5% à LQA e às FVR (5 casos cada) e 2,1% à PdI e à AB (3 casos cada). Antes de mais, importa recordar que não só os candidatos à PtI são a quase totalidade dos inquiridos, como também muitos dos aderentes às outras MAA são, simultaneamente e/ou actualmente, praticantes da PtI. Ainda assim, é possível apontar alguns traços exploratórios referentes às MAA menos representadas.

Dada a elevada representatividade que assumem os inquiridos candidatos à PtI, a análise das motivações de adesão destes a esta medida é em muito semelhante à análise das motivações gerais atrás apresentadas. Ou seja, as motivações económicas foram determinantes para a maioria dos praticantes da PtI (48,8%). Para estes inquiridos, as vantagens económicas a usufruir com a adesão poderão ter sido vistas como a compensação pelos riscos da inovação e da mudança das práticas agrícolas, em suma, da reconversão agrícola. À excepção de 1 candidato à AB, foram praticamente os únicos que enumeraram razões de natureza ambiental no momento de adesão à PtI (24,5%). Os restantes praticantes da PtI afirmaram ter aderido a esta prática agrícola por razões de carácter técnico (23%) e 3% não especificaram nenhuma razão.

Nas restantes MAA não houve uma predominância clara de uma motivação em detrimento de outras, o baixo número de candidatos a estas medidas não permite

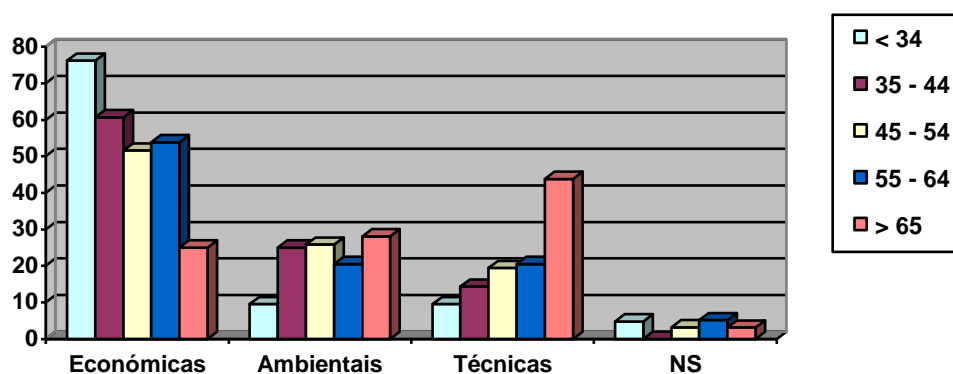
retirar ilações inequívocas. Os candidatos à LQA e à PdI repartiram-se entre as motivações económicas e as técnicas, não tendo referido nenhum deles as motivações de ordem ambiental. Por seu lado, os candidatos à AB apontaram as motivações económicas, estas articuladas com o apoio financeiro concedido a esta medida, e as motivações ambientais (produção de alimentos de melhor qualidade). Porém, note-se que a totalidade dos candidatos às FVR apenas mencionaram as motivações económicas como factores de adesão à mesma, *inclusive*, 2 destes foram os únicos que apontaram a razão "valorização futura dos produtos no mercado".

Contrariamente às restantes medidas aqui objecto de análise, as quais se inserem no Grupo I das MAA - Diminuição dos efeitos poluentes na agricultura, esta medida das FVR está integrada no Grupo II - Extensificação e/ou manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais. Enquanto no Grupo I das MAA os objectivos ambientais são mais facilmente apreendidos, no Grupo II tal não acontece. As medidas que compõem este grupo são visualizadas como medidas de apoio à agricultura, em especial a tradicional, nas quais não se verifica nenhum tipo de reconversão agrícola (Patrício & Lima, 1996). Deste modo, os seus objectivos ambientais só muito dificilmente são apreendidos pelos agricultores. O facto de a totalidade dos inquiridos candidatos às FVR ter mencionado motivações de natureza económica como factor de adesão às mesmas, poderá traduzir a tese de que esta medida é entendida como uma medida de apoio à agricultura.

De forma a dar-se conta de modo mais preciso de quem são os inquiridos que apontaram as várias motivações de adesão, apresentar-se-ão, seguidamente, os resultados do cruzamento destas motivações com algumas variáveis sociográficas e de caracterização da exploração agrícola, designadamente a dimensão das explorações.

Gráfico 7.2.2

LÓGICA DOMINANTE DAS MOTIVAÇÕES SEGUNDO A IDADE



Embora as motivações económicas tenham sido de longe as mais enumeradas, o Gráfico 7.2.2 demonstra que existe uma forte relação entre a idade e a sua expressividade. À medida que aumenta a idade dos candidatos diminui significativamente a importância percentual das motivações económicas. Enquanto que cerca de 3/4 dos inquiridos com menos de 34 anos e 60,7% dos de idades compreendidas entre os 35 e os 44 afirmaram ter aderido às práticas agrícolas alternativas por motivos económicos, apenas 1/4 dos candidatos com mais de 65 anos mencionaram estas motivações. No que se refere às motivações técnicas o resultado foi o inverso, os inquiridos com mais de 65 anos são os que mais as salientam (43,8%). Nos restantes escalões etários observa-se uma ligeira tendência de crescimento percentual das motivações técnicas face ao aumento das idades dos inquiridos, indo dos 9,5% nos inquiridos com menos de 34 anos até aos 20,5% nos de idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos.

Perante estes dados, constata-se que os candidatos mais idosos no momento de adesão às MAA privilegiaram, essencialmente, os factores de ordem técnico-profissional. Mediante a adesão a estas medidas consideraram que poderiam beneficiar de apoio e assistência técnica e aumentar os conhecimentos do processo produtivo, ou seja, usufruírem de um acompanhamento técnico assíduo que lhes permite melhor controlar aquele processo produtivo.

Os candidatos mais jovens, uma vez que a sua grande maioria destacou as motivações económicas como sendo as mais determinantes para a adesão a estas práticas agrícolas inovadoras, poderão ter percepcionado nestas um incentivo à reconversão económica das suas explorações. Note-se que dos 46 inquiridos com menos de 44 anos unicamente 1 não efectuou investimentos nos últimos 10 anos e apenas 9 não beneficiaram de outros programas subsidiados pela UE antes da adesão às MAA. Ou seja, estes candidatos mais jovens foram manifestamente os mais empreendedores e os mais dinâmicos na procura de apoios para financiarem os investimentos realizados nas suas explorações. Daí que aquando da adesão às MAA os objectivos económicos não tenham sido, de modo algum, descurados, representando também esta adesão às MAA um *continuum* na revalorização económica das suas explorações.

Quanto às motivações ambientais, a sua representatividade ronda os 25% em todos os escalões etários, à excepção do escalão das idades mais jovens, no qual somente 9,5% as mencionou. Os agricultores com mais de 65 anos foram aqueles que mais salientaram as motivações de cariz ambiental (28,1%). Neste escalão etário,

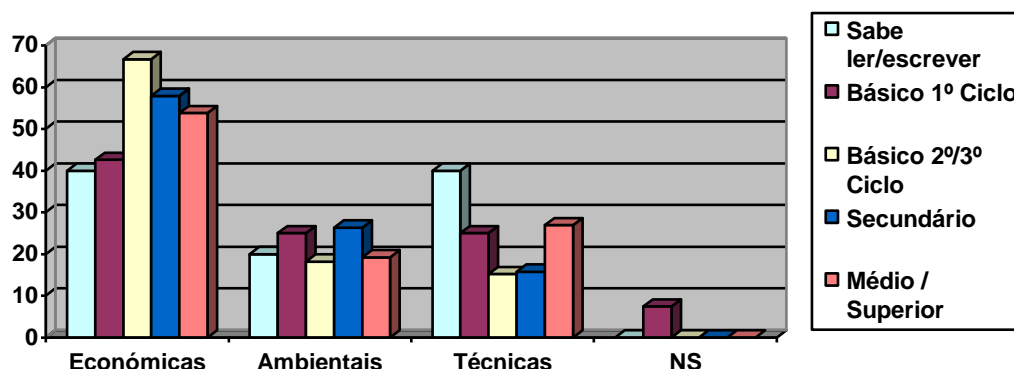
inclusive, a percentagem daqueles que referiram as motivações ambientais superiorizou-se ligeiramente à dos que apontaram as económicas. Desta forma, e contrariamente ao que seria esperado, observa-se que, *grosso modo*, à medida que aumentam as idades dos candidatos as motivações ambientais foram tendo mais relevância na adesão às MAA. Uma possível hipótese explicativa para este facto poder-se-á articular com dois aspectos de natureza diversa. Em primeiro lugar, tal como se acabou de referir, os inquiridos mais jovens estão essencialmente preocupados com a reconversão económica das suas explorações, vislumbrando na adesão às MAA um *continuum* desse processo reconversão, bem como uma sustentabilidade económica.

Em segundo lugar, os candidatos mais idosos, sendo, como é óbvio, chefes das suas explorações à mais anos, poder-se-ão ter dado conta de algumas alterações biológicas, decorrendo daqui alguns desequilíbrios ecológicos nas suas explorações. Foram os chefes das explorações à mais anos que melhor visualizaram o decréscimo da eficácia dos tratamentos fitossanitários. Face ao fenómeno do aumento da resistência dos organismos inimigos das culturas, desenvolveram esforços na tentativa da sua resolução, a qual passou, invariavelmente, pelo progressivo aumento de tratamentos com pesticidas e afins. Esta foi, *inclusive*, uma das razões para a maioria dos agricultores mais idosos terem mencionado as motivações técnicas. Adiante-se ainda que foram precisamente os inquiridos mais idosos que, no decurso do trabalho de campo deste estudo, realçaram o desaparecimento de algumas espécies simbólicas das suas explorações. É o caso da joaninha, um dos organismos auxiliares, isto é, um dos predadores dos organismos nocivos das culturas. Por sua vez, estes agricultores também em conversas informais foram os que mais manifestaram a sua grande apreensão pelas consequências na saúde pelo consumo dos produtos produzidos no modelo da agricultura convencional, pelo modelo que praticavam antes da adesão às práticas agrícolas alternativas.

No que se refere às motivações de adesão segundo o nível de instrução dos inquiridos as relações não são tão lineares. No entanto, as motivações económicas vão sendo mais realçadas consoante aumenta o nível de instrução dos inquiridos, detendo a sua maior expressividade nos detentores do 1º/2º ciclo do ensino básico. De um modo geral, as motivações ambientais não variam significativamente entre os vários níveis de escolaridade, cifrando-se entre os 18,2% nos candidatos com o 1º/2º ciclo do ensino básico e os 26,3% nos que possuem o ensino secundário.

Gráfico 7.2.3

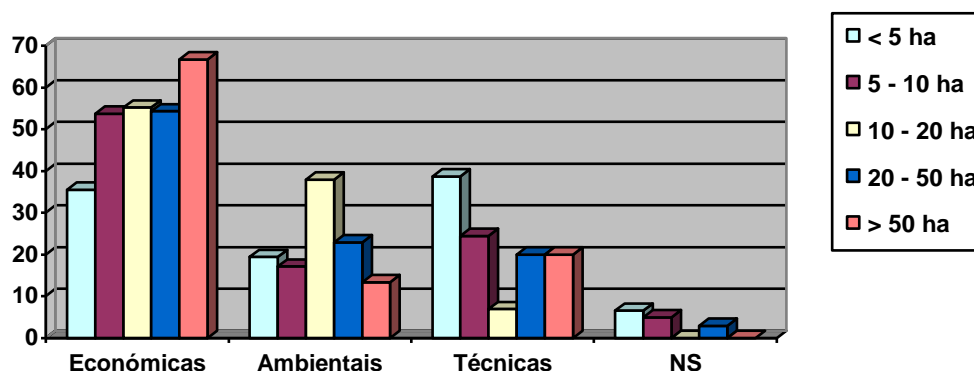
LÓGICA DOMINANTE DAS MOTIVAÇÕES SEGUNDO A INSTRUÇÃO



Relativamente às motivações técnicas a situação é, mais ou menos, extremada. São os inquiridos com menor escolaridade, em especial os que não detêm nenhum nível de instrução, e os possuem o ensino médio ou superior aqueles que mais as destacaram. Quer uns quer outros, com a adesão a estas práticas agrícolas, irão ter a possibilidade de ter assistência técnica nas suas próprias explorações, o que de outra forma não a teriam ou então seria mais difícil terem este tipo de apoio técnico. Além de que, tanto os que não possuem qualquer tipo de instrução ou têm baixa escolaridade, como os que detêm cursos médios ou superiores, que aludiram as motivações técnicas, estes últimos na sua quase totalidade de áreas não agrícolas, poderão ter percepcionado a adesão a estas práticas agrícolas por intermédio da candidatura às MAA como uma forma de colmatarem alguma falta de conhecimento científico-tecnológico agrícola.

Gráfico 7.2.4

LÓGICA DOMINANTE DAS MOTIVAÇÕES SEGUNDO A DIMENSÃO DAS EXPLORAÇÕES



Conforme o evidencia o Gráfico 7.2.4, a dimensão das explorações detém uma importância relativa na motivação de adesão às MAA. Consoante aumenta a dimensão

das explorações agrícolas dos inquiridos, por um lado, aumenta em paralelo a percentagem daqueles que deram relevância às motivações económicas, e, por outro lado, diminui a expressividade dos que evidenciaram as motivações técnicas, verificando-se uma grande quebra essencialmente entre os inquiridos com explorações entre os 5 a 10 ha e entre os com possuem explorações entre os 10 a 20 ha.

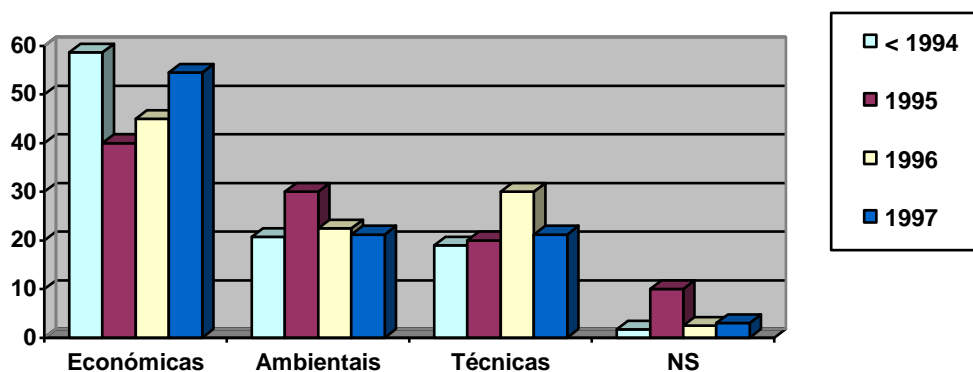
Quanto às motivações ambientais registaram valores situados entre os cerca de 20% nos proprietários das várias classes de área, à excepção daqueles que possuem dimensões entre os 10 e os 20 ha, os quais aproximadamente 40% lhes deram relevância, e observando-se uma acentuada quebra para os 13% nos agricultores com explorações de grande dimensão. Deste modo, constata-se que os inquiridos com explorações de pequena dimensão foram aliciados, primordialmente, por motivações de natureza técnica e económica. Os candidatos com explorações de média e grande dimensão, na sua grande maioria destacaram as motivações económicas, sendo esta maioria mais significativa nos detentores de grandes explorações, os quais subestimaram as motivações ambientais como factor fundamental de adesão às MAA a que concorreram. Inversamente, os inquiridos com explorações de média dimensão com 10 a 20 ha foram os que maior preponderância percentual deram às motivações ambientais.

Antes de se apresentarem os dados resultantes do cruzamento das motivações de adesão às MAA com os anos em interacção com as práticas agrícolas alternativas, importa adiantar duas considerações. Em primeiro lugar, frise-se que 2/5 dos inquiridos já implementavam os modelos agrícolas antes da candidatura aos mesmos. Com a entrada em vigor do Reg. 2078/92 e a sua consequente aplicação em Portugal em 1995, no que diz respeito ao Grupo I das MAA, estes inquiridos apenas se candidataram uma vez que já preenchiam os requisitos básicos. Ou seja, não foi no momento em que se candidataram às MAA que se operou a reconversão das práticas agrícolas, mas não à regionalização! no momento em que aderiram aos modelos agrícolas alternativos, o qual antecedeu aquele.

Em segundo lugar, embora se tenham questionado as motivações de adesão às MAA, os inquiridos apontaram acima de tudo as motivações de adesão aos modelos agrícolas alternativos. Isto equivale a dizer-se que, independentemente dos factores que os levaram a candidatar-se no momento de adesão às MAA, eles referiram as razões que estiveram na origem da mudança de práticas agrícolas.

Gráfico 7.2.5

LÓGICA DOMINANTE DAS MOTIVAÇÕES SEGUNDO OS ANOS DE PRÁTICA DOS MODELOS AGRÍCOLAS ALTERNATIVOS



Face ao anteriormente exposto e à observação do Gráfico 7.2.5 poder-se-á salientar que existem dois tipos de lógicas de adesão segundo os anos de implementação das práticas agrícolas alternativas. Um referente aos inquiridos que já praticavam os modelos agrícolas alternativos antes de se candidatarem às MAA e o outro relativo aos que começaram a praticar estes modelos agrícolas no momento de candidatura.

No que respeita àqueles que já implementavam as práticas agrícolas alternativas antes de 1995 a sua maioria (54%) apontou as motivações económicas. No entanto, contrariamente ao esperado, estas motivações económicas na sua enorme maioria (81,5%) prendem-se com a diminuição dos custos de produção e não com as razões articuladas com o apoio financeiro que iriam beneficiar com o processo de candidatura. Apenas 10% dos inquiridos que já praticavam estes modelos agrícolas mencionaram que se tinham candidatado ou pelo montante em si das ajudas (8%) ou pelo rendimento adicional que o subsídio representa (2%).

Face a este dado verifica-se que, estes inquiridos não responderam às motivações do momento de adesão às MAA, mas não à regionalização! à transposição das motivações actuais que os incitam a continuar com as práticas alternativas. Neste sentido, a ideia que estes agricultores quiseram reforçar foi a de que a grande vantagem destas práticas agrícolas, em especial a PtI e PdI, é a diminuição dos custos de produção que conseguem obter com esta mudança de práticas.

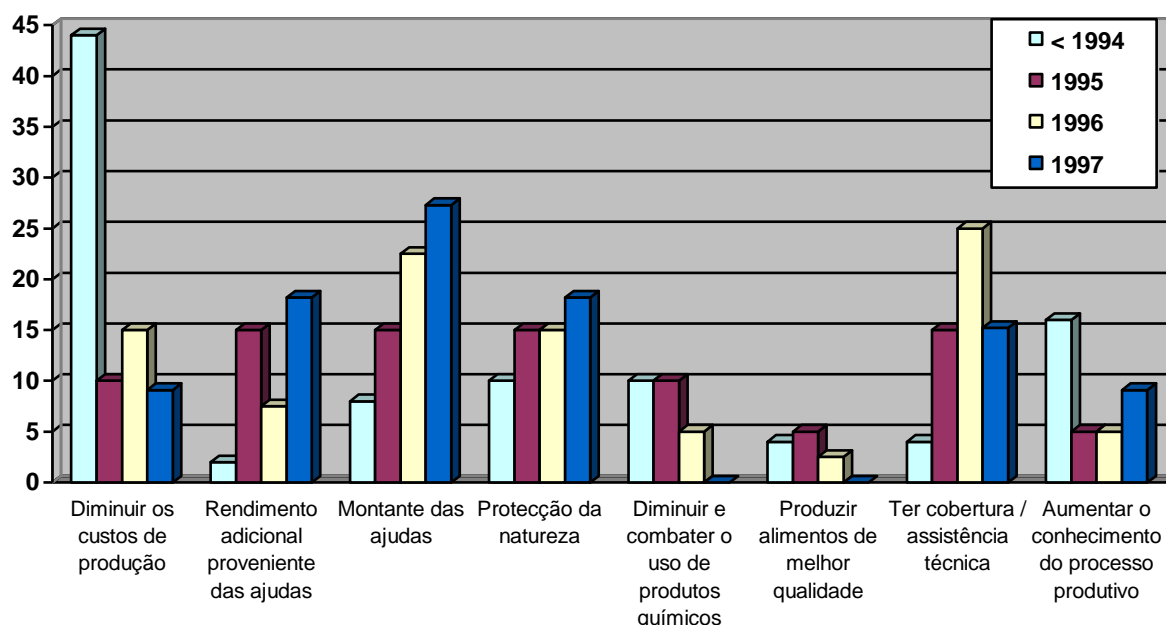
Relativamente aos inquiridos que apenas começaram a praticar estes modelos agrícolas alternativos no momento em que se candidataram constata-se que, também, as motivações económicas foram as mais enumeradas. Porém, a grande maioria destas

motivações económicas são de outra natureza, designadamente razões articuladas com as ajudas concedidas às medidas a que se candidataram.

De modo a observarem-se mais detalhadamente estas duas lógicas de adesão, apresentar-se-ão as razões de adesão referidas pelos inquiridos segundo os anos de prática dos modelos agrícolas alternativos.

Gráfico 7.2.6

RAZÕES DE ADESAO SEGUNDO OS ANOS DE PRÁTICA DOS MODELOS AGRÍCOLAS ALTERNATIVOS



A grande maioria dos agricultores que mudaram de práticas agrícolas há mais tempo (antes de 1994) justificaram esta mudança pela diminuição dos custos de produção que comparativamente às práticas convencionais estes modelos agrícolas alternativos conseguem atingir. Veja-se, no Gráfico 7.2.6, que a percentagem destes inquiridos que mencionaram a diminuição dos custos de produção se distanciou grandemente da dos que passaram a executar estas práticas agrícolas após a entrada em vigor do quadro legislativo que regulamenta estas mesmas práticas (1995).

Entre os inquiridos que aderiram em 1995 não existe nenhuma razão que sobressaia, tendo tido igual percentagem (15%) as razões relativas ao rendimento adicional proveniente das ajudas, ao montante das ajudas, à protecção da natureza e ao facto de passarem a ter assistência técnica.

No que se refere aos agricultores que começaram a implementar as práticas agrícolas alternativas em 1996, estes privilegiaram, essencialmente, a assistência técnica que iriam obter (25%) e o montante das ajudas (22,5%).

Quanto aos inquiridos que apenas passaram a desenvolver estes modelos agrícolas alternativos em 1997, constata-se que a maior parte (25%) se decidiu a mudar de práticas pelo montante em si das ajudas públicas concedidas a estes modelos. Se se juntar a estes aqueles que destacaram o rendimento adicional proveniente das ajudas (18,2%) depreendemos a importância que o subsídio teve no momento de adesão destes praticantes mais recentes dos modelos alternativos. Curiosamente, a protecção da natureza motivou, também, 18,2% destes inquiridos, tendo sido o valor percentual mais elevado. No entanto, as outras duas razões de cariz ambiental não obtiveram nenhuma resposta por parte destes agricultores há menos tempo praticantes destes modelos.

Através desta análise verifica-se que os anos em prática destes modelos agrícolas alternativos determinam consideravelmente a percepção sobre os mesmos. À medida que aumentam os anos em interacção com estas práticas agrícolas inovadoras, por um lado, o agricultor vai-se certificando, cada vez mais, que as mesmas reduzem substancialmente os custos de produção, conseguindo, simultaneamente, diminuir e combater o uso de produtos químicos, desenvolvendo ainda uma dinâmica de procura constante do conhecimento do processo produtivo. Por outro lado, vai minimizando a importância que é atribuída às ajudas económicas concedidas às práticas que desenvolve, ao facto de ter assistência técnica, bem como à protecção da natureza. Relativamente a este último aspecto, veja-se que a preponderância dada à protecção da natureza vai diminuindo à medida que aumenta a atribuída à diminuição e combate ao uso de produtos químicos e à produção de alimentos de melhor qualidade. Ou seja, factos que contribuem decididamente para a protecção da natureza no espaço rural.

Atendendo à caracterização dos inquiridos, depreendeu-se que estes de uma forma geral estão fortemente integrados no sector agrícola. Em síntese, verificou-se que aproximadamente 80% têm formação profissional agrícola, dos quais a maioria frequentou dois ou mais cursos de formação. Todos eles são membros de uma associação, sendo que a maioria está associada em mais que uma organização de agricultores. Os rendimentos do agregado familiar dos inquiridos para cerca de 48% provêm exclusivamente da exploração, porém, para 79% a agricultura é a sua actividade principal. A totalidade destes agricultores comercializam praticamente

100% das suas principais produções, as quais são vitícolas e/ou frutícolas. As suas explorações são em média de maior dimensão que as dos agricultores da região, estando bastante mecanizadas. Cerca de metade possui dois ou mais tractores e também aproximadamente 50% possuem um ou dois motocultivadores/motoenxadas. Sensivelmente 66% socorrem-se da contabilidade organizada como forma de melhor gerirem as suas explorações. Por último, 90% dos inquiridos fizeram investimentos de vária ordem nas próprias explorações nos últimos 10 anos e 56% já beneficiaram de outros programas subsidiados pela UE que não as MAA. Perante este contexto, observa-se que os factores de natureza económica foram em larga medida ponderados e decisivos para a adesão destes agricultores às novas práticas agrícolas alternativas.

7. 3. Representações ambientais

O estudo do sistema de representações ambientais dos inquiridos pretende concorrer para determinar em que medida é que as suas representações relativamente à relação agricultura / ambiente desempenharam um papel fundamental na mudança das práticas agrícolas. Independentemente das motivações que estiveram na origem da adesão destes inquiridos às práticas agrícolas alternativas procura-se saber a importância que as preocupações ambientais tiveram no momento da decisão de mudança. Por sua vez, tendo sido a actividade agrícola, durante longos anos, percebida como uma actividade em perfeita simbiose com a natureza, impunha-se saber se os inquiridos entraram em ruptura com esta visão tradicional ou se, ao invés, continuam a considerar que a agricultura não tem impactos negativos sobre o ambiente rural.

Uma vez que as práticas agrícolas a que os inquiridos se candidataram se baseiam num maior respeito pelas condicionantes ecológicas do processo produtivo, procurou-se determinar se este facto foi tido em consideração para a adesão às MAA.

A adesão a estas práticas agrícolas alternativas do Grupo I das MAA exige uma implementação de práticas mais consentâneas com a preservação ambiental, por parte dos agricultores que lhes aderem. Assim, compreende-se que a grande maioria dos inquiridos (80,3%) destaquem a protecção ambiental como o principal objectivo das MAA. Somente 12,7% referiram que as MAA têm como objectivo fundamental o apoio à agricultura. Dos restantes inquiridos 9 não souberam responder e 1 mencionou que as MAA não têm objectivos claros. Estes dados traduzem, na realidade, as percepções destes agricultores acerca das MAA, enquanto candidatos a praticantes de modelos agrícolas mais ecológicos.

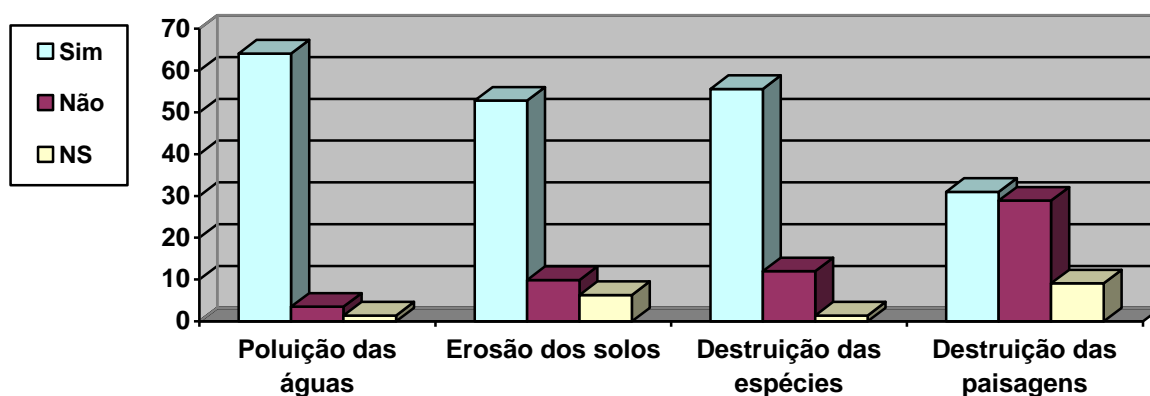
Ao nível das suas explorações, 91,5% dos inquiridos consideram que as MAA irão ter resultados concretos na mudança das práticas, no sentido de proteger o ambiente. Tal facto reforça as suas percepções de que as MAA são um instrumento de protecção ambiental. Apenas 4,9% destes agricultores alternativos afirmaram que com a adesão às MAA não vislumbram resultados concretos na mudança para práticas mais ecológicas.

A consciência de que a agricultura provoca problemas ambientais é um facto nem sempre interiorizado pela sociedade. A agricultura foi quase sempre entendida como uma actividade em perfeita harmonia e simbiose com a natureza. Além do mais, os problemas de origem agrícola, comparativamente com os de origem noutros sectores de actividade económica, são subestimados e não têm tido grande realce. Daí que urgia questionarem-se os inquiridos acerca da percepção da agricultura enquanto actividade que também coloca problemas ambientais. A grande maioria (69%) destes agricultores considerou que a agricultura tem impactes negativos sobre o ambiente. No entanto, 29,6% afirmaram que a agricultura não provoca problemas ambientais e 2 inquiridos não souberam responder a esta questão.

É importante referir-se que estes inquiridos que mencionaram que a agricultura não provoca problemas ambientais, quase todos justificaram esta resposta pelo facto de serem praticantes de modelos agrícolas ecológicos. Ou seja, reviram-se a eles próprios e não à agricultura no geral. Frisando que se se utilizarem e aplicarem os factores de produção racionalmente, tal não tem efeitos negativos no ambiente, o que não deixa de ser uma atitude defensiva perante as acusações de que os agricultores poluem o ambiente.

Gráfico 7.3.1

PERCEPÇÃO SOBRE OS PROBLEMAS AMBIENTAIS PROVOCADOS PELA AGRICULTURA



Com base no Gráfico 7.3.1, verifica-se que a grande maioria dos inquiridos consideraram que a agricultura tem impactes ambientais negativos nos principais problemas ambientais de origem agrícola. Note-se que a esta questão somente responderam os inquiridos que anteriormente tinham afirmado que a agricultura provoca problemas ambientais. Daí que às percentagens apresentadas no Gráfico 6.3.1 devam ser contemplados os 31% de inquiridos que negaram tal facto ou que não souberam responder. Cerca de 60% afirmaram que a agricultura pode provocar a poluição das águas e, sensivelmente, 50% que a agricultura é responsável pela erosão dos solos e pela diminuição ou destruição das espécies. Quanto à responsabilidade da agricultura na destruição das paisagens, a maioria repartiu-se, quase equitativamente, entre os que anuíram com tal facto e os que afirmaram que a agricultura não tem repercussões na destruição das paisagens. Verifique-se, ainda, que a percentagem dos inquiridos que a esta questão não souberam responder cifrou-se nos 13,3%, apenas tendo algum paralelo na questão relativa à responsabilidade da agricultura na erosão dos solos (9,2%). Tal facto poderá evidenciar, além de algum desconhecimento destas questões, em especial da erosão dos solos, a falta de consenso transmitida pelo debate social, principalmente na questão da destruição das paisagens.

Confrontados com as causas dos problemas ambientais na região onde se inserem, sensivelmente, 2/5 dos inquiridos destacaram que estes se devem à falta de conhecimento / formação dos agricultores. Significa isto que, estão, por um lado, a responsabilizar os próprios agricultores pelos problemas ambientais e, por outro lado, a realçar as suas experiências enquanto solução para os problemas ambientais de origem agrícola. Além da formação profissional que receberam no primeiro ano de adesão às MAA, têm ainda um apoio técnico regular nas suas próprias explorações, que lhes permite aprofundar os seus conhecimentos acerca das numerosas interrelações económicas, ecológicas e toxicológicas do processo produtivo.

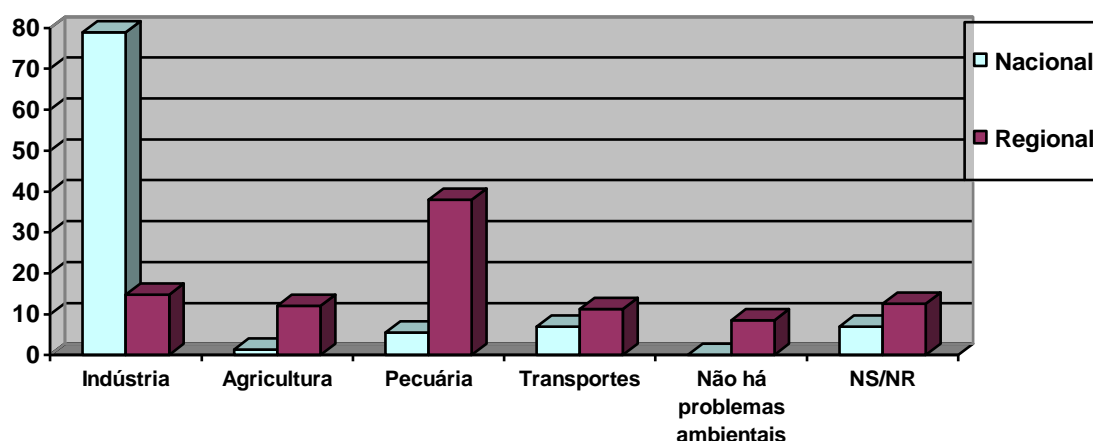
Os restantes inquiridos que afirmaram que a agricultura provoca problemas ambientais repartiram-se por várias causas desses problemas. Designadamente, 7,7% disseram que os problemas ambientais se devem à concorrência / pressão do mercado da CE, 5,6% à falta de intervenção do Governo, 4,2% à política de intensificação dos sistemas agrícolas e 0,7% ao abandono agrícola. Quanto aos outros, 2,1% afirmaram que não existem problemas ambientais na região, 9,8% não souberam responder e 1,4% optaram pela não resposta.

Relativamente à responsabilização dos problemas ambientais provocados pela agricultura, a maior parte dos inquiridos repartiu-se simetricamente entre os que

consideram que deverão ser responsabilizados os agricultores que poluem (princípio poluidor – pagador) e os que acham que deverá ser o Estado, obtendo cada um destes itens 23,2% das respostas. Por sua vez, cerca de 6% afirmou que deverão ser os consumidores, através do aumento dos preços dos produtos, a serem também responsabilizados pelos problemas ambientais agrícolas. Dos restantes inquiridos mencionaram: 4,9% que terão de ser responsabilizados todos estes agentes (agricultores, Estado e consumidores); 2,8% outros, tais como empresas agro-químicas e Câmaras Municipais; 1,4% os agricultores e os consumidores; 0,7% os agricultores e o Estado; e 6,3% NR/NS.

Gráfico 7.3.2

PERCEPÇÃO SOBRE AS ACTIVIDADES CAUSADORAS DE MAIORES PROBLEMAS AMBIENTAIS A NÍVEL NACIONAL E REGIONAL



Quanto às actividades causadoras de maiores problemas ambientais a nível nacional, cerca de 4/5 dos inquiridos foram peremptórios ao afirmar que é a indústria (78,9%). Já para 7% a causa principal dos problemas ambientais são os transportes e para 5,6% a pecuária. Somente 2 inquiridos disseram que é da agricultura que advêm os maiores problemas ambientais.

No que respeita às actividades causadoras de maiores problemas ambientais a nível regional o cenário é substancialmente diferente, como o demonstra o Gráfico 6.3.2. A maioria dos inquiridos (38%) salientou que a causa dos maiores problemas ambientais regionais é a pecuária. Refira-se que a pecuária tem uma grande implantação na região do Oeste, provocando vários impactes ambientais negativos facilmente constatáveis, como é caso da poluição atmosférica, sendo ainda a principal

causa da poluição de uma das praias da região (São Martinho do Porto). A indústria que a nível nacional tinha uma elevada percentagem, a nível regional, apenas 14,8% dos inquiridos a consideram como a maior responsável pelos maiores problemas ambientais. Valor muito próximo dos que mencionaram a agricultura ou os transportes como principais causas dos problemas ambientais a nível regional (17 casos – 12% e 16 – 11,3%, respectivamente). Para 8,5% dos inquiridos a nível regional não há problemas ambientais, daí que não pudessem responder à actividade que consideravam ser a maior causadora dos problemas ambientais regionais.

Cerca de 50% dos inquiridos frisaram que o tipo de agricultura que melhor protege o ambiente é a agricultura biológica. Porém, aproximadamente 1/3 referiu que os modelos agrícolas que melhor protegem o ambiente são a PtI e a PdI, valorizando, deste modo, as suas práticas no que concerne à preservação ambiental. A agricultura tradicional e a extensiva apenas foram referidas por 8,5% e 2,8% dos inquiridos, respectivamente.

Tendo em consideração que a agricultura biológica, pela ausência ou menor utilização de produtos químicos de síntese, é aquela que mais preserva o ambiente, a elevada percentagem de agricultores alternativos que mencionaram a PtI e a PdI deveu-se ao facto de considerarem que estas têm mais praticantes. No cômputo geral, estes inquiridos justificam que estes dois modelos agrícolas, dado terem bastante mais praticantes, por comparação com a agricultura biológica, apresentam no balanço final uma maior contribuição para a preservação ambiental.

Porém, esta percepção não está dissociada das vantagens comparativas da PtI / PdI face à agricultura biológica. Aproximadamente 54% destes agricultores alternativos reforçaram a ideia que a PtI e a PdI são os únicos modelos agrícolas que, simultaneamente, conseguem preservar o ambiente e garantir bons rendimentos económicos. Ou seja, a optimização da produção (Amaro & Baggiolini, 1982), a qual visa o respeito pelas exigências de carácter ecológico, toxicológico e económico, diferenciando-se da maximização da produção, que visa a produção máxima sem respeitar aquelas exigências. No que se refere aos inquiridos que apontaram a agricultura biológica como sendo aquela que consegue esta conjugação entre a preservação ambiental e a garantia de bons rendimentos, apenas se cifram pelos 7,7%. Os restantes responderam que esta conciliação é unicamente obtida pela agricultura:

extensiva (5,6%); tradicional (4,9%); diversificada (3,5%); e intensiva (2,8%). Cerca de 5% mencionaram que nenhum tipo de agricultura consegue aqueles dois resultados simultaneamente, havendo ainda 15,5% que disseram não saber responder a esta questão.

Colocados perante a questão, se a agricultura extensiva respeita mais o ambiente que a intensiva, sensivelmente 60% dos inquiridos responderam afirmativamente, tendo a maioria destes referido que tal se deve ao menor uso de produtos químicos e à prática do pousio. Por oposição, 21,1% aludiram que a agricultura extensiva não respeita mais o ambiente que a intensiva. Já outros, 21,1%, não souberam responder.

Uma vez que o apoio concedido às MAA tem uma durabilidade de 5 anos, e atendendo a que 43,7% dos contratos dos inquiridos terminam no ano 2000, urgia perguntar-se a estes quais eram os planos que tinham após o compromisso com as MAA. Assim, cerca de 4/5 dos inquiridos pretendem continuar com as presentes práticas agrícolas e 7,7% prevêem mesmo implementar práticas agrícolas que respeitem mais o Ambiente do que as actuais. É evidente que esta previsão dos agricultores alternativos não deixa de ser uma certa “declaração de boas intenções”, no entanto, ela também simboliza o sucesso da aplicação destas MAA, não só actualmente, como no período pós MAA. Quanto aos restantes inquiridos, aproximadamente, 10% não souberam responder, uma vez que ainda não tinham planos definidos para o futuro, e 3 afirmaram que prevêem encetar a especialização e a intensificação.

Relativamente à percepção dos inquiridos no que concerne ao caminho que a agricultura deve seguir no futuro, ela não está, de modo algum, dissociada dos planos que os mesmos têm para o período pós MAA. A produção de alimentos com menos resíduos tóxicos foi apontada pela maioria dos agricultores (41,5%) como sendo o caminho que a agricultura deve seguir no futuro. Por sua vez, para cerca de 20,5% dos inquiridos este caminho deverá ser a diversificação da produção e para 13,4% a protecção e preservação do ambiente.

Na realidade, o que estes inquiridos quiseram realçar foi a legitimação das suas práticas agrícolas enquanto fornecedoras de produtos alimentares com menores

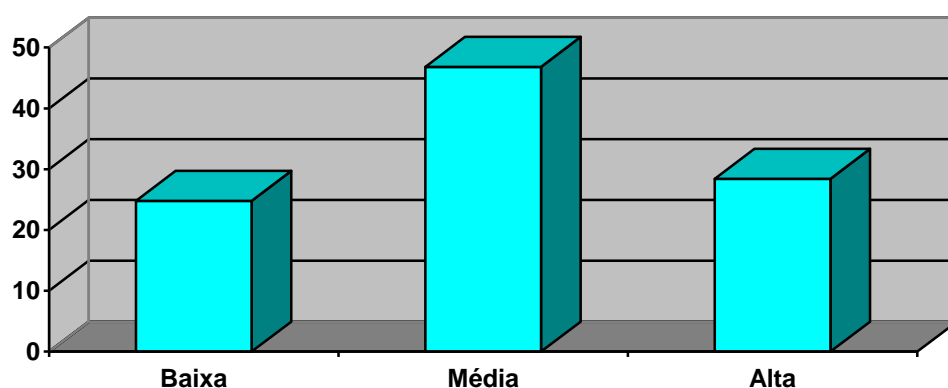
resíduos tóxicos (atendendo às questões da saúde pública), impondo uma nova categoria de diversificação, a bioqualidade dos produtos, e, deste modo, contribuindo para a preservação ambiental. A reforçar-se esta percepção, tudo aponta para a construção de uma nova identidade dos agricultores. «Tal facto poderá marcar o início de um novo processo de hierarquização do grupo social dos agricultores, fundamentando a sua heterogeneidade social nas representações ambientais, onde, como afirma Billaud e Soudière (1994) o grupo se reconhece e legitima o seu discurso. Mormont refere-se a este contexto, como a “batalha simbólica sobre a ruralidade” (1990) que se começa a gerar entre os agricultores convencionais e os ecológicos.» (Figueira, 1996).

7.3.1. Sensibilidade ambiental dos agricultores alternativos

Com base na maior parte dos dados anteriormente expostos, procurou-se determinar o grau de sensibilidade ambiental dos inquiridos, o qual traduz, em larga medida, as representações que os mesmos detêm acerca da relação agricultura / ambiente. Pretende-se, assim, medir o grau de sensibilidade ambiental dos inquiridos de modo a determinar se existe alguma relação entre esta sensibilidade e a adesão às MAA por motivações ambientais.

Gráfico 7.3.3

SENSIBILIDADE AMBIENTAL DOS AGRICULTORES ALTERNATIVOS



Perante a construção de um índice composto, designado por Índice de Sensibilidade Ambiental (ISA), verifica-se que a maioria dos inquiridos têm uma

sensibilidade ambiental média (46.8%). As sensibilidades fraca e alta obtiveram praticamente a mesma percentagem, 24.8% e 28.4%, respectivamente. Face à análise apresentada no ponto anterior, estas sensibilidades ambientais média e alta, verificadas nos inquiridos, não surpreendem, uma vez que o ISA agrega onze das variáveis ambientais anteriormente debatidas.

Gráfico 7.3.4

SENSIBILIDADE AMBIENTAL SEGUNDO A IDADE

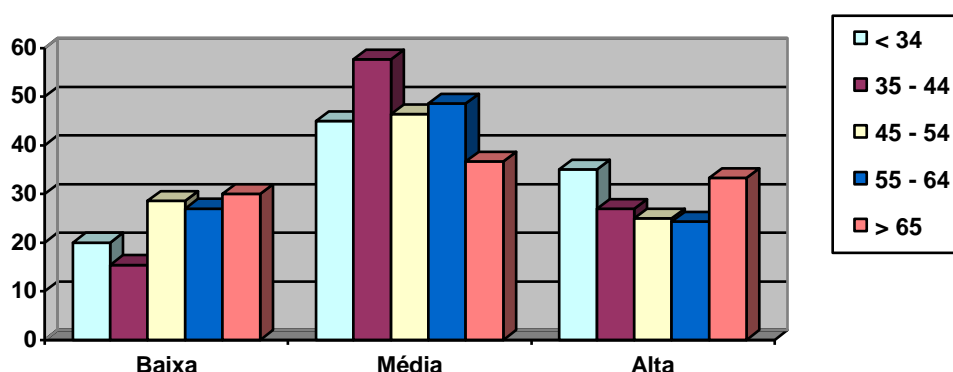
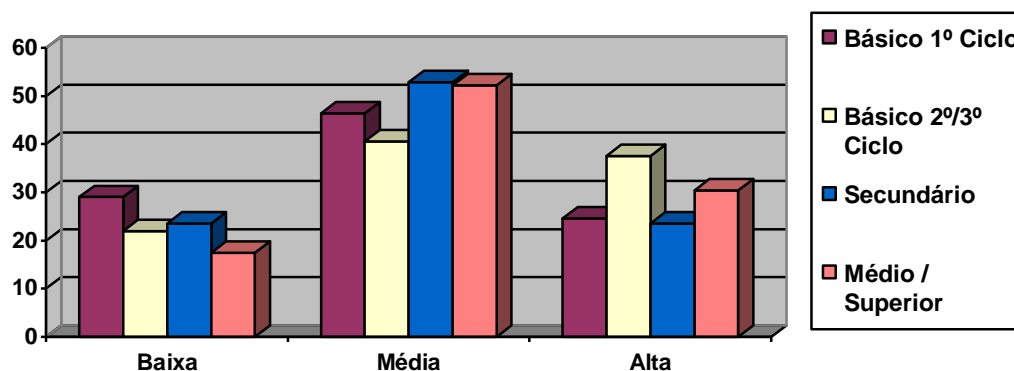


Gráfico 7.3.5

SENSIBILIDADE AMBIENTAL SEGUNDO A INSTRUÇÃO



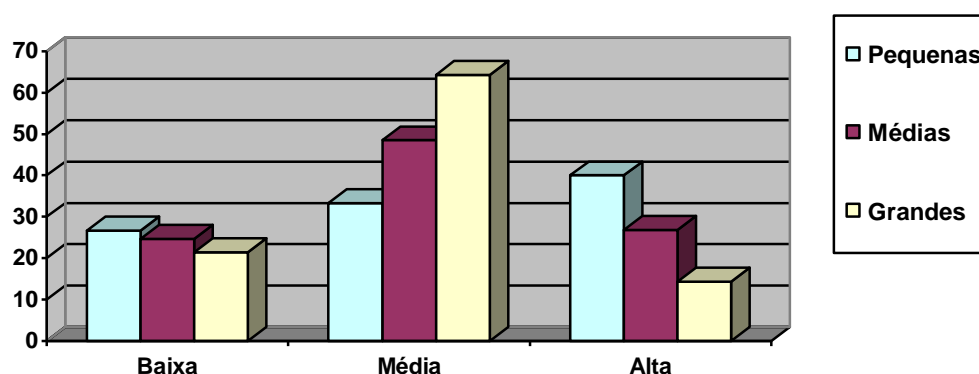
A análise dos Gráficos 7.3.4 e 7.3.5 permite-nos, ainda que de forma elementar, apontar o perfil sociográfico dos agricultores alternativos, segundo o seu grau de sensibilidade ambiental. Pese embora o facto de não se verificar uma relação evidente entre o ISA e a idade, ainda assim, é possível apontar que são os agricultores mais jovens (menos de 34 anos de idade) e os mais idosos (com mais de 65 anos) que, em maior percentagem, têm uma sensibilidade ambiental mais alta. No entanto, é visível que no que se refere à sensibilidade ambiental baixa, a sua representatividade aumenta em paralelo com o aumento das idades, inclusivamente, este dado observa-se

mais nos inquiridos com mais de 65 anos, sendo também estes aqueles que apresentam valores mais baixos na sensibilidade média.

No que respeita ao cruzamento do ISA com o grau de instrução, a relação é mais notória. À medida que aumenta o grau de instrução diminui, grosso modo, a expressividade do nível de sensibilidade baixo e aumentam os níveis de sensibilidade ambiental médio e alto. Os casos que não estão contemplados nesta tendência geral, poderão ser explicados através da forte relação que existe entre idade/grau de instrução e a sensibilidade ambiental. Significa isto que, os inquiridos que têm maior escolaridade e apresentam uma sensibilidade ambiental baixa, têm por contraponto idades mais avançadas. Já os mais idosos que possuem uma sensibilidade ambiental alta têm, por sua vez, um grau de instrução mais elevado. Ou seja, estas duas variáveis (idade e instrução) quando não determinam o ISA individualmente, determinam-no por conjugação destes dois factores.

Gráfico 7.3.6

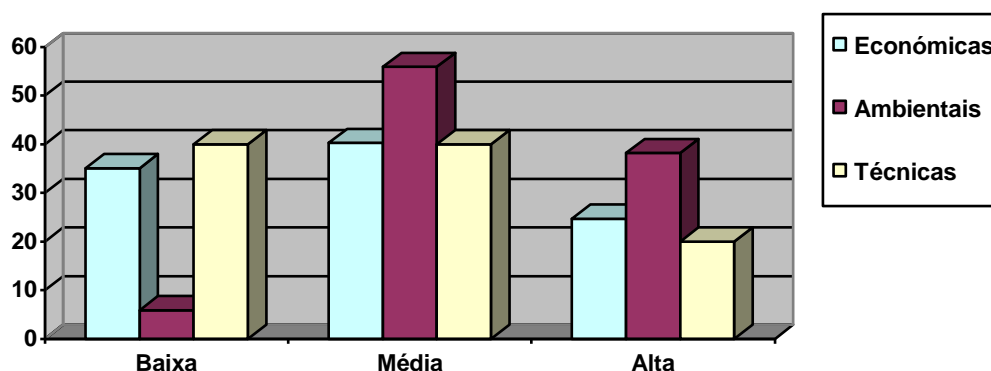
SENSIBILIDADE AMBIENTAL SEGUNDO A DIMENSÃO DAS EXPLORAÇÕES



Conforme o demonstra o Gráfico 7.3.6, a dimensão das explorações dos inquiridos denota uma relação muito estreita com a sensibilidade ambiental dos mesmos. Consoante aumenta a área das explorações, aumenta a representatividade daqueles que têm uma sensibilidade média, mas diminui a expressividade da sensibilidade ambiental alta. Isto é, são os inquiridos detentores de pequenas explorações, aqueles que manifestam, percentualmente, maior sensibilidade ambiental alta, observando-se o oposto nos que trabalham em explorações de maior dimensão. Quanto à sensibilidade fraca, há uma ligeira tendência de decréscimo representativo face ao aumento de dimensão das explorações.

Gráfico 7.3.7

SENSIBILIDADE AMBIENTAL SEGUNDO AS MOTIVAÇÕES DE ADESÃO ÀS MAA



Como se previa, os inquiridos que aderiram às MAA por motivos ambientais são precisamente aqueles que manifestam uma sensibilidade ambiental mais alta. Cerca de 40% destes têm uma sensibilidade alta e 56% média. Por sua vez, são também aqueles onde a sensibilidade baixa regista uma menor representatividade (5.9%)

Relativamente aos inquiridos que apontaram as motivações económicas e técnicas como razões da adesão às MAA, apresentam, em termos gerais, valores muito próximos. Se bem que os que evidenciaram as motivações técnicas tenham no cômputo geral uma sensibilidade ambiental mais elevada face aos que disseram aderir por motivações económicas. Nestes últimos, cerca de um terço manifestou uma sensibilidade ambiental baixa, dos quais aproximadamente dois terços afirmam ter aderido às MAA devido a razões articuladas com o apoio financeiro concedido às mesmas.

8. CONCLUSÃO: QUE FUTURO PARA OS MODELOS AGRÍCOLAS ALTERNATIVOS?

Que balanço podemos fazer, com base no trabalho até aqui desenvolvido? Deixando de lado muitas questões, também elas importantes, concentremo-nos num conjunto de observações que reputamos essenciais para tentar dar uma resposta, ainda que provisória, à pergunta enunciada: que futuro para os modelos agrícolas alternativos?

As Medidas Agro-ambientais constituem as primeiras medidas de Política Agro-ambiental em Portugal. As medidas do Grupo I assumem tanta maior pertinência quanto se referem a medidas tendentes à reconversão para práticas agrícolas mais consentâneas com a preservação ambiental. A implementação destas medidas registou algum sucesso, pelo menos no caso da Sub-Região Agrária do Oeste, na razão em que estas medidas conciliam a lógica económica com a lógica ambiental. É, neste sentido, que se compreende a grande representatividade do número de inquiridos que aderiram a estas medidas por motivações económicas. Dentre estas, destaque-se a diminuição do consumo de inputs de origem industrial, diminuição esta que se reforça à medida que decorrem os anos de implementação destas práticas alternativas.

O sucesso da adesão a estes modelos alternativos também se deve, em alguma medida, a motivações técnicas e a motivações ambientais. Relativamente às motivações técnicas, saliente-se o apoio e assistência técnica, na própria exploração agrícola, a que o Regulamento 2078/92 veio obrigar, bem como, o aumento do conhecimento, por parte dos agricultores, do processo produtivo. Este último aspecto tem muita importância, tanto mais que os agricultores tiveram, no passado, experiências da resistência dos organismos inimigos das culturas, nas suas explorações agrícolas. Questão esta que se deveu ao uso indiscriminado de produtos químicos, em especial produtos fitofarmacêuticos, tributários de práticas agrícolas intensivas.

As motivações ambientais começaram a ter alguma importância, no momento em que se assiste a uma certa contestação social dos modelos agrícolas intensivos, de que a Reforma da PAC de 1992 faz eco. A implementação deste primeiro grupo das medidas agro-ambientais poderá induzir à reconciliação entre os consumidores e a PAC. A análise das motivações ambientais aprofunda-se com o estudo da sensibilidade ambiental dos agricultores. Se bem que os resultados a que chegámos não sejam suficientemente esclarecedores, podemos colocar a hipótese de uma apropriação social da importância das questões ambientais, por parte de alguns dos agricultores alternativos que parecem começar a incorporar a variável ambiente nas suas estratégias produtivas. Por outro lado, esta questão constitui, sem dúvida, um dos

elementos do processo de construção e redefinição de uma nova identidade profissional.

No entanto, e apesar do relativo sucesso do processo de adesão a práticas agrícolas alternativas, com destaque para a protecção integrada, há algumas situações que poderão, num futuro próximo, ser redefinidas e/ou tidas com maior ênfase do que a, actualmente, enunciada. Quanto à sua redefinição, parece-nos de todo o interesse que se criem “ilhas integradas” para a atribuição dos apoios aos candidatos a estas medidas. Referimo-nos, em concreto, à situação em que os agricultores concorrem a estas medidas apenas com uma parte das suas explorações, o que poderá incentivar duas lógicas de produção: uma, de maior respeito pelo ambiente, através de um processo de emulação; outra, em que tal poderá não se verificar, continuando os agricultores a produzir sob métodos convencionais, com as respectivas consequências ambientais. É certo que, através da interacção com estas novas práticas e, traduzindo elas uma real diminuição dos custos de produção, consubstanciada na redução significativa do número de tratamentos fitofarmacêuticos, o agricultor é incentivado a transpor estes métodos para as parcelas restantes. No entanto, enquanto tal processo não se opera, a atribuição dos incentivos financeiros perde eficácia relativa. É neste sentido que, nesta fase, digamos introdutória, de aplicação de medidas ambientais à agricultura, o papel do Estado deveria ser mais efectivo.

A transferência da responsabilidade da vulgarização técnica de tais práticas para as associações de agricultores não demite o Estado do seu papel enquanto dinamizador destes modelos agrícolas. E nesta matéria, a informação clara e sistematicamente actualizada, quer à comunidade agrícola quer aos consumidores, é de primordial importância. O papel do Estado na promoção destas práticas agrícolas, nesta fase, deverá ser, ainda, canalizado, para a estruturação do processo de comercialização dos produtos oriundos destas práticas agrícolas.

Após o decurso de quatro anos de aplicação e, estando desde 1995 consubstanciada a vertente da comercialização nos quadros legislativos que transpuseram o Regulamento 2078/92, para a legislação nacional, esta vertente tem sido descurada pelo Ministério da Agricultura. Só em Maio de 1999 é que foi criado o símbolo de certificação da protecção integrada – o primeiro passo visando a comercialização de produtos alimentares de bioqualidade. Uma vez que a

responsabilidade das associações de agricultores tem sido até agora só em matéria de apoio técnico à produção, o Estado poderia ter um papel mais activo, de molde a apoiar estas associações em matéria de comercialização.

BIBLIOGRAFIA

- AHRENS, Heinz (1984), "Effets de la PAC sur les positions budgétaires et commerciales des pays membres de la Communauté européenne", in *Économie Rurale*, n° 164, pp. 8-16.
- AHRENS, Heinz; VON URFF, Winfried & WEINMULLER, Egon (1983), "Conséquences de la politique commune sur les pays en voie de développement", in *Économie Rurale*, n° 156, pp. 3-10.
- ALFONSO, J. Muestro (1981), "Crítica y proyecto ecológico de André Gorz", in *Agricultura y Sociedad*, n° 18.(recensão)
- (1982), "En torno al ecodesarrollo", in *Agricultura y Sociedad*, n° 23.(recensão)
- ALLARDT, E. (1982), "Reflections on the rural nature of past and future", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 22 (2), pp. 99-107.
- ALLEN, John & BERNHARDT, Kevin (1995), "Farming practices and adherence to an alternative-conventional agricultural paradigm", in *Rural Sociology*, Vol. 60 (2), pp. 297-309.
- ALPHANDÉRY, Pierre (1994), "Agricultural practices and environmental perceptions in the manche departement", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 34 (4), pp. 329-339.
- AMARO, Pedro (1988), *A Protecção das Plantas em Portugal e as Perspectivas de Evolução da Protecção Integrada*, Policopiado, Lisboa.
- AMARO, Pedro & BAGGIOLINI, M. (1982), *Introdução à Protecção Integrada*, vol. I, Ed. dos autores, FAO / DGPPA, Lisboa.
- ANANIA, Giovanni & GATTO, Emilio (1991), "C'era davvero bisogno di una riforma della Pac? L'efficacia delle politiche comunitarie sui mercati agricoli negli anni '80", in *La Questione Agraria*, n° 49, pp. 71-120.
- ANDRADE, Inácio R. de (1993), "A extensão rural face à CEE: os novos desafios e imperativos", in *Economia e Sociologia*, n° 55, pp. 67-78.
- ARAÚJO, Ilídio A. de (1973), *A propósito de ordenamento do território*, Ed.Direcção Geral de Urbanização.(ISA; PO11-19)
- ARMAN, Kjell (1983), "Una agricultura alternativa", in *Agricultura y Sociedad*, n° 26, pp. 107-135.
- ASHBY, Jacqueline (1982), "Technology and ecology: implications for innovation research in peasant agriculture", in *Rural Sociology*, Vol. 47 (2), pp. 234-250.

- ASSIER-ANDRIEU, Louis (1987), "Tradición y transición: el derecho y las prácticas sociales en la Europa rural", in *Agricultura y Sociedad*, nº 44, pp. 285-292.
- ASSOULINE, Gérard (1989), "L'évolution technologique de l'industrie des phytosanitaires: quelles interactions avec l'agriculture?", in *Économie Rural*, nº 192-193, pp. 42-48.
- AUBERT, C. (1983), "La estructura de la agricultura biológica en Francia y unos ejemplos de fincas biológicas", in *Agricultura y Sociedad*, nº 26, pp. 145-158.
- AUZET, Anne V.; GUERRINI, Marie-Caude & MUXART, Tatiana (1992), "L'agriculture et l'érosion des sols: importance en France de l'érosion liée aux pratiques agricoles", in *Économie Rurale*, nº 208-209, pp. 105-110.
- AVÉROUS, Christian (1985), "L'environnement en Europe: état et perspectives", in *Futuribles*, nº 89, pp. 3-22.
- AVILLEZ, Francisco (1992), "Impacte dos fundos estruturais na agricultura portuguesa", in *Análise Social*, nº 118-119, pp. 691-702.
- AZCARATE, Tomas G. (1996), "La politique agricole commune: contribution à un débat", in *Économie Rural*, nº 236, pp. 71-75.
- BAILEY, Jennifer (1996), "Hight seas fishing: towards a sustainable regime", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 36 (2), pp. 189-200.
- BAILLET, Claude (1991), "L'avenir du monde rural dans le contexte européen", in *Économie Rurale*, nº 202-203, pp. 19-24.
- BALDOCK, D. (1992), "The polluter pays principle and its relevance to agricultural policy in european countries", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 32 (1), pp. 49-65.
- BAPTISTA, Fernando O. (1995), "Agriculture, rural society and the land question in Portugal", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 35 (3/4), pp. 309-321.
- BARROS, Afonso de (1990), "A Sociologia Rural perante a problemática do espaço", in *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 8, pp. 43-53.
- BARTHÉLÉMY, T. & WEBER, F. (1994), "Les militants de la nature en Bretagne Quels parcours ? Quels projets ?", in Nicole Mathieu et Marcel Jollivet (Dir.), *Du rural a l'environnement*, Ed. L'Harmattan, Paris.
- BARTOLA, Alessandro & SOTTE, Franco (1991), "La proposta Mac Sharry: un'occasione da non perdere", in *La Questione Agraria*, nº 43, pp. 199-216.
- BASILE, Elisabetta (1991), "Alimentazione, biotecnologie, sviluppo sostenibile. Un commento su un approccio alla moda", in *La Questione Agraria*, nº 44, pp. 151-170.

- BAYART, D. (1993), "La quantification du contrôle qualité dans l'industrie: un point de vue sociologique et historique", in *Économie Rurale*, n° 217, pp. 18-23.
- BAZIN, Gilles; BLOGOWSKI, Alain & BOYER, Philippe (1996), "Réforme de la PAC et réduction des inégalités de revenu agricole. Premiers effets en France", in *Économie Rurale*, n° 232, pp. 20-26.
- BAZIN, Gilles & ROUX, Bernard (1995), "Resistance to marginalization in Mediterranean rural regions", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 35 (3/4), pp. 335-347.
- BEALER, Bob (1990), "Paradigms, theories, and methods in contemporary Rural Sociology", in *Rural Sociology*, Vol. 55 (1), pp. 91-100.
- BEAUD, Michel e Calliope & BOUGUERRA, Mohamed L. (1995), *Estado do Ambiente no Mundo*, Ed. Instituto Piaget, Lisboa.
- BEGGS, John; HAINES, Valerie & HURLBERT, Jeanne (1996), "Revisiting the rural-urban contrast: personal networks in nonmetropolitan and metropolitan settings", in *Rural Sociology*, Vol. 61 (2), pp. 306-325.
- BEL, François & MOLLARD, Amédée (1980), "Agricultura, energía y reproducción de la naturaleza", in *Agricultura y Sociedad*, n° 15, pp. 293-326.
- BENITO, Cristobal G. (1995), "Diversidad biológica, conocimiento local y desarrollo", in *Agricultura y Sociedad*, n° 77, pp. 127-146.
- BERGER, Alain & ROUZIER, Jacques (1995), "L'espace rural, élargissement conceptuel et orientation méthodologique", in *Économie Rurale*, n° 229, pp. 3-10.
- BERLAN-DARQUÉ, Martine & KALAORA, Bernard (1991), "Du pittoresque au "tout-paysage"", in *Études Rurales*, n° 121-124, pp. 185-196.
- (1992), "The ecologization of french agriculture", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 32 (1), pp. 104- 114.
- BERTRAND, J. P. & CHALMIN, Ph. (1984), "Les mutations dans l'environnement international de la CEE sur les grands marchés des produits agricoles", in *Économie Rurale*, n° 164, pp. 52-55.
- BEUS, Curtis & DUNLAP, Riley (1990), "Conventional versus alternative agriculture: the paradigmatic roots of the debate", in *Rural Sociology*, Vol. 55 (4), pp. 590-616.
- (1994), "Agricultural paradigms and the practice of agriculture", in *Rural Sociology*, Vol. 59 (4), pp. 620-635.
- BILLAUD, Jean-Paul (1985), "Les conflits pour l'aménagement du Marais Poitevin, ou à qui appartient le local?", in *Économie Rural*, n° 168, pp. 21-24.

- (1992), "L'article 19: une gestion au nom de l'environnement?", in *Économie Rurale*, n° 208-209, pp. 137-141.
- (1994a) "L'application des mesures agri-environnementales: point de vue des sciences sociales" in Colloque *Les systèmes ruraux en questions perspectives de recherche*, Programme Environnement du CNRS, Rennes.
- (1994b), "De la solución negociada de los conflictos a la negociación institucional: la agricultura busca una nueva legitimidad", in *Agricultura y Sociedad*, n° 71, pp. 204-242.
- BILLAUD, J.-P. & SOUDIÈRE, M. de la (1994), "La nature pour repenser le rural ?" in Nicole Mathieu et Marcel Jollivet (Dir.), *Du rural à l'environnement*, Ed L'Harmattan, Paris.
- BILLAUD, J.-P. & PINTON, Florence (1995), *Rapport National Français*, SEER Project 2, (Policopiado)
- BILAUD, Jean-Paul & BRUGUIÈRE-GARDE, Yves (1992), "L'homme, l'eau, le marais: quelques aspects d'une relation sociale dans une zone humide", in *Économie Rurale*, n° 208-209, pp. 50-53.
- BINDÉ, Jérôme (1996), "Sommet de la ville: les leçons d'Istanbul", in *Futuribles*, n° 211, pp. 77-95.
- BLAKELY, Edward (1985), "El cambio de las comunidades rurales en los EE. UU.", in *Agricultura y Sociedad*, n° 36-37, pp. 9-20.
- BLAKELY, Edward & BRADSHAW, Ted (1985), "América rural: un nuevo contexto", in *Agricultura y Sociedad*, n° 36-37, pp. 21-54.
- BLANCHET, Jacques; HAUTCOLAS, Jean-Charles & SOURIE, Jean-Claude (1990), "Les jachères, moyen de réconcilier les intérêts de l'agriculteur et du contribuable européens?", in *Économie Rural*, n° 198, pag. 29.
- BLANC-PAMARD, Chantal; DEFFONTAINES, J.-P. & FRIEDBERG, Claudine (1992), "Techniques et pratiques: à la jonction du naturel et du social", in Marcel Jollivet (Org.), *Science de la Nature - Science de la Société: Les passeurs de frontières*, CNRS Ed., Paris.
- BLAS, Antonio G. de & BENITO, Santos R. (1980), "Reflexiones sobre el consumo de energía en la agricultura, a través de las tablas input - output (1970-1975)", in *Agricultura y Sociedad*, n° 15, pp. 327-336.
- BODIGUEL, Maryvonne (1990), *Produire et préserver l'environnement. Quelles réglementations pour l'agriculture européenne?*, L'Harmattan, Paris.
- (1991a), "La politique agricole entre Etat et territoires", in *Économie Rurale*, n° 201, pp. 6-11.

- (1991b), "L'agriculture intruse à la campagne?", in *Économie Rurale*, n° 202-203, pp. 65-66.
- BONNAIN, Rolande (1990), "Les citadins aux champs", in *Études Rurales*, n° 118-119, pp. 197-218.
- BONNAMOUR, Jacqueline (1984), *Paysages agraires et sociétés*, Ed. Sedes, Paris.(FC; GD-405-GE)
- BONNIEUX, François (1986), "Approche économique de l'intensification", in *Économie Rural*, n° 171, pp. 9-15.
- BONNIEUX, François & RAINELLI, Pierre (1989), "Politiques agricoles et environnement dans les pays riches", in *Économie Rural*, n° 189, pp. 65-72.
- BONNY, Sylvie (1987), "Les effets du renchérissement de l'énergie de 1974 à 1984 sur l'agriculture française et son environnement", in *Économie Rural*, n° 180, pp. 3-11.
- (1996), "Les biotechnologies en agriculture", in *Futuribles*, n° 211, pp.51-76.
- BONNY, Sylvie & DAUCÉ, Pierre (1989), "Les opinions des agriculteurs a l'égard des nouvelles technologies. Une enquête dans le Centre et la Bretagne", in *ÉconomieRural*, n° 192-193, pp. 95-103.
- BONNY, Sylvie & LE PAPE, Yves (1983), "L'agriculture biologique: une solution pour quels agriculteurs?", in *Économie Rurale*, n° 155, pp. 35-36.
- BONTEMPS, Philippe & BUREAU, Jean-Christophe (1996), "Les paiements directs aux agriculteurs dans l'Union européenne: politique communautaire où politiques nationales?", in *Économie Rurale*, n° 233, pp. 55-65
- BOURDIEU, P. (1980), "L'identité et la representation", in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 35, pp. 63-72.
- BOURDON, Michel (1993), "Miss insensible à la volatilité du billet vert", in *Économie Rurale*, n° 218, pp. 27-29.
- BOUSSARD, J. M. (1986), "Transformaciones del medio natural y heterogeneidad estructural en la agricultura", in *Agricultura y Sociedad*, n° 38-39, pp. 281-296.
- BRADSHAW, Ted; HESTER, Randy & MCNALLY, Marcia (1985), "Tecnología, turismo y planificación rural", in *Agricultura y Sociedad*, n° 36-37, pp. 123-144.
- BRESSO, Mercedes (1991), "Teoria economica e ambiente: lo stato della questione", in *La Questione Agraria*, n° 41. pp. 95-108.

- BROMLEY, Daniel (1985), "Recursos y desarrollo económico: una perspectiva institucional", in *Agricultura y Sociedad*, n° 35, pp. 49-76.
- BROSSIER, Jacques & CHIA, Eduardo (1990a), "Analyse économique des relations entre des acteurs intervenant dans un système agraire soumis à des impératifs nouveaux. Construction d'une recherche-développement", in *Économie Rural*, n°198, pag. 22
- (1990b), "Pratiques agricoles et qualité de l'eau. Construction d'une recherche-développement dans le cas d'un périmètre hydrominéral", in *Économie Rural*, n° 199, pp. 6-13.
- BRUCKMEIER, K. & TEHERANI-KRÖNNER, P. (1992), "Farmers and environmental regulation: experiences in the Federal Republic of Germany", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 32 (1), pp. 66-81.
- BRUNORI, Gianluca & DI IACOVO, Francesco (1991), "Internazionalizzazione del sistema agroalimentare e ambiente: il caso delle produzioni zootecniche", in *La Questione Agraria*, n° 44, pp. 7-34.
- BULLER, Henry & WRIGHT, Susan (1990), *Rural development: problems and practices*, Ed. Avebury, Aldershot. (FC; GD-370)
- BURRELL, Alison (1992), "Le contexte historique et politique de la réforme de la PAC", in *Économie Rurale*, n° 211, pp. 5-9.
- BUSCH, Lawrence (1991), "Fabricación de plantas. Notas sobre la cultura de la naturaleza y la naturaleza de la cultura", in *Agricultura y Sociedad*, n° 60, pp. 119-140
- BUTTEL, Frederick (1979), "Estructura agraria y ecología rural: hacia una política económica del desarrollo rural", in *Agricultura y Sociedad*, n° 13, pp. 257-30.
- (1980), "Agricultural structure and rural ecology: toward a political economy of rural development", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 20 (1/2), pp. 44-62.
- (1986), "Sociologie et environnement: la lente maturation de l'écologie humaine", in *Révue Internationale des Sciences Sociales*, n° 109, pp.359-379.
- (1992), "Ideología y tecnología agronómica a finales del siglo XX: la biotecnología como símbolo y como sustancia, in *Agricultura y Sociedad*, n° 64, pp. 21-52.
- (1993), "Ideologia e tecnologia in agricoltura sul finire del ventesimo secolo: le biotecnologie come simbolo e come sostanza", in *La Questione Agraria*, n° 48, pp. 17-42.
- (1994), "Transiciones agroecológicas en el siglo XX: análisis preliminar", in *Agricultura y Sociedad*, n° 74, pp. 9-38.

- (1995), "Transiciones agroecológicas en el siglo XX: análisis preliminar", in *Agricultura y Sociedad*, nº 74, pp. 9-37.
- (1996), "Environmental and resource Sociology: theoretical issues and opportunities for synthesis", in *Rural Sociology*, Vol. 61 (1), pp. 56-76.
- BUTTEL, Frederick & FLINN, William (1974), "The structure of support for the environmental movement, 1968-1970", in *Rural Sociology*, Vol. 39 (1), pp. 56-69.
- (1977), "Conceptions of rural life and environmental concern", in *Rural Sociology*, Vol. 42 (4), pp. 544-555.
- BUTTEL, Frederick; GILLESPIE, Gilbert; LARSON III, Oscar & HARRIS, Craig (1981), "The social bases of agrarian environmentalism: a comparative analysis of New York and Michigan farm operators", in *Rural Sociology*, Vol. 46 (3), pp. .
- BYÉ, Pascal & FONTE, Maria (1992), "Hacia técnicas agrícolas de base científica", in *Agricultura y Sociedad*, nº 64, pp. 53-82.
- (1993), "Verso tecniche agricole fondate sulla scienza", in *La Questione Agraria*, nº 48, pp. 43-66.
- BYÉ, Pascal & FREY, Jean Paul (1991), "Siamo alla vigilia di un cambiamento radicale delle tecniche agricole?", in *La Questione Agraria*, nº 41, pp. 135-154.
- CADORET, A. (1994), "Gérer la nature, le rural et le reste: Réflexion à plusieurs voix" in Nicole Mathieu et Marcel Jollivet (Dir.), *Du rural à l'environnement*, Ed L'Harmattan, Paris.
- CAJANO, Donatella & MAGNI, Carlo (1991), "La politica agraria degli anni '90 tra sostegno diretto al reddito e sostenibilità ambientale", in *La Questione Agraria*, nº 44, 123-144.
- CAMPOS, Pablo (1994), "El valor económico total de los sistemas agroforestales", in *Agricultura y Sociedad*, nº 71, pp. 243-256.
- (1994), "Economía de los espacios naturales. El valor económico total de las dehesas ibéricas", in *Agricultura y Sociedad*, nº 73, pp. 103-120.
- CAMPOS, Pablo & NAREDO, José Manuel (1980), "La energía de los sistemas agrarios", in *Agricultura y Sociedad*, nº 15, pp. 17-113.
- CANEILL, Jacques & CAPILLON, Alain (1990), "Gestion de la qualité des productions végétales au plan régional", in *Économie Rural*, nº 198, pag. 23.
- CANELA, Lourdes V. (1994), "Diez años de reforma de la política agraria comunitaria", in *Agricultura y Sociedad*, nº 70, pp. 9-32.

- CANTERO, Nicolas O. (1983), "El proceso de mecanización y adaptación tecnológica del espacio agrario español", in *Agricultura y Sociedad*, nº 27, pp. 81-150.
- CAPELLE, Francis (1986), "L'intensification face à la réduction des coûts de production", in *Économie Rural*, nº 172, pp. 17-21.
- CARDOSO, José Carvalho (1994), *Temas europeus - 7 anos de actividade no Parlamento Europeu*, Ed. Soartes, Vila Franca de Xira.(ISA; EOO-284)
- CARRIERE, Jean-Paul (1989), *Les transformations agraire au Portugal: crise, réformes et financement de l'agriculture*, Ed. Económica, Paris.(FC; PH-163-GE)
- CARY, Francisco C. & AZEVEDO, Ário Lobo (1993), "Aplicação das novas técnicas - a agricultura portuguesa e a reforma da PAC", in *Economia e Sociologia*, nº 55, pp. 39-65.
- CASABIANCA, F. de (1987), "Desarrollo rural y control del medio ambiente en el Mediterráneo", in *Agricultura y Sociedad*, nº 45, pp. 23-46.
- CASTRI, Francesco di (1992), "Instituições favoráveis às ciências do ambiente" in Martine Barrère (Dir.), *Terra, Património Comum*, Ed. Instituto Piaget, Lisboa.
- CATTAN, Aline & MERMET, Laurent (1992), "L'adoption par les agriculteurs de pratiques agricoles favorables a l'environnement: identification des facteurs de blocage", in *Économie Rurale*, nº 208-209, pp. 38-41.
- CERON, J. P. (1987), "Formas de desarrollo agrícola, medio ambiente y zonas marginadas", in *Agricultura y Sociedad*, nº 45, pp. 47-97.
- CERTAINES, E. de & ROBERT, S. (1985), "Les nouvelles données de l'aménagement de l'espace rural", in *Économie Rural*, nº 166, pp. 17-21.
- CHAMBOREDON, Jean-Claude (1980), "Les usages urbains de l'espace rural: du moyen de production ou lieu de récréation", in *Revue Française de Sociologie*, XXI, 1, pp. 97-119.
- (1982), "La diffusion de la chasse et la transformation des usages sociaux de l'espace rural", in *Études Rurales*, nº 87-88, pp. 233-260.
- CHARRIER, André & CHAUVET, Michel (1992), "Le maintien de la diversité: controverses et politiques actuelles", in *Économie Rurale*, nº 208-209, pp. 75-78.
- CHAVES, M^a Cristina (1994), "A dimensão ecológica do desenvolvimento" in *Caderno de ciências Sociais*, nº 14, pp. 99-118, Ed.Afrontamento, Porto.

- CHESNAIS, François (1992), "Biotecnología e itinerarios tecnológicos alternativos", in *Agricultura y Sociedad*, n° 64, pp. 277-280.
- CHEVALLIER, D. (1994), "Les savoirs de la nature, approches ethnologiques" in Nicole Mathieu et Marcel Jollivet (Dir.), *Du rural a l'environnement*, Ed. L'Harmattan, Paris.
- CHIA, Eduardo; BROSSIER, Jacques & BENOIT, Marc (1992), "Recherche-action: qualité de l'eau et changements des pratiques agricoles", in *Économie Rurale*, n° 208-209, pp. 30-36.
- CHIRA, Isac (1991), "Pour une grammaire du paysage agraire", in *Études Rurales*, n° 121-124, pp. 21-26.
- CHOSSON, Jean-François (1990), "Le savant et le militant: sciences sociales et associations rurales", in *Économie Rural*, n° 198, pag. 45.
- CHRISTENSON, James (1988), "Social risk and Rural Sociology", in *Rural Sociology*, Vol. 53 (1), pp. 1-24.
- CIANFERONI, Reginaldo (1991), "L'agricoltura e l'ambiente nel distretto di Prato", in *La Questione Agraria*, n° 44, pp. 206-209.
- CICIA, Gianni (1992), "Approccio pigouviano e approccio standard alla teoria economica dell'ambiente", in *La Questione Agraria*, n° 45, pp. 75-82.
- CLARK, Judy & LOWE, Philip (1992), "Cleaning up agriculture: environment, technology and social science", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 32 (1), pp. 11-29.
- CLUB DE BRUXELLES (Dir. SMITH, Jacqueline) (1995), *Agriculture et environnement en Europe*, Conférence organisée par le Club de Bruxelles les 4 et 5 de Mai de 1995, Bruxelles.(ISA; PO1-359)
- (1995), *Agriculture et environnement en Europe*, Conférence organisée par le Club de Bruxelles les 4 et 5 de Mai de 1995, Comptes rendus de la conférence, Bruxelles.(ISA; PO1-360)
- COHEN, Juliette; BLASKOVIC, Hana; LEFER, Bertrand; BONNET, Annie; FOUILLEUX, Eve; MARLET, Hélène; MECHINEAU, Virginie & TROMMETTER, Michel (1994), "Les effets micro-économiques, macro-économiques et environnementaux de la réforme de la PAC", in *Économie Rural*, n° 222, pp. 5-11.
- COLLOQUE INTERNATIONAL EN HOMMAGE AU PROFESSEUR ANDRÉ FEL (1992), *Des regions paysannes aux espaces fragiles*, Ceramac, Clermont-Ferrand.(FC; GD-396)
- COLSON, F. (1986), "Le développement agricole face à la diversité de l'agriculture française", in *Économie Rural*, n° 172, pp. 3-9.

- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1988) "O Futuro do Mundo Rural" in *Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais*, Boletim nº 5, Lisboa.
- COMISSÃO MUNDIAL DO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO (WCED) (1987), *O Nosso Futuro Comum*, Ed. Meribérica / Liber, Lisboa.
- CONDOMINAS, G. (1983), "Aspects écologiques d'un espace social restreint en Asie du Sud-Est. Les Mnong Gar et leur environnement", in *Études Rurales*, nº 89-91, pp. 11-76.
- CONTRERAS, Jesús (198), "Ecología cultural de la población de agricultores", in *Agricultura y Sociedad*, nº 34.(recensão)
- CONWAY, A. G. (1991), "Fonction des instruments économiques pour la réconciliation des politiques agricoles et environnementales suivant le principe pollueur-payeur", in *Économie Rurale*, nº 205, pp. 44-52.
- CORDON, Faustino (1978), "La alimentación humana. Sus direcciones principales de progreso", in *Agricultura y Sociedad*, nº 9, pp. 9-54.
- COULOMB, Pierre (Dir.) (1990), *Les agriculteurs & la politique*, Presses de la Fondation National des Sciences Politiques, Paris.(FC; GD-368)
- COUTENET, Jean (1988), "Quel avenir pour l'espace rural français?", in *Études Rurales*, nº 110-112, pp. 103-106.
- COVAS, António (1993), "Enquadramento internacional da agricultura portuguesa - a reforma da PAC, o Uruguay Round e a união europeia", in *Economia e Sociologia*, nº 55, pp. 13-22.
(1993), "A agricultura portuguesa para os anos noventa - problemas e perspectivas", in *Economia e Sociologia*, nº 55, pp. 23-38.
- CPFEC (1983), Seminário sobre: "As regiões menos favorecidas de Portugal e a Comunidade Europeia", *Fundação Europeia da Cultura*, Guarda.
- CRISTOFARO, A.; SOTTE, F.; MAZZINI, A. & TONNARELLI, M.(1994), " Le agevolazioni sui carburanti per l'agricoltura", in *La Questione Agraria*, nº 54, pp. 133-.
- CRISTOVÃO, Artur (1994), "Para uma nova extensão rural: reflexão em quatro pontos", in *Economia e Sociologia*, nº 57, pp. 205-218.

(1995), "Do sistema de formação e visitas à investigação e desenvolvimento de sistemas agrários: análise crítica de um percurso", in *Economia e Sociologia*, nº 60, pp. 93-124.
- CRISTOVÃO, Artur; PORTELA, José & KOEHNEN, Timothy (1994), "Proteção integrada e extensão", in *Economia e Sociologia*, nº 57, pp. 219-232.

- CRUZ, L. Braga da (1993), "Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento rural", in *Jornadas de Reflexão sobre o PDR e o Mundo Rural*, C.C.R.N., Lisboa.
- CULLA, Albert P. I (1988), "Análisis energético y relaciones sociales en la agricultura", in *Agricultura y Sociedad*, nº 48, pp. 211-222.
- CUNHA, Arlindo M. (1996), *A agricultura europeia na encruzilhada*, Ed. Asa, Lisboa. (FC; GD-415-GE)
- CUTTER, Susan (1996), "Les réactions des sociétés aux risques écologiques", in *Revue Internationale des Sciences Sociales*, nº 150, pp. 603-616.
- DARRÉ, Jean-Pierre; LE GUEN, Roger & LEMERY, Bruno (1989), "Changement technique et structure professionnelle locale en agriculture", in *Économie Rurale*, nº 192-193, pp. 115-122.
- DE BLAS, J. C.; FRAGA, M. J.; PÉREZ, C. J. & BUXADÉ, C. (1982), "Crisis energética y producción ganadera. El modelo español, un modelo desequilibrado", in *Agricultura y Sociedad*, nº 24, pp. 107-136.
- DE FILIPPIS, Fabrizio & SALVATICI, Luca (1991), "La «proposta Mac Sharry» di revisione della Pac: un'occasione per discutere", in *La Questione Agraria*, nº 42, pp. 175-208.
- DE PISON, Eduardo M. (1983), "Cultura y ciencia del paisaje", in *Agricultura y Sociedad*, nº 27, pp. 9-32.
- (1984), "Consecuencias ecológicas de las obras hidráulicas y de la transformación en regadío", in *Agricultura y Sociedad*, nº 32, pp. 259-272.
- DE WIT, C. T. (1989), "Impact sur l'environnement de la Politique Agricole Commune", in *Économie Rurale*, nº 189, pp. 73-80.
- DEFFONTAINES, Jean-Pierre (1992), "L'agronomie: discipline et interdiscipline", in Marcel Jollivet (Org.), *Science de la Nature - Science de la Société: Les passeurs de frontières*, CNRS Ed., Paris.
- DELBOS, G. (1994), "Penser la nature, comment sinon dans l'air du temps" in Nicole Mathieu et Marcel Jollivet (Dir.), *Du rural a l'environnement*, Ed. L'Harmattan, Paris.
- DELÉAGE, Jean-Paul (1989), "Le rapport des sociétés à la nature: une question de vie ou de mort", in *L'homme et la Société*, nº 91/92, pp. 7-11.
- (1995), "As etapas da consciencialização", in *Estado do Ambiente no Mundo*, (Dir.) Michel e Calliope Beaud e Mohamed L Bouguerra, Ed. Instituto Piaget, pp. 35-41, Lisboa.
- DELGADO, Felisa C. (1982), "Nuevos planteamientos de desarrollo agrícola para las áreas subdesarrolladas", in *Agricultura y Sociedad*, nº 24, pp. 321-344.

- (1992), "Effets possibles de la nouvelle PAC sur l'agriculture espagnole", in *Économie Rurale*, n° 211, pp. 67-70.
- DESSAU, Jan (1981), "¿Qué diferencias y para qué agriculturas?", in *Agricultura y Sociedad*, n° 20, pp. 265-271.
- DEVERRE, Christian (1995), "Social implications of agro-environmental policy in France and Europe", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 35 (2), pp. 227-247.
- DEYBE, Daniel (1994), "Politiques pour une agriculture durable", in *Économie Rurale*, n° 222, pp. 12.
- DEYBE, Daniel; AXES, Françoise; MORARDET, Sylvie; BABIN, Didier; EZERZERMICALLAND, Béatrice (1994), "Le développement durable et la gestion des ressources naturelles renouvelables", in *Économie Rural*, n° 222, pp. 12-15.
- DGDR (1993), "O mundo rural na estratégia de desenvolvimento regional", in *Jornadas de Reflexão sobre o PDR e o Mundo Rural*, Lisboa.
- DIAS, M^a Caninhas (1995), *A Aplicação das Medidas Agro-Ambientais em Portugal - o caso dos agricultores do Oeste*, ISCTE, Policopiado, Lisboa.
- DOCUMENTAÇÃO EUROPEIA (1989), *Uma Política Agrícola Comum para os anos noventa*, 3^a ed., Pub. Comunidades Europeias, Luxemburgo.
- DONO, Gabriele (1992), "Economia ambientale: alcune controversie sull'approccio neoclassico", in *La Questione Agraria*, n° 45, pp. 51-74.
- DORY, Miguel G. (1980), "La utilización de las razas autóctonas en los ecosistemas regionales, como factor de ahorro energético en la ganadería española", in *Agricultura y Sociedad*, n° 15, pp. 115-162.
- DRAIN, Michel (1987), "Las relaciones norte-sur en la agricultura europea", in *Agricultura y Sociedad*, n° 44, pp. 281-284.
- DRIEDGER, Leo (1995), "Alert opening and closing: mennonite rural-urban changes", in *Rural Sociology*, Vol. 69 (2), pp. 323-332.
- DRUMMOND, Ian & SYMES, David (1996), "Rethinking sustainable fisheries: the realist paradigm", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 36 (2), pp. 152-162.
- DUBOST, Françoise (1991), "La problématique du paysage. État des lieux", in *Études Rurales*, n° 121-124, pp. 219-234.
- (1994), "Vert patrimoine: la constitution d'un nouveau domaine patrimonial", in *Études Rurales*, n° 133-134.(Recessão)
- DUBY, Georges (1991), "Quelques notes pour une histoire de la sensibilité au paysage", in *Études Rurales*, n° 121-124, pp. 11-14.

- EGG, Johnny; LERIN, François & TUBIANA, Laurence (1985), "Rente pétrolière et crise agricole", in *Études Rurales*, n° 99-100, pp. 231-264.
- EHRENTAUT, Adolf (1996), "Globalization and the representation of rurality: alpine open-air museums in advanced industrial societies", in *Sociologia Ruralis*, Vol.36 (1), pp. 4-26.
- ETCHELECOU, A. (1991), "Population, territory, environment. A new challenge for social regulation", in *Sociologia Ruralis*, Vol.31 (4), pp.309-320.
- EYMARD-DUVERNAY, F. (1993), "La négociation de la qualité", in *Économie Rurale*, n° 217, pp. 12-17.
- FABIANI, Guido (1993), "Avvenne domani? La grande crisi in agricoltura: una riflessione attuale", in *La Questione Agraria*, n° 50, pp. 33-68.
- FABIANI, J.-L. (1994), " La nature, l'action publique et la régulation sociale" in Nicole Mathieu et Marcel Jollivet (Dir.), *Du rural a l'environnement*, Ed. L'Harmattan, Paris.
- FACCHINI, François (1993), "Paysage et économie: la mise en évidence d'une solution de marché", in *Économie Rurale*, n° 218, pp. 12-18.
- FADIGAS, Leonel (1987), "Os limites ambientais do crescimento da produção agrícola e florestal", in *Revista de Ciências Agrárias*, Vol. X (2), pp. 37-43.(ISA; PPAOO149)
- FALK, William (1996), "The assertion of identity in Rural Sociology", in *Rural Sociology*, Vol. 61 (1), pp. 159-174.
- FALK, William & ZHAO, Shanyang (1989), "Paradigms, theories and methods in contemporary Rural Sociology: a partial replication and extension", in *Rural Sociology*, Vol. 54 (4), pp. 587-600.
(1990), "Paradigms, theories, and methods revisited: we respond to our critics", in *Rural Sociology*, Vol. 55 (1), pp. 112-122.
- FERNANDEZ, Juan Olivier (1986), "Modelos procesuales en antropología ecológica y económica", in *Agricultura y Sociedad*, n° 40, pp. 99-119.
- FERNANDEZ, Xavier S. (1995), "Economía ecológica, agroecología y desarrollo rural sostenible", in *Agricultura y Sociedad*, n° 77, pp. 199-238.
- FERREIRA, Jorge (1992), "A agricultura biológica", in *Cadernos Agro-Pecuários*, n° 8, pp. 11-16.
- FIELDING, A. J.(1994) "Contra-urbanização: ameaça ou benção?" in David Pinder (org.), *Europa Ocidental - Desafios e mudanças*, Ed. Celta, Oeiras.

- FIGUEIRA, Ricardo G. (1996), *Revalorização Económica e Preservação Ambiental - Abordagem sociológica dos praticantes da Protecção Integrada*, Diss. de Mestrado apresentada ao ISCTE, Lisboa.
- FIGUEIREDO, Elisabete (1996), "'Verdes são os campos'... O mundo rural como reserva de qualificação ambiental" in *5ª Conferência Nacional Sobre a Qualidade do Ambiente*, Vol. I, Comissão de Coordenação da Região Centro, pp. 309-319, Coimbra.
- FINO, Mª Luisa (1993), "Medidas agro-ambientais: sua aplicação em Portugal", in *Revista do Agricultor*, nº 53, pp. 33-38.(ISA; PP/AOO-213, nº53)
- FLEURY, A. & MOLLARD, A. (1981), "Sistemas de producción agrícolas y medio ambiente: contradicciones y perspectivas", in *Agricultura y Sociedad*, nº 20, pp. 97-107.
- FONT, Joan N. I (1988), "El fenómeno neorrural", in *Agricultura y Sociedad*, nº 47, pp. 145-176.
- FORTMANN, Louise (1988), "Predicting natural resource micro-protest", in *Rural Sociology*, Vol. 53 (3), pp. 357-367.
- FRIEDBERG, Claudine (1992), "Représentation, classification: comment l'homme pense ses rapports au milieu naturel", in Marcel Jollivet (Org.), *Science de la Nature - Science de la Société: Les passeurs de frontières*, CNRS Ed., pp. 357-371, Paris.
- FRITSCH, Philippe (1993), "Sauvage. À sauvegarder", in *Études Rurales*, nº 129-130, pp. 33-50.
- FROUWS, Jaap & VAN TATENHOVE, Jan (1993), "Agriculture, environment and the state. The development of agro-environmental policy-making in the Netherlands", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 33 (2), pp. 220-239.
- GATTI, Silvia & OLIVI, Elisabetta (1994), "La politica regionale comunitaria negli anni'90", in *La Questione Agraria*, nº 53, pp. 101-124.
- GEISLER, Charles; MARTINSON, Oscar & WILKENING, Eugene (1977), "Outdoor recreation and environmental concern: a restudy", in *Rural Sociology*, Vol. 42 (2), pp. 241-249.
- GERALDES, David (1994) "Plano de Desenvolvimento Regional do Ribatejo e Oeste", in *Vida Rural*, nº 1591, Junho, pp. 20-24.
- GIACOMINI, Corrado (1991), "Le difficoltà di una politica alternativa", in *La Questione Agraria*, nº 43, pp. 217-224.
- GILG, Andrew (1991), *Progress in rural policy and planning*, Belhaven Press, London. (FC; GD-375)

- GIOLITTI, Andrea & TIEZZI, Enzo (1991), "Agricoltura sostenibile e vincoli ambientali nell'uso delle risorse naturali", in *La Questione Agraria*, n° 41, pp. 109-122.
- GIRAUD-HÉRAUD, Eric & REQUILLART, Vincent (1992), "Quelques réactions à propos de l'article de Joseph Klatzmann «Où nous mènera la révolution de la PAC?», in *Économie Rurale* n° 204", in *Économie Rurale*, n° 207, pp. 43-44.
- GLASBERGEN, P. (1992), "Agro-environmental policy: trapped in an iron law? A comparative analysis of agricultural pollution control in the Netherlands, the United Kingdom and France", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 32 (1), pp. 30-48.
- GODARD, Olivier (1996), "Le développement durable et le devenir des villes - Bonnes intentions et fausses bonnes idées", in *Futuribles*, n° 209, pp. 29-35.
- GOERGEN, Philippe (1989), "La nature et le rural", in *Études Rurales*, n° 115-116, pp. 287-290.
- (1991), "De l'agriculture à l'environnement", in *Études Rurales*, n° 121-124, pp. 235-241.
- GONZÁLEZ, J. Romero (1993), "Las agriculturas del sur de Europa y la reforma de la PAC", in *Agricultura y Sociedad*, n° 66, pp. 221-229.
- GONZALEZ, A. Fernandez y (1989), "Nuevas tendencias en la formación de la política rural. OCDE, Paris, 1988", in *Agricultura y Sociedad*, n° 51, pp. 261-296.
- GONZÁLEZ, Jesús F. (1982), "La agricultura como fuente productora de energía", in *Agricultura y Sociedad*, n° 24, pp. 157-180.
- GOODMAN, David & REDCLIFT, Michael (1989), "Examen crítico de la crisis agrícola internacional", in *Agricultura y Sociedad*, n° 52, pp. 35-64.
- GRINEVALD, Jacques (1995), "A consciencialização - Os pioneiros da ecologia", in *Estado do Ambiente no Mundo*, (Dir.) Michel e Calliope Beaud e Mohamed L. Bouguerra, Ed. Instituto Piaget, pp. 29-34, Lisboa.
- GRUPO DE BRUGES (1996), "Qué agricultura queremos para Europa?", in *Agricultura y Sociedad*, n° 79, pp. 229-238.
- GUÉRY, F. (1994), "Nature et artifice, aux origines d'une philosophie naturaliste" in Nicole Mathieu et Marcel Jollivet (Dir.), *Du rural a l'environnement*, Ed. L'Harmattan, Paris.
- GUERRINI, M.-C. & MUXART, T. (1994), "Dur ! dur ! la polysémie des concepts dans l'entreprise interdisciplinaire" in Nicole Mathieu et Marcel Jollivet (Dir.), *Du rural a l'environnement*, Ed. L'Harmattan, Paris.

- GUGLIELMI, Michel (1995), "Vers de nouvelles fonctions de l'agriculture dans l'espace?", in *Économie Rurale*, n° 229, pp. 17-21.
- GUNTER, Valerie & FINLAY, Barbara (1988), "Influences on group participation in environmental conflicts", in *Rural Sociology*, Vol. 53 (4), pp. 498-505.
- GUYOMARD, Hervé & MAHE, Louis-Pascal (1992), "Le project Mac Sharry: facteurs de sensibilité du débouché céréalier communautaire", in *Économie Rurale*, n° 211, pp. 20-29.
- GUZMAN, Eduardo S. (1990), "Redescubriendo a Chayanov: hacia un neopopulismo ecológico", in *Agricultura y Sociedad*, n° 55, pp. 201-238.
- HAINARD, F. & BUTTEL, F. (1983), "Où va donc la Sociologie Rurale nord-américaine?", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 23 (2), pp. 145-158.
- HANNIGAN, John A. (1995), *Environmental Sociology: a social constructionist perspective*, Routledge, London. (FC; EA-102-GE)
- HARLAN, J. R. (1987), *Les plantes cultivées et l'homme*, Ed. PUF, Paris. (FC; GD-382)
- HARVEY, David (1984), "Quotas négociables, politique de compensation et réforme de la PAC", in *Économie Rurale*, n° 163, pp. 72-76.
- (1989), "Comment faire face à la crise financière dans les pays industrialisés: le cas de la CEE", in *Économie Rurale*, n° 194, pp. 34-41.
- HASSANEIN, Neva & KLOPPENBURG, Jack (1995), "Where the grass grows again: knowledge exchange in the sustainable agriculture movement", in *Rural Sociology*, Vol. 60 (4), pp. 721-740.
- HAWKINS, Ann & BUTTEL, Frederick (1991), "L'economia politica dello «sviluppo sostenibile»", in *La Questione Agraria*, n° 41, pp. 71-94.
- HAZAK, Roberto S. (1988), "El porvenir de la sociedad rural europea revisitado. (A propósito de «L'avenir delle campagne Europee»)", in *Agricultura y Sociedad*, n° 48, pp. 253-262.
- HENIN, Stéphane (1992), "L'évolution de l'eau: facteur de production et des risques pour l'agriculture", in *Économie Rurale*, n° 208-209, pp. 27-29.
- HENKE, Roberto & ZAPPACOSTA, Mario (1994), "L'evoluzione delle politiche ambientali della Banca Mondiale: continuità e contraddizioni", in *La Questione Agraria*, n° 55, pp. 31-60.
- HEREDIA, Eladio A. (1980), "Perspectivas energéticas de la agricultura moderna", in *Agricultura y Sociedad*, n° 15, pp. 257-292.

- HERRUZO, A. Casimiro (1988), "Biotecnología de la agricultura: efectos económicos e implicaciones para las políticas de investigación y agrarias", in *Agricultura y Sociedad*, nº 48, pp. 81-110.
- HERVIEU, Jean-François (1995), "Rôle et place de l'agriculture dans l'aménagement et le développement des territoires", in *Économie Rurale*, nº 225, pp. 30-32.
- HODGES, R. D. (1983), "Los argumentos de la agricultura biológica", in *Agricultura y Sociedad*, nº 26, pp. 19-45.
- HOLM, Petter (1996), "Fisheries management and the domestication of nature", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 36 (2), pp. 177-188.
- HOM, Enric Saguer & LÓPEZ, Pere Sala (1991), "Un nuevo campo de estudio: la historia ecológica", in *Agricultura y Sociedad*, nº 61, pp. 223-234.
- HOUEE, Paul (1989), *Les politiques de développement rural: des années de croissance au temps d'incertitude*, INRA, Paris.(FC; H-192)
- HULOT, Jean-François (1990), "Les performances économiques des exploitations agricoles en zones défavorisées dans la CEE", in *Économie Rurale*, nº 199, pp. 26-34.
- HUNEK, Tadeusz (1986), "Agriculturas y sociedades rurales en un sistema de producción de alimentos sujeto a incertidumbre", in *Agricultura y Sociedad*, nº 38-39, pp. 185-202.
- ILBERY, Brian W. (1994) "O desafio do abandono das terras" in David Pinder (org.), *Europa Ocidental - Desafios e Mudanças*, Ed. Celta, Oeiras.
- JACKSON, Cecile (1993), "Women / nature or gender / history? A critique of ecofeminist 'development'", in *The Journal of Peasant Studies*, nº 20 (3), pp. 389-418.
- JAUNEAU, Jean-Claude (1990), "Politiques territorialisées et installation en agriculture. Evaluation de programmes locaux d'installation en Rhône-Alpes", in *Économie Rurale*, nº 198, pag. 25.
- JIMENEZ, Alfonso (1980), "Datos para el estudio energético de la agricultura española: el problema de los fertilizantes nitrogenados", in *Agricultura y Sociedad*, nº 15, pp. 337-346.
- JOKINEN, Pekka (1995), "The development of agricultural pollution control in Finland", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 35 (2), pp. 206-226.
- JOLLIVET, Marcel (1985), "Le développement local, mode ou mouvement social?", in *Économie Rurale*, nº 166, pp. 10-16.
- (Dir.) (1988), *Pour une agriculture diversifiée*, L'Harmattan, Paris. (FC; GD-351)

- (1992a), "Agriculture et environnement: reflexions sociologiques", in *Économie Rurale*, n° 208-209, pp. 5-10.
- (1992b), "Un chapitre de l'histoire récente d'une vieille et grande question: les rapports homme-nature", in *Science de la Nature - Science de la Société: Les passeurs de frontières*, CNRS Ed., Paris.
- (1994), *Du Rural à l'Environnement*, Ed. L'Harmattan, Paris.
- JULLIAN, P. (1989), "Innovations et diversité des exploitations agricoles", in *Économie Rurale*, n° 192-193, pp. 104-109.
- KALAORA, B. & LARRÉRE G.-R. (1994) "Les sciences sociales et les sciences de la nature au péril de leur rencontre" in Nicole Mathieu et Marcel Jollivet (Dir.), *Du rural à l'environnement*, Ed. L'Harmattan, Paris.
- KAY, Milton (1996), *Environmentalism and cultural theory: exploring the role of Anthropology in environmental discourse*, Routledge, London.(FC; EA-105-GE)
- KAYSER, Bernard (1984), "Subversion des villages français", in *Études Rurales*, n° 93-94, pp. 295-324.
- 1988), "Permanence et perversion de la ruralité", in *Études Rurales*, n° 109, pp. 75-108.
- (1989), *Les sciences sociales face au monde rural: méthodes et moyens*, Presses Universitaires du Mirail, Toulouse.(FC; GD-406-GE)
- (1990) *La renaissance rurale. Sociologie des campagnes du monde occidental*, Ed. Armand Colin, Paris.
- (1991a), "Country planning, development policies and the future of rural areas", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 31 (4), pp. 262-268.
- (1991b), "Agriculture et ruralité: les nouveaux rapports", in *Économie Rurale*, n° 202-203, pp. 14-18.
- (1992), "L'avenir des espaces ruraux", in *Futuribles*, n° 167, pp. 3-27.
- (1994), "Agriculture et ruralité", in *Études Rurales*, n° 135-136, pp. 175-184.
- KAYSER, Bernard; BRUN, A.; CAVAILHÈS, J. & LACOMBE, P. (1994), "Pour une ruralité choisie", in *Études Rurales*, n° 135-136.(Recessão)
- KING, Richard & RUELA, Enrique (1980), "Análisis económico de alternativas y consecuencias", in *Agricultura y Sociedad*, n° 16, pp. 223-238.

- KLATZMANN, Joseph (1991), "Où nous mènera la «revolution» de la PAC?", in *Économie Rurale*, n° 204, pp. 23-29.
- (1996), "L'alimentation des hommes: où allons-nous?", in *Futuribles*, n° 212, pp. 39-58.
- KOUSIS, Maria (1993), "Collective resistance and sustainable development in rural Greece: the case of geothermal energy on the island of milos", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 33 (1), pp. 3-24.
- KROLL, Jean-Christophe (1992), "La politique agricole en question: quelle alternative au soutien des prix?", in *Économie Rurale*, n° 211, pp. 34-39.
- LABARTA, Mario G. (1978), "La competencia Rural-Urbana por el uso de la tierra", in *Agricultura y Sociedad*, n° 7.
- LABAT, Fernandez-Cavada (1982), "Nuevas técnicas agrarias y ahorro energético", in *Agricultura y Sociedad*, n° 24, pp. 137-156.
- LAMBERT, J. L. (1993), "Consommation: le consommateur, cet inconnu", in *Économie Rurale*, n° 217, pp. 42-46.
- LANDAIS, Étienne & DEFFONTAINES, Jean-Pierre (1988), "Les pratiques des agriculteurs -Point de vue sur un courant nouveau de la recherche agronomique", in *Études Rurales*, n° 109, pp. 125-156.
- LAPEYRE, Arturo C. (1982), "La política agraria ante la crisis energética", in *Agricultura y Sociedad*, n° 24, pp. 11-29.
- LARRUE, Corrine (1994), "Protection des eaux et agriculture en France, Suisse et Belgique", in Nicole Mathieu et Marcel Jollivet (Dir.), *Du rural a l'environnement*, Ed. L'Harmattan, Paris.
- (1992), "Le comportement des agriculteurs face aux mesures de protection de l'eau", in *Économie Rurale*, n° 208-209, pp. 42-49.
- LAURENT, Claude (1986a), "Maintien de la biomasse utilisable en montagne", in *Économie Rural*, n° 176, pp. 23-28.
- (1989b), "Les nouvelles technologies en agriculture: quelques leçons de l'histoire", in *Économie Rural*, n° 192-193, pp. 12-17.
- LAURET, Frédéric (1992), "L'agriculture méditerranéenne française et l'évolution de la politique agricole commune", in *Économie Rurale*, n° 211, pp. 53-60.
- LAVOUX, Thierry & BALDOCK, David (1992), "L'application du principe pollueur-payeur en agriculture", in *Économie Rurale*, n° 208-209, pp. 61-65.
- LE PAPE, Yves (1981a), "La agricultura biológica: realidades y perspectivas", in *Agricultura y Sociedad*, n° 20, pp. 109-119.

- (1981b), "A propósito de los sistemas de producción agrícola diferentes", in *Agricultura y Sociedad*, nº 20, pp. 273-280.
- LEACH, Gerald (1980), "Energía y producción de alimentos. Introducción", in *Agricultura y Sociedad*, nº 15, pp. 9-16.
- LEBAIL, M. & VALCESCHINI, Egizio (1990), "Qualités des produits agricoles et coordination dans les filières agro-alimentaires", in *Économie Rural*, nº 198.
- LEFEUVRE, Jean-Claude (1992), "Biodiversité et territoires agricoles", in *Économie Rurale*, nº 208-209, pp. 79-84.
- LENIHAN, John & FLETCHER, William (1975), *Food, agriculture and environment*, Vol. 2, Ed. Blackie, London.(ISA; PO1-14)
- LIEBERHERR, F. (1981), "La nature, Culture de l'Homme Electronique? Problématique écoanthropologique d'un parc naturel italien", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 21 (2), pp. 96-112.
- LIMA, Aida V.de (1990), "Agricultura de pluriactividade e integração espacial", in *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 8, pp. 55-61.
- LIMA, Aida V.de & CANINHAS, H. (1995), "Os agricultores e o meio ambiente - Práticas e representações" (versão provisória) in *Colóquio Espano-Português de Estudos Rurais*, Tema 4: Grupos sociais. Representações e identidades nos espaços rurais em transformação, Maio de 1995, Lisboa, (Policopiado).
- LIMA, J. Ávila de (1974-85), "As organizações agrícolas sócio-profissionais em Portugal e a integração europeia", in *Análise Social*, nº110, pp. 209-239, Lisboa.
- LIPIETZ, Alain (1992), "Uma economia a reconstruir" in Martine Barrère (Dir.), *Terra, Património Comum*, Ed. Instituto Piaget, Lisboa.
- LIZET, Bernadette (1991), "De la campagne à la "nature ordinaire". Génie écologique, paysage et traditions paysannes", in *Études Rurales*, nº 121-124, pp. 169-184.
- LIZET, Bernadette & RAUVIGNAN, François de (1987), *Comprendre un paysage: guide pratique de recherche*, INRA, Paris.(FC; GD-381)
- LOBAO, Linda (1996), "A Sociology of the periphery versus a peripheral Sociology: Rural Sociology and the dimension of space", in *Rural Sociology*, Vol. 61 (1), pp. 77-102.
- LONDON, Bruce (1987), "Ending ecology's ethnocentrism: thai replications and extensions of ecological research", in *Rural Sociology*, Vol. 52 (4), pp. 483-500.

- LÓPEZ, A. Sánchez (1980), "Jugar con el paro: crisis económica en las regiones agrarias", in *Agricultura y Sociedad*, nº 17, pp. 259-300.
- LOURENÇO, Nelson (1989), "Los agricultores portugueses y la Europa agraria: estrutura social y estrategias de mercado", in *Agricultura y Sociedad*, nº 51, pp. 151-176.
- (1992), "Imagens da integração: representações sociais sobre a integração da agricultura portuguesa na Comunidade Europeia", in *Análise Social*, nº 118-119, pp. 955-971.
- LOVETT, J. V. (1983), "Alternativas a los productos agro-químicos en la agricultura del futuro", in *Agricultura y Sociedad*, nº 26, pp.51-68.
- LOWE, George & PINHEY, Thomas (1982), "Rural-urban differences in support for environmental protection", in *Rural Sociology*, Vol. 47 (1), pp. 114-128.
- LOWE, Philip (1992), "Industrial agriculture and environment regulation: a new agenda for Rural Sociology", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 32 (1), pp. 4-10.
- LOWE, Phillip & WARD, Neil (1994), "Agricultura y medio ambiente: temario sociológico", in *Agricultura y Sociedad*, nº 71, pp. 257-270.
- LUGINBÜHL, Yves (1991), "Le paysage rural: la couleur de l'agricole, la saveur de l'agricole, mais que reste-t-il de l'agricole?", in *Études Rurales*, nº 121-124, pp. 27-44.
- (1994), "Le rural pour repenser la nature?" in Nicole Mathieu et Marcel Jollivet (Dir.), *Du rural a l'environnement*, Ed. L'Harmattan, Paris.
- LUGINBUHL, Y, & MORTAIN, B. (1994), "Les facteurs naturels au service des stratégies locales" in Nicole Mathieu et Marcel Jollivet (Dir.), *Du rural a l'environnement*, Ed. L'Harmattan, Paris.
- MACLOUF, Pierre (1985), "L'après-crise, une troisième «fin des terroirs»", in *Économie Rural*, nº 166, pp. 29-32.
- MAHÉ, Louis; POUPA, J. C. & TROCHET, T. (1984), "Un protectionnisme plus équilibré: le FEOGA et la réforme de la PAC", in *Économie Rurale*, nº 164, pp. 17-22.
- MAINSANT, Bernard (1992), "L'article 19: son application en France", in *Économie Rurale*, nº 208-209, pag. 136.
- MALASSIS, Louis (1991), "L'agriculture dans l'activité économique et dans l'espace: deux modèles d'interpretation", in *Économie Rurale*, nº 202-203, pp. 4-9.
- MARSDEN, Terry (1989), "Restructuring rurality. From order to disorder in agrarian political economy?", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 29 (3/4), pp. 312-317.

- MARSH, Paul & CHRISTENSON, James (1977), "Support for economic growth and environmental protection, 1973-1975", in *Rural Sociology*, Vol. 42 (1), pp. 101-107.
- MARTI, Albert M. (1988), "La reforma de la política estructural agrícola de la Comunidad", in *Agricultura y Sociedad*, nº 49, pp. 49-120.
- MARTIN, Samuel (1985), "L'aménagement rural à la rescousse des exploitations familiales", in *Économie Rural*, nº 168, pp. 5-10.
- MARTINHO, M^a da Graça (1993), "CNUAD'92 Forum Global'92: duplo sucesso ou duplo fracasso?" in *Sociedade e Território*, nº 18, pp.84-89, Ed. Afrontamento, Porto.
- MASON, Robert; BOERSMA, Larry & FAULKENBERRY, David (1988), "The use of open and closed questions to identify holders of crystallized attitudes: the case of adoption of erosion-control practices among farmers", in *Rural Sociology*, Vol. 53 (1), pp. 96-109.
- MASSÉNA-GOURC, Genevière (1994), "La protection à l'épreuve de la diversité des usages. Le massif des Calanques", in *Études Rurales*, nº 133-134, pp. 149-162.
- MATHIEU, Nicole (1990), "La notion de rural et les rapports ville-campagne en France. Des années cinquante aux années quatre-vingts", in *Économie Rural*, nº 197, pp. 35-41.
- MATIAS, Carlos (1992), "Protecção Integrada: realidade ou utopia", in *Cadernos Agro-Pecuários*, nº 8, pp. 16-19.
- MATOS, M^a Campos e (1994), "Desenvolvimento rural: questões conceptuais e ensinamentos" in *Cadernos de Ciências Sociais*, nº14, pp.83-98, Ed. Afrontamento, Porto.
- MEADOWS, Donella; MEADOWS, Dennis; RANDERS, Jorgen & BEHRENS, William (1972), *Os Limites do Crescimento*, Ed. Dom Quixote, Lisboa.
- MEEKHOF, Ronald (1982), "La respuesta agrícola norteamericana a la crisis energética", in *Agricultura y Sociedad*, nº 24, pp. 181-236.
- MENDES, Amaral J. (1977), *Problemas ecológicos do mundo agrário*, Livraria Almedina, Coimbra.(ISA; PO1-178)
- MENDRAS, Henri (1994), "La Sociologie Rurale de 1950 a 1990", in *Économie Rurale*, nº 200, pp. 30-31.
- MENENDEZ, Luis Sanz (1985), "Tendencias recientes en las zonas rurales: De la industrialización a los servicios?", in *Agricultura y Sociedad*, nº 36-37, pp. 235-252.

- MENGIN, Jacqueline (1991), "L'image du paysan dans la société française", in *Économie Rurale*, n° 201, pp. 37-40.
- MEYNAUD, Jean (1969), *Factores de Crise na Agricultura*, Livraria Civilização, Porto.
- MILLER, Michael & LULOFF, Albert (1981), "Who is rural? A typological approach to the examination of rurality", in *Rural Sociology*, Vol. 46 (4), pp. 608-625.
- MINGIONE, E. & PUGLIESE, E. (1987), "A difícil delimitação do «urbano» e do «rural»: alguns exemplos e implicações teóricas", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n°22, pp. 83-98, Coimbra.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (1994), *Medidas Agro-Ambientais*, Ed. IEADR, Lisboa.
- MINISTÉRIO DO AMBIENTE (1992), "Relatório de Portugal sobre o ambiente apresentado na ECO'92", in *Cadernos Agro-Pecuários*, n° 8, pp. 35-52.
- MOISAN, Hervé (1990), "Contribution méthodologique pour l'approche locale du développement agricole à différentes échelles de territoire", in *Économie Rural*, n° 198, pag. 26.
- MOLLARD, Amédée (1981), "Agricultura en crisis, agricultura y crisis", in *Agricultura y Sociedad*, n° 20, pp. 143-185.
- MONTGOLFIER, Jean de (1992), "Agriculture et environnement: offres et demandes", in *Économie Rurale*, n° 208-209, pp. 11.
- MONTRESOR, Elisa (1994), "Il ruolo dell'agricoltura nelle aree protette", in *La Questione Agraria*, n° 55, pp. 135-148.
- MOORE, Mark (1992/93), "A protecção do ambiente e a agricultura", in *Sulco*, n° 86, pp. 8-10.(ISA; PP/NOO-18, Vol.21-n°86)
- MORMONT, Marc (1987), "Rural nature and urban natures", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 27 (1), pp. 3-20.
 (1990), "Who is rural? or, How to be rural: Towards a Sociology of the rural", in *Rural Restructuring - Global Processes and their Responses*, David Fulton Publishers, Londres.
- (1994a), "La agricultura en el espacio rural europeo", in *Agricultura y Sociedad*, n° 71, pp. 17-49.
- (1994b), *Vers un Encadrement Environnemental des Agriculteurs? - Comparaisons Régionales: France - Belgique* (rapport au Ministère de L'Environnement), FULB, Arton (Policopiado).
- (1996), "Agriculture et environnement: pour une Sociologie des dispositifs", in *Économie Rural*, n° 236, pp. 28-36.

- MORMONT, Marc & MOUGENOT, Catherine (1993), *Sciences Sociales et Environnement - Approches et conceptualisations*, (rapport au service de la Recherche du Ministère de l'Environnement), FULB, Arlon, (Policopiado).
- MORVARIDI, Behrooz (1995), "Contract farming and environmental risk: the case of Cyprus", in *The Journal of Peasant Studies*, n° 23 (1), pp. 30-45.
- MOUNIER, A. (1994), "Les théories économiques de la croissance agricole", in *Études Rurales*, n° 133-134. (Recessão)
- MURDOCK, Steve & SUTTON, Willis (1974), "The new ecology and community theory: similarities, differences, and convergencies", in *Rural Sociology*, Vol. 39 (3), pp. 319-333.
- NAREDO, Jose Manuel (1983), "La crisis del olivar como cultivo «biológico» tradicional", in *Agricultura y Sociedad*, n° 26, pp. 167-288.
- NAREDO, Jose Manuel & CAMPOS, Pablo (1980), "Los balances energéticos de la agricultura española", in *Agricultura y Sociedad*, n° 15, pp. 163-256.
- NEESER, P. (1986), "L'intensification en 1985: le point de vue d'un professionnel", in *Économie Rural*, n° 171, pp. 3-4.
- NEVEU, André (1995), "Agriculture: le grand tournant", in *Économie Rurale*, n° 229, pp. 49-50.
- NEWBY, Howard (1985), "25 years of Rural Sociology", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 25 (3/4), pp. 207-213.
- (1986), "Cambio estructural en agricultura y futuro de la sociedad rural", in *Agricultura y Sociedad*, n° 38-39, pp. 161-184.
- NICOLAS, F. & VALCESCHINI, E. (1993), "Agro-alimentaire et qualité. Questions aux Sciences sociales", in *Économie Rurale*, n° 217, pp. 5-11.
- NICOURT, Christian & SOURON, Olivier (1989), "Incidences de quelques innovations sur les conditions de travail des agriculteurs", in *Économie Rurale*, n° 192-193, pp. 110-114.
- NUTLEY, Stephen & THOMAS, Colin (1995), "Spatial mobility and social change: the mobile and the immobile", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 35 (1), pp. 24-39.
- OCDE (1991), *L'état de l'environnement*, OCDE, Paris.(FC; AE-94)
- (1993), *Quel avenir pour nos campagnes?: Une politique de développement rural*, OCDE, Paris.(FC; GD-411-GE)

- OLIVEIRA, José Santos (1987), "Ano europeu do ambiente: responsabilidades para o sector agrário em Portugal", in *Revista de Ciências Agrárias*, Vol. XI (1), pp. 3-18.(ISA; PPAOO149)
- OLIVEIRA, M^a Filomena de (1994) *Pistas Para uma Abordagem Sociológica Sobre a Agricultura Biológica: Análise sócio-económica dos agricultores biológicos portugueses*, ISCTE, Policopiado, Lisboa.
- OSTI, G. (1992), "Co-operative regulation: contrasting organizational models for the control of pesticides: the case of north-east italian fruit-growing", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 32 (1), pp. 163-177.
- OTTERSTAD, Oddmund (1996), "Sustainable development in fisheries: illusion or emerging reality?", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 36 (2), pp. 163-176.
- PALACIN, Pablo Campos (1993), "Valores comerciales y ambientales de las dehesas españolas", in *Agricultura y Sociedad*, nº 66, pp. 9-42.
- PAMPEL, Fred & VAN ES, J. C. (1977), "Environmental quality and issues of adoption research", in *Rural Sociology*, Vol. 42 (1), pp. 57-71.
- PARK, J. R. (1989), *Environmental management in agriculture: European perspectives*, Belhaven Press, London.(FC; GD-372)
- PARTIDÁRIO, M^a do Rosário (1993), "A integração da componente ambiental no processo de planeamento" in *Sociedade e Território*, nº 18, pp.8-12, Ed. Afrontamento, Porto.
- PATRÍCIO, M^a Teresa; LIMA, Aida V. de (1996), *Sociological Inquiry into the Conditions Required for the Success of the Supporting Environment Measures within the Reform of the Common Agricultural Policy*, E. C. Comissão D. G. XII for Science, Research and Development, CIES/ISCTE, Lisboa.
- PATRÍCIO, M^a Teresa; LIMA, Aida V. de, SAMPAIO, Eleutério (1996), "Tradução e implementação das MAA em Portugal", in *Actas do III Congresso de Sociologia*, no prelo.
- PELT, Jean-Marie (1991), *A Natureza Reencontrada*, Ed. Gradiva, Lisboa.
- PEPPER, David (1996), *Modern environmentalism: an introduction*, Routledge, London. (FC; EA-103-GE)
- PEREIRA, Teresa A. (1986), *O Sector Agrícola e o Sistema Capitalista - Análise de algumas formas de integração*, EPPRU, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.
- PERNET, François (1990a), "Différenciations des agriculteurs et différenciations spatiales: des correspondances?", in *Économie Rural*, nº 198, pag. 18.
(1990b), "Différenciations spatiales et différenciations sociales dans l'agriculture: des correspondances?", in *Économie Rural*, nº 199, pp. 41-46.

- PÉRON, Françoise (1994), "Fonctions sociales et dimensions subjectives du littoral", in *Études Rurales*, n° 133-134, pp. 31-44.
- PERRAUD, Daniel (1995), "PAC, États, régions: l'articulation des niveaux de politique agricole dans l'UE", in *Économie Rurale*, n° 227, pp. 2-10.
- PERRIER-CORNET, Philippe & CAPT, Danièle (1995), "Les agriculteurs face à la nouvelle PAC. Quelles perspectives pour quels territoires?", in *Économie Rurale*, n° 225, pp. 22-27.
- PESSOA, Fernando (1985), *Ecologia e Território*, Ed. Afrontamento, Porto.
- PETIT, F. (1994), "Défricher sur les Causses: la continuité d'une pratique" in Nicole Mathieu et Marcel Jollivet (Dir.), *Du rural à l'environnement*, Ed. L'Harmattan, Paris.
- PETIT, Michel (1984), "Vulgarisation et développement, réexamen de la problématique", in *Économie Rurale*, n° 159, pp. 4-10.
- PETRON, Alfred (1990), "Transfert de technologie, formation permanente et développement des personnes dans le monde agricole", in *Économie Rural*, n° 198, pag. 46
- PETTERSEN, Liv Toril (1996), "Crisis management and household strategies in lofoten: a question of sustainable development", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 36 (2), pp. 236-248.
- PHILLIPSON, Jeremy (1996), "The sustainable development of UK fisheries: opportunities for co-management", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 36 (2), pp. 201-211.
- PIATIER, André (1985), "Développement local et localisations - Les promesses de la troisième révolution industrielle", in *Economie Rurale*, n°166, pp.3-9.
- PICOU, Steven; CURRY, Evans & WELLS, Richard (1990), "Partial paradigm shifts in the social sciences: twenty years of research in Rural Sociology", in *Rural Sociology*, Vol. 55 (1), pp. 101-111.
- PICOU, Steven; WELLS, Richard & NYBERG, Kenneth (1978), "Paradigms, theories, and methods in contemporary Rural Sociology", in *Rural Sociology*, Vol. 43 (4), pp. 559-583.
- PINDER, David (1994) *Europa Ocidental: Desafios e Mudanças*, Ed. Celta, Oeiras.
- PINHO, Paulo & MARGALHA, João (1993), "Do proteccionismo da natureza ao protagonismo do desenvolvimento: o papel do planeamento do território face à natureza dos fenómenos de poluição ambiental" in *Sociedade e Território*, n° 18, pp. 22-27, Ed. Afrontamento, Porto.

- PINTO, J. Madureira (1981), "O espaço social rural: especificidade, funções, transformações" in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 7/8, pp. 327-328, Coimbra.
- (1985), *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-ideológicas nos Campos*, Ed. Afrontamento, Porto.
- POINTUD, A. (1985), "L'actualité des formes traditionnelles de l'aménagement", in *Économie Rural*, nº 166, pp. 22-24.
- PORTUGAL, Luís (1996), "Le rôle des paiements directs dans la réforme des politiques agricoles", in *Économie Rurale*, nº 233, pp. 14-17.
- POTTER, Clive (1994), "La reforma medioambiental de la PAC: análisis y crítica del paquete MacSharry", in *Agricultura y Sociedad*, nº 71, pp. 51-72.
- POULIQUEN, Alain (1978), "Reestructuración y política agroalimentaria en Francia: desde la primera revolución agrícola hasta la industrialización agroalimentaria", in *Agricultura y Sociedad*, nº 9, pp. 55-96.
- PUERTA, Fernando (1988), "La ESRS Summer School 1987: El futuro de la política rural en Europa: problemas y posibilidades", in *Agricultura y Sociedad*, nº 46, pp. 277-286.
- PUERTA, Fernando & TABERNER, José (1995), "Innovación y alienación en la agricultura: una perspectiva sociológica", in *Agricultura y Sociedad*, nº 74, pp. 159-177.
- PUNTI, Albert (1982), "Balance energético y costo ecológico de la agricultura española", in *Agricultura y Sociedad*, nº 23, pp. 289-300.
- RAMBAUD, Placide (1988), "Modelos de cálculo económico y estrategias de identidad en la agricultura", in *Agricultura y Sociedad*, nº 49, pp. 121-157.
- RAMON, Dolors G. (1992), "Desarrollo y tendencias actuales de la geografía rural (1980-1990), una perspectiva internacional y una agenda para el futuro", in *Agricultura y Sociedad*, nº 62, pp. 167-196.
- RANK, Mark & HIRSCHL, Thomas (1988), "A rural-urban comparison of welfare exits: the importance of population density", in *Rural Sociology*, Vol. 53 (2), pp. 190-206.
- RAO, Mohan (1994), "Una strategia di sviluppo economico ed ambientale per l'India. Parte I: problemi e le prospettive ambientali", in *La Questione Agraria*, nº 56, pp. 15-46. (Parte II nº 57)
- REDCLIFT, Michael (1994), "Los sistemas agrarios y el medio ambiente en el Reino Unido y en el continente europeo", in *Agricultura y Sociedad*, nº 71, pp. 73-126.

- REMMERS, Gaston (1993), "Agricultura tradicional y agricultura ecológica: vecinos distantes", in *Agricultura y Sociedad*, nº 66, pp. 201-220.
- REMY, Jacques (1987), "La crise de professionnalisation en agriculture: les enjeux de la lutte pour le contrôle du titre d'agriculteur", in *Sociologie du Travail*, nº 4/78, pp. 415-441.
- REVERET, Jean-Pierre; PELTIER, Jacques & BOUDIER, Hélène (1990), "De l'agriculture conventionnelle à l'agriculture écologique vers un nouveau paradigme", in *Sociologie et Sociétés*, vol. XIII-1, pp. 49-62.
- REVISTA DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS (1987), "A protecção do ambiente", in *Revista de Ciências Agrárias*, Vol. X (3), pp. 61-68.(ISA; PPAOO149)
- RIBEIRO, A. Lopes (1979), "O papel da extensão no desenvolvimento económico agrícola", in *Separata de I Jornadas de Extensão Rural*, Ed. Sociedade de Ciências Agrárias de Portugal, Lisboa.
- RIBEIRO, Teresa (1994), *O jardim comum europeu: novos desafios ambientais*, FLAD, Ed. Quetzal, Lisboa.(FC; EA-98-GE)
- RIEPE, Jean R. & MARTIN, Marshall A. (1989), "Biotecnología agrícola: implicaciones y perspectivas", in *Agricultura y Sociedad*, nº 53, pp. 129-148.
- RIEU, Thierry & ARLOT, Marie-Pierre (1992), "Le poids de l'agriculture dans la répartition et l'usage de l'eau", in *Économie Rurale*, nº 208-209, pp. 57-60.
- ROBERTS, Lewis & WEALE, Albert (1991), *Innovation and environment risk*, Belhaven Press, London.(FC; EA-90)
- ROBINSON, Guy M. (1994), "Dimensiones medioambientales de la política agrícola común en el Reino Unido", in *Agricultura y Sociedad*, nº 71, pp. 127-152.
- RÖLING, Niels (1993), "Agricultural knowledge and environmental regulation in the Netherlands. A case study of the Crop Protection Plan", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 33 (2), pp.261-280.
- ROMAGNY, Bruno (1996), "La taxation des pollutions agricoles. Le cas des moulins à huile dans les Alpes-Maritimes", in *Économie Rurale*, nº 236, pp. 37-45.
- ROMERO, Joan (1992), "Las agriculturas del sur de Europa Y la reforma de la PAC", in *Agricultura y Sociedad*, nº 66, pp. 221-230.
- RUELLAN, Alain & TARGULIAN, Victor (1992), "A degradação dos solos" in Martine Barrère (Dir.), *Terra, Património Comum*, Ed. Instituto Piaget, Lisboa.
- RUIVENKAMP, Guido (1992), "Biotecnologías «a la medida»: posibilidades de una evolución centrada en los agricultores", in *Agricultura y Sociedad*, nº 64, pp. 83-98.

- (1993), "Biotecnologie «su misura»: possibilità di uno sviluppo centrato sull'azienda agricola", in *La Questione Agraria*, n° 48, pp. 67-78.
- SACHS, Ignacy (1981), "Ecodesarrollo: concepto, aplicación, beneficios y riesgos", in *Agricultura y Sociedad*, n° 18, pp. 9-32.
- (1992), "Que desenvolvimento para o século XXI ?" in Martine Barrère (Dir.) *Terra, Património Comum*, Ed. Instituto Piaget, Lisboa.
- SACHS, I; CERON, J. P. & THÉRY, D. (1987), "Genesis del concepto de ecodesarrollo", in *Agricultura y Sociedad*, n° 45, pp. 9-19.
- SAGUER, Enric & SALA, Pere (1991), "Un nuevo campo de estudio: la historia ecológica", in *Agricultura y Sociedad*, n° 61, pp. 223-236.
- SAL, Gomez & BELLO (1983), "Planteamientos ecológicos en la explotación de los sistemas agrarios de montaña. La rotación cereal-esparceta en los montes de Teruel", in *Agricultura y Sociedad*, n° 26, pp. 381-421.
- SANAGUSTÍN, Mariano (1981), "Agricultura «convencional» y agricultura «biológica»: la lucha contra las plagas", in *Agricultura y Sociedad*, n° 19, pp. 205-214.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1994), *Pela Mão de Alice - O social e o político na pós-modernidade*, 3ª Ed., Ed. Afrontamento, Porto.
- SANTOS, Rui Oliveira (1996), "L'impact de la politique d'installation et de modernization agricoles au Portugal", in *Économie Rurale*, n° 236, pp. 53-61.
- SANZ, Mariano S. & ANDREU, Lázaro L. (1993), "La política estructural y la nueva PAC desde un país como España", in *Agricultura y Sociedad*, n° 66, pp. 231-250.
- SARDONE, Roberta (1995), "La politica ambientale nella comunità europea", in *La Questione Agraria*, n° 58, pp. 187-218.
- SAUTTER, Gilles (1991), "Paysagismes", in *Études Rurales*, n° 121-124, pp. 15-20.
- SHELLENBERGER, Gilles & SOULARD, Christophe (1993), "Nitrates et agriculture du blocage a l'assimilation" in *Économie Rurale*, n° 213, pp. 34-40.
- SCHMITT, Thierry (1992), "Gestion de l'environnement, taxe sur le foncier non bâti et modes de faire-valoir", in *Économie Rurale*, n° 208-209, pp. 129-135.
- SEBILLOTTE, Michel (1992a), "Pratiques agricoles et diversité végétale", in *Économie Rurale*, n° 208-209, pp. 95-100
- (1992b), "Pratiques agricoles et fertilité du milieu", in *Économie Rurale*, n° 208-209, pp. 117-124.

- SEQUEIRA, Menezes (1992), "Situação dos solos em Portugal", in *Cadernos Agro-Pecuários*, nº 8, pp. 27-33.
- SERRÃO, Amícar (1995), "Reflexões sobre a futura reforma da Política Agrícola Comum", in *Economia e Sociologia*, nº 60, pp. 83-89.
- SERVIÇO DAS PUBLICAÇÕES OFICIAIS DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1987), *A Comunidade Europeia e o ambiente*, SPOCE, Luxemburgo.(FC; IA-319-GE)
- (1990), *A política de ambiente na Comunidade Europeia*, SPOCE, Luxemburgo. (FC; IA-323-GE)
- SERVOLIN, Claude (1989), *L'agriculture moderne*, Ed. Seuil, Paris.(FC; GD-364)
- SEVERINI, Simone (1994), "Una riflessione sugli interventi agroambientali nella Pac", in *La Questione Agraria*, nº 54, pp. 75-100.
- SEYMOUR, K. & LOWE, Philip (1992), "Nitrates in water: the politics of the 'polluter pays principle'", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 32 (1), pp. 82-103.
- SILVA, Emídio da (1995), "AVAPI - Protecção Integrada no Campo" in *Colóquio do III Encontro Nacional de Protecção Integrada* - 18 e 19 de Dezembro de 1995 (policopiado).
- SINCLAIR, Peter (1996), "Sustainable development in fisheries dependent regions? Reflections on newfoundland cod fisheries", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 36 (2), pp. 224-235
- SINGELMANN, Joachim (1996), "Will rural areas still matter in the 21st century? (or) Can Rural Sociology remain relevant?", in *Rural Sociology*, Vol. 61 (1), pp. 143-158.
- SNEESSENS, Jean-François (1989), "La cohérence de l'agriculture européenne", in *Économie Rural*, nº 191, pp. 24-28.
- SOARES, M^a Isabel (1994), "Recursos naturais e teoria económica" in *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 14, pp. 141-149, Ed. Afrontamento, Porto.
- SOBAL, Jeffery; TROIANO, Richard & FRONGILLO, Edward (1996), "Rural-urban differences in obesity", in *Rural Sociology*, Vol. 61 (2), pp. 289-305.
- SOUCHON, René (Coord.) (1988), *Le project rural*, L'Harmattan, Paris.(FC; GD-338)
- SOUDIÈRE, Martin de la (1991), "Paysage et altérité. En quête des "cultures paysagères": réflexion méthodologique", in *Études Rurales*, nº 121-124, pp. 141-150.

- SUÁREZ, Juan-Luis; FRIEYRO, Mayca; JURADO, Jesús & RODRÍGUEZ, Juan-Carlos (1996), "The atlantic-mediterranean region: north-south convergence and fisheries development", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 36 (2), pp. 249-258.
- SUMPSI, José María (1982), "La crisis de la agricultura moderna", in *Agricultura y Sociedad*, nº 25, pp. 185-193.
- SUTER, Henri (1992), "Les pratiques agricoles alternatives en Suisse. Bilan environnemental et économique", in *Économie Rurale*, nº 208-209, pag. 37.
- SWAMINATHAN, Monkombu S. (1992), "Agricultura: seis desafios para o futuro" in Martine Barrère (Dir.), *Terra, Património Comum*, Ed. Instituto Piaget, Lisboa.
- SYLVANDER, Bertil (1996), "Normalisation et concurrence internationale: la politique de qualité alimentaire en Europe", in *Économie Rurale*, nº 231, pp. 56-61.
- SYMES, D. G. & MARSDEN (1983), "Complementary roles and asymmetrical lives. Farmers' wives in a large farm environment", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 23 (3/4), pp. 229-241.
- SYMPOSIUM INTERNATIONAL (1994), *Recherches-système en agriculture et développement*, (Communications), Montpellier.
- TÁNAGO, Marta G. del (1996), "Impacto de la agricultura en los sistemas fluviales. Técnicas de restauración para la conservación del suelo y del agua", in *Agricultura y Sociedad*, nº 78, pp. 211-236.
- TARDINI, Secondo (1991), "Elementi per una proposta di riforma della Pac", in *La Questione Agraria*, nº 43, pp. 225-244.
- (1992), "La politique agricole commune et les régions méditerranéennes: un point de vue italien", in *Économie Rurale*, nº 211, pp. 61-66.
- TAYLOR, David & MILLER, William (1978), "The adoption process and environmental innovations: a case study of a government project", in *Rural Sociology*, Vol. 43 (4), pp. 634-648.
- TENIERE-BUCHOT, P. F. (1992), "L'agriculture face à la ressource en eau: comment gérer?", in *Économie Rurale*, nº 208-209, pp. 54-56.
- TERRÓN, Eloy (1981), "La natureza del hombre, a la luz de su origen biológico", in *Agricultura y Sociedad*, nº 19.(recensão)
- THEYS, Jacques (1985), "L'environnement entre la crisis et la modernisation", in *Futuribles*, nº 89, pp. 23-50.

- THIEBAUT, L. (1994), "Une demande en quête d'acteurs: la demande sociale des biens de nature" in Nicole Mathieu et Marcel Jollivet (Dir.), *Du rural a l'environnement*, Ed. L'Harmattan, Paris.
- THOUVENOT, Claude (1983), "La qualité alimentaire d'autrefois", in *Économie Rurale*, n° 154, pp. 49-53.
- TIREL, Jean-Claude (1992), "Utilisation de l'espace et systèmes de production", in *Économie Rurale*, n° 208-209, pp. 111-116.
- TIZÓN, José L. S. (1989), "La ruptura da la homogeneidad campesina y la emergencia de nuevas identidades en la Galicia", in *Agricultura y Sociedad*, n° 51, pp. 135-150.
- TOMAS, Gonzalo F. (1977), "Análisis bio-social en la planificación del desarrollo. Ideas generales desde un punto de vista florestal", in *Agricultura y Sociedad*, n° 5, pp. 231-242.
- TORTOSA, Enrique M. (1993), "Difusión de nuevas tecnologías en la agricultura valenciana, siglo XIX", in *Agricultura y Sociedad*, n° 66, pp. 43-68.
- TRACY, Michael (1986), "Excédents et échanges, dilemmes européens", in *Économie Rural*, n° 173, pp. 5-11.
- TREMBLAY, Kenneth & DUNLAP, Riley (1978), "Rural-urban residence and concern with environmental quality: a replication and extension", in *Rural Sociology*, Vol. 43 (3), pp. 474-491.
- TRINDADE, M. B. Rocha (1986), "Do mundo rural ao urbano: o associativismo como estratégia de sobrevivência", in *Análise Social*, n°91, pp. 313-330, Lisboa.
- TROMMETTER, Michel (1994), "Irréversibilité et mesures agri-environnementales: un modèle principal / agent", in *Économie Rurale*, n° 222, pp. 11-12.
- VAN DEN BAN, A. W. (1984), "Les courants de pensée en matière de théorie de la diffusion des innovations", in *Économie Rurale*, n° 159, pp. 31-36.
- VAN DER PLOEG, Jan (1993), "Rural Sociology and the new agrarian question: a perspective from the Netherlands", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 33 (2), pp. 240-260.
- VAN LIERE, Kent & NOE, Francis (1981), "Outdoor recreation and environmental attitudes: further examination of the Dunlap - Heffernan thesis", in *Rural Sociology*, Vol. 46 (3), pp. 505-513.
- VARELA, J. A. Santos (1988) *A Política Agrícola Comum e a sua Aplicação à Agricultura Portuguesa - Política de estruturas e reformas*, Pub. Dom Quixote, Lisboa.

- VEER, J. de; MANSOLT, S. L.; VEERMANN, C. P. & VAN DIJK, G. (1993), "Dix points sur la politique vert: propositions pour une nouvelle politique agricole plus responsable", in *Économie Rurale*, n° 216, pp. 52-54.
- VERA, Fernando & ROMERO, Juan (1994), "Impacto ambiental de la actividad agraria", in *Agricultura y Sociedad*, n° 71, pp. 153-181.
- VERCHERAND, Jean (1996), "La jachère: une maîtrise de la production coûteuse", in *Économie Rurale*, n°232, pp. 35-43.
- VERMERSCH, Dominique (1992), "Internalisation efficiente et «agriculture durable»", in *Économie Rurale*, n° 208-209, pp. 144-148.
- VERDON, Michel (1987), "La production paysanne. Eléments pour une nouvelle économique", in *Études Rurales*, n° 107-108, pp. 215-242.
- VERON, François (1994), "Rémunération liées à l'entretien de la nature", in *Économie Rurale*, n° 220-221. pp. 215-217.
- VILA, Luis Barcelo (1985), "El papel de la política agraria en la actual crisis económica mundial", in *Agricultura y Sociedad*, n° 35, pp. 9-48.
- VILLALON, Josefina C. (1988), "Coloquio sobre agricultura familiar y pluriactividad en el medio rural europeo", in *Agricultura y Sociedad*, n° 46, pp. 287-292.
- (1994), "La agricultura en las zonas húmedas mediterráneas", in *Agricultura y Sociedad*, n° 71, pp. 183-208.
- VILLAIN, Claude (1984), "Crise de la PAC et PAC de crise", in *Économie Rurale*, n° 163, pp. 4-9.
- VINCIENNE, Monique (1989), "La futura «Europa Verde»: representaciones sociales de la Comisión «Europea»", in *Agricultura y Sociedad*, n° 51, pp. 79-106
- VOGTMANN, Hartmut (1983), "La calidad de los productos agrícolas provenientes de diversos sistemas de cultivo", in *Agricultura y Sociedad*, n° 26, pp. 69-106.
- VOLKER, C. M. (1992), "Adapted farming systems for a rural landscape: a social typology of dutch farmers", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 32 (1), pp. 146-162.
- VOURC'H, Anne & PELOSSE, Valentin (1993), "Du bestiaire au paysage. (Ré)introduire des espèces animales", in *Études Rurales*, n° 129-130, pp. 51-58.
- WARD, Neil (1993), "The agricultural treadmill and the rural environment in the post-productivist era", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 33 (3/4), pp. 348-364.
- WARD, Neil & MUNTUN, Richard (1992), "Conceptualizing agriculture - environment relations: combining political economy and socio-cultural

- approaches to pesticide pollution", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 32 (1), pp. 127-145.
- WEINSCHENCK, Günter (1991), "Riduzione delle eccedenze e protezione dell'ambiente: dibattito sulle strategie", in *La Questione Agraria*, n° 42, pp. 153-174.
- WHATMORE, S. (1990), "Theories and practices for Rural Sociology in a 'New Europe'", in *Sociologia Ruralis*, Vol.30 (3/4), pp. 251-259.
- WHITBY, Martin & OLLERENSHAW, John (1988), *Land-use and the european environment*, Belhaven Press, London.(FC; GD-378)
- WILLITS, Fern & BEALER, Robert (1967), "Evaluation of a composite defenition of "rurality"", in *Rural Sociology*, Vol. 32 (2), pp. 165-177.
- WILLITS, Fern; BEALER, Robert & CRIDER, Donald (1974), "The ecology of social traditionalism in a rural hinterland", in *Rural Sociology*, Vol. 39 (3), pp. 334-349.
- WOODRUFFE, Brian J. (1994) "Conservação e paisagem rural" in David Pinder (org.), *Europa Ocidental - Desafios e mudanças*, Ed. Celta, Oeiras.
- WOSSINK, Ada; DE KOEIJER, Tanja & RENKEMA, Jan (1992), "Incorporating the environmental in economic modelling of farm management", in *Sociologia Ruralis*, Vol. 32 (1), pp. 115-126.
- YEARLEY, Steven (1992), *A Causa Verde - Uma sociologia das questões ecológicas*, Ed. Celta, Oeiras.
- YOUNG, Michael (1991), *Towards sustainable agricultural development*, Belhaven Press, London.(FC; GD-374)
- YOUNG, Ruth & LARSON, Olaf (1970), "The social ecology of a rural community", in *Rural Sociology*, Vol. 35 (3), pp. 337-353.
- ZAMAGNI, Stefano (1994), "Cambiamento ambientale globale, etica e razionalità", in *La Questione Agraria*, n° 54, pp. 27-44.
- ZORZOLI, Giovanni (1991), "Problemi posti dalla riconversione ecologica delle attività prduitive", in *La Questione Agraria*, n° 41, pp.123-134.
- ZÚNIGA, Rodrigues & GUTIÉRREZ, Rosa (1982), "El sector alimentario y la energía", in *Agricultura y Sociedad*, n° 24, pp. 345-365.

ANEXOS

AGRICULTURA, ESPAÇO RURAL E AMBIENTE

GUIÃO DE ENTREVISTA

Organismos agrícolas

I. Identificação do entrevistado

1.1. Função, posição na organização/instituição

II. Identificação da organização

2.1. Passando agora à organização/instituição, gostaríamos que delimitasse os objectivos, competências e área de intervenção da organização que representa.

2.2. Em breves palavras, poderia descrever um pouco da história da sua organização/instituição, atendendo, *grosso modo*, à data de constituição, número de membros, caracterização social, distribuição geográfica desses membros, filiação nas organizações nacionais (CAP, CNA, AJAP), etc.

2.3. Em termos de cooperação e de contactos, mantêm relacionamentos privilegiados com organizações nacionais e internacionais? Quais? Porquê?

2.4. Considera que a sua organização/instituição teve, tem ou terá capacidade para influenciar acontecimentos de âmbito nacional e europeu? Como (canais e meios)?

III. Ambiente rural

3.1. Na perspectiva da sua organização/ instituição, quais são os principais problemas que se colocam ao ambiente rural no nosso país? E na região? Porquê? Com que consequências?

3.2. Como acha que esses problemas têm evoluído nos últimos 5 a 10 anos?

3.3. Qual tem sido o envolvimento da sua organização no acompanhamento e eventual tratamento desses problemas (documentos publicados, declarações públicas, etc.)?

3.4. A inclusão do ambiente na política agrícola é relativamente recente. A seu ver, em Portugal, quando é que se inicia?

IV. Agricultura

4.1. Em sua opinião, quais são as principais mudanças que estão a ocorrer na agricultura portuguesa? E na agricultura da região? Qual o grau de preocupação que essas mudanças lhe suscitam?

4.2. Como caracteriza as práticas agrícolas da região?

4.3. Face a alguns problemas ambientais de origem agrícola (nitratos nas águas subterrâneas, aumento da resistência genética aos produtos químicos, toxicidade nos produtos, etc.), que medidas acha conveniente serem adoptadas?

4.4. Os produtos produzidos por práticas agrícolas mais consentâneas com a preservação do ambiente rural têm, a seu ver, alguma vantagem comparativa no mercado português e europeu, relativamente aos produtos advindos da agricultura convencional?

V. PAC

5.1. Na sua perspectiva, qual será a evolução provável da PAC?

5.2. Segundo a Agenda 2000/Relatório Fischler, o futuro da PAC vai no sentido de se aprofundar e alargar a reforma da PAC de 1992, essencialmente através de uma substituição mais acentuada do apoio aos preços por pagamentos directos (em ha ou nº de cabeças). Que comentários esta declaração lhe suscita?

5.3. Também segundo estes relatórios, a prioridade dos consumidores da UE já não se centra na garantia do abastecimento alimentar, dado a considerarem adquirida, mas não à regionalização! na segurança e qualidade dos produtos, por um lado, e na qualidade ambiental e paisagística do meio rural, por outro lado, sendo estes eixos prioritários nas futuras políticas agrícolas comunitárias. O que lhe sugere esta proposta?

VI. Medidas Agro-Ambientais (Reg. 2078/92)

6.1. Uma das medidas com eventual repercussão sobre a relação entre a actividade agrícola e a preservação do ambiente rural é, como sabe, o Reg. 2078/92, mais conhecido pelas Medidas Agro-Ambientais. O que pensa desta legislação? Considera haver razões de interesse nacional que justifiquem a implementação do referido regulamento, para além das que derivam do facto de ser uma directiva europeia? Porquê?

6.2. Tem conhecimento da política subjacente à transposição deste regulamento europeu para Portugal? Se não à regionalização!, caracterize as suas principais orientações.

6.3. A sua organização/instituição foi consultada? Em que fases do processo de tradução e implementação das MAAs?

6.4. O processo de candidaturas às MAAs inicia-se, de um modo geral, na passagem de informação destas medidas aos agricultores até à fiscalização, passando pela própria apresentação das candidaturas. De uma forma resumida, explique-nos as várias fases deste processo. Que opinião tem acerca deste mesmo processo?

6.5. No seu entender, o que acha que os agricultores procuram, genericamente, com a adesão às MAAs, ou, quais são as razões da adesão a este programa? E no caso

específico das medidas Protecção e Produção Integrada e Fruteiras de Variedade Regional?

6.6. Como caracteriza (perfil) estes agricultores? Qual o perfil dos candidatos por grupos de medidas? São diferentes dos agricultores que se candidatam a outros apoios comunitários (797, Novagri e PAMAF)?

6.7. Na sua opinião, quais são os objectivos das MAAs? Qual(is) as funções ambientais dos dispositivos accionados pelo programa? E as funções agrícolas?

6.8. Qual é o impacto das MAAs? (Que efeitos se podem esperar da aplicação destas políticas através destes dispositivos?) Qual a sua evolução futura?

6.9. Que temas e preocupações estão a emergir da implementação prática do Reg. 2078/92? Este regulamento devia ser alterado? Em que aspectos?

6.10. Que mudanças de política ou de instrumentos políticos surgiram na sequência da implementação do Reg. 2078/92? Como salvaguardar a situação para além dos 5 anos de contrato?

6.11. Segundo o programa agro-ambiental uma das medidas é a que se refere à protecção das águas contra a poluição de origem agrícola. Porque razão esta medida ainda não foi implementada? (aplicar só ao *Ministério da Agricultura*)

VII. Formação profissional agrícola

7.1. De um modo geral, qual a sua opinião acerca da formação profissional agrícola em Portugal?

7.2. Os agricultores que se candidatam à protecção e produção integrada terão de receber acções de formação/sensibilização por intermédio das associações de fomento destes tipos de agricultura. E no caso dos candidatos à Luta Química Aconselhada e à Agricultura Biológica, quem são os responsáveis por essas acções?

7.3. O Ministério da Agricultura intervém neste processo? Que outras parcerias (Ministério do Ambiente, por ex.) se estabelecem, se for o caso?

7.4. O que acha destes programas de formação/sensibilização (Luta Química Aconselhada, Protecção e Produção Integradas, Agricultura Biológica)?

7.5. A sua organização já desenvolveu alguma acção de formação/sensibilização deste(s) tipo(s)? Se não à regionalização!, como decorreu essa formação/sensibilização? (Tempo de curso e/ou horas; nº de agricultores e/ou %; teórico e/ou prático; sala e/ou campo; resultados/sugestões; programa)

VIII. Temas/Problemas

Para finalizar a nossa entrevista, gostaríamos de ouvir a sua opinião sobre os seguintes temas e problemas:

8.1. Melhoria do nível de vida da população rural e protecção do ambiente rural.

8.2. Uma política que procure compatibilizar a produção agrícola com o meio ambiente deve adoptar uma abordagem voluntária ou compulsiva?

8.3. Devem compensar-se os agricultores por mudanças nas políticas agrícolas ou canalizarem-se os recursos disponíveis para novos objectivos? (para o espaço rural)

8.4. As decisões dos agricultores na organização das suas terras têm um impacto na vida de todos os membros da sociedade. Neste sentido, devem as suas acções ser delimitadas, em maior ou menor grau, pela sociedade?

IX. Sugestões, esclarecimentos e observações

Agradecidos pela sua colaboração

AGRICULTURA, ESPAÇO RURAL E AMBIENTE

GUIÃO DE ENTREVISTA

Organismos ambientais

I. Identificação do entrevistado

1.1. Função, posição na organização/instituição

II. Identificação da organização

2.1. Passando agora à organização/instituição, gostaríamos que delimitasse os objectivos, competências e área de intervenção da organização que representa.

2.2. Em breves palavras, poderia descrever um pouco da história da sua organização/instituição, atendendo, *grosso modo*, à data de constituição, número de membros, caracterização social, distribuição geográfica desses membros, filiação nas organizações nacionais (Quercus, LPN, Geota), etc.

2.3. Em termos de cooperação e de contactos, mantêm relacionamentos privilegiados com organizações nacionais e internacionais? Quais? Porquê?

2.4. Considera que a sua organização/instituição teve, tem ou terá capacidade para influenciar acontecimentos de âmbito nacional e europeu? Como (canais e meios)?

III. Ambiente rural

3.1. Na perspectiva da sua organização/ instituição, quais são os principais problemas que se colocam ao ambiente rural no nosso país? E na região? Porquê? Com que consequências?

3.2. Como acha que esses problemas têm evoluído nos últimos 5 a 10 anos?

3.3. Qual tem sido o envolvimento da sua organização no acompanhamento e eventual tratamento desses problemas (documentos publicados, declarações públicas, etc.)?

3.4. A inclusão do ambiente na política agrícola é relativamente recente. A seu ver, em Portugal, quando é que se inicia?

IV. Agricultura

4.1. Em sua opinião, quais são as principais mudanças que estão a ocorrer na agricultura portuguesa? E na agricultura da região? Qual o grau de preocupação que essas mudanças lhe suscitam?

4.2. Como caracteriza, do ponto de vista ambiental, esta região?

4.3. Face a alguns problemas ambientais de origem agrícola (nitratos nas águas subterrâneas, aumento da resistência genética aos produtos químicos, toxicidade nos produtos, etc.), que medidas acha conveniente serem adoptadas?

4.4. Os produtos produzidos por práticas agrícolas mais consentâneas com a preservação do ambiente rural têm, a seu ver, alguma vantagem comparativa no mercado português e europeu, relativamente aos produtos advindos da agricultura convencional?

V. PAC

5.1. Segundo a Agenda 2000/Relatório Fischler, a prioridade dos consumidores da UE já não se centra na garantia do abastecimento alimentar, dado a considerarem adquirida, mas não à regionalização! na segurança e qualidade dos produtos, por um lado, e na qualidade ambiental e paisagística do meio rural, por outro lado, sendo estes eixos prioritários nas futuras políticas agrícolas comunitárias. O que lhe sugere esta proposta?

VI. Medidas Agro-Ambientais (Reg. 2078/92)

6.1. Uma das medidas com eventual repercussão sobre a relação entre a actividade agrícola e a preservação do ambiente rural é, como sabe, o Reg. 2078/92, mais conhecido pelas Medidas Agro-Ambientais. O que pensa desta legislação? Considera haver razões de interesse nacional que justifiquem a implementação do referido regulamento, para além das que derivam do facto de ser uma directiva europeia? Porquê?

6.2. Tem conhecimento da política subjacente à transposição deste regulamento europeu para Portugal? Se não à regionalização!, caracterize as suas principais orientações.

6.3. A sua organização/instituição foi consultada? Em que fases do processo de tradução e implementação das MAAs?

6.4. No seu entender, o que acha que os agricultores procuram, genericamente, com a adesão às MAAs, ou, quais são as razões da adesão a este programa?

6.5. Na sua opinião, quais são os objectivos das MAAs? Qual(is) as funções ambientais dos dispositivos accionados pelo programa? E as funções agrícolas?

6.6. Qual é o impacto das MAAs? (Que efeitos se podem esperar da aplicação destas políticas através destes dispositivos?) Qual a sua evolução futura?

6.7. Que temas e preocupações estão a emergir da implementação prática do Reg. 2078/92? Este regulamento devia ser alterado? Em que aspectos?

6.8. Que mudanças de política ou de instrumentos políticos surgiram na sequência da implementação do Reg. 2078/92? Como salvaguardar a situação para além dos 5 anos de contrato?

6.9. Segundo o programa agro-ambiental uma das medidas é a que se refere à protecção das águas contra a poluição de origem agrícola. Porque razão esta medida ainda não foi implementada? (aplicar só ao *Ministério do Ambiente*)

VII. Formação profissional agrícola

7.1. Os agricultores que se candidatam ao primeiro grupo das MAAs (Luta Química Aconselhada, Protecção e Produção Integradas, Agricultura Biológica) terão de receber acções de formação/sensibilização. O Ministério do Ambiente e as organizações/instituições ambientalistas desempenham algum papel no que se refere especificamente à formação profissional associada às MAAs?

VIII. Temas/Problemas

Para finalizar a nossa entrevista, gostaríamos de ouvir a sua opinião sobre os seguintes temas e problemas:

8.1. Melhoria do nível de vida da população rural e protecção do ambiente rural.

8.2. Uma política que procure compatibilizar a produção agrícola com o meio ambiente deve adoptar uma abordagem voluntária ou compulsiva?

8.3. Devem compensar-se os agricultores por mudanças nas políticas agrícolas ou canalizarem-se os recursos disponíveis para novos objectivos? (para o espaço rural)

8.4. As decisões dos agricultores na organização das suas terras têm um impacto na vida de todos os membros da sociedade. Neste sentido, devem as suas acções ser delimitadas, em maior ou menor grau, pela sociedade?

IX. Sugestões, esclarecimentos e observações

Agradecidos pela sua colaboração

QUESTIONÁRIO

Nº |__|__|__|

Data:

Local:

DADOS SOCIOECONÓMICOS

1. Situação do agricultor

Q1. É chefe da exploração agrícola: Não à regionalização! |__|1

Não |__|2

Q2. Sexo: Mas. |__|1

Fem. |__|2

Q3. Idade: |__|__|

Q4. Naturalidade (Concelho): _____

Q5. Residência (Concelho): _____

Q6. Qual o lugar que ocupa na família:

Chefe de família |__|1

Filho (a) do chefe de família |__|2

Cônjuge |__|3

Outra situação.

Qual: _____

Q7. Estado civil: Solteiro(a) |__|1

Casado(a)/em união |__|2

Divorciado(a)/separado(a) |__|3

Viúvo(a) |__|4

Q8. Número de filhos: |__|__|

Q9. Nível de escolaridade (completa):

Não sabe ler/escrever |__|1 9º ano |__|5

Sabe ler/escrever |__|2 12º ano |__|6

4ª classe |__|3 Curso médio |__|7

Qual? _____

6ª classe ☐|4 Curso superior ☐|8
Qual? _____

Q10. Tem formação profissional agrícola: Não à regionalização! ☐|1
 Não ☐|2

Q10a. Se não à regionalização!, qual(ais) o(s) curso(s) frequentado(s):

Q11. É membro de alguma(s) associação(ões) agrícola(s): Não à regionalização! ☐|1
 Não ☐|2

Q11a. _____ Qual(ais):

—

Q12. Os rendimentos da família vêm só da actividade na exploração agrícola? Não à regionalização!
☐|1
 Não ☐|2

Q12a. Se não, indique de onde provêm os outros rendimentos familiares.

Pensões, reformas ou afins ☐|1

Outro emprego fora da sua exploração ☐|2

Outra situação

Qual:

Q13. A agricultura é a sua actividade principal: Não à regionalização! ☐|1
 Não ☐|2

Q14. Exerceu outra actividade antes de se tornar agricultor: Não à regionalização! ☐|1
 Não ☐|2

Q15. Há quantos anos é chefe da exploração: ||

Q16. Quem era o antecessor da sua exploração: Pai ☐|1
 Sogro ☐|2
 Outra pessoa ☐|3

Q17. Quando se retirar da actividade agrícola, tem sucessor: Não à regionalização! ☐1
 Não ☐2
 Não sabe ☐3

Q17a. Se não à regionalização!, quem:

2. Situação da exploração agrícola

Q18. Local da exploração (Concelho):

Q19. Tipo de exploração: Produtor singular ☐1
 Associação familiar ☐2 a)Nº sócios:
 Associação não familiar ☐3 b)Nº sócios:

Q20. Área total da exploração (**ha**):

a. Superfície agrícola útil (SAU = SU + pousio): _____

b. Superfície florestal: _____

c. Superfície total: _____

Q21. Qual a área (**ha**):

a. Em conta própria _____

b. Em arrendamento _____

c. Por cedência _____

Produção animal:

Tipo de produção animal	Q22. Nº médio de cabeças	Q23. Produção destinada ao mercado (%)
A. Bovinos		
B. Ovinos		
C. Caprinos		
D. Suínos		
E. Equídeos		
F. Aves		
G. Coelhos		

Produção vegetal

Culturas permanentes: (**média dos últimos cinco anos**)

Tipo de culturas permanentes	Q24 Área ocupada (ha)	Q25. Volume da produção (ton.)	Q26. Produção destinada ao mercado (%)
A. Fruticultura:			
a1. Macieiras			
a2. Pereiras			
a3. Pessegueiros			
a4. Ameixoeiras			
a5. Limoeiros			
a6. Laranjeiras			
B. Oliveiras			
C. Vinha			
c1. Uva de mesa			
c2. Vinho			
D. Outras:			
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____

Culturas temporárias: (**média dos últimos cinco anos**)

Tipo de culturas temporárias	Q27 Área ocupada (ha)	Q28. Volume da produção (ton.)	Q29. Produção destinada ao mercado (%)
E. Horticultura e batata			
E1. Ao ar livre			
E2. Em estufas			
F. Culturas forrageiras			
G. Cereais e culturas arvenses			
H. Outras:			
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____

Maquinaria:

	Q30. Própria (nº)	Q31. Alugada. (nº)	Q31a. Cedência (nº)
A. Tractor			
B. Motocultivador			
C. Outras:			
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____

Alfaías:

	Q32. Própria (nº)	Q33. Alugada (nº)	Q33a. Cedência (nº)
A. Grade de discos			
B. Charrua			
C. Frese			
D. Escarificador			
E. Pulverizador			
F. Corta mato/triturador			
G. Semeador			
H. Outros:			
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____

Q34. Qual o sistema de rega a que recorre **na fruticultura**?

Alagamento (pé) ☐1

Gota-a-gota ☐2

Aspersão ☐3

Outro.

Qual:

Q35. Tem contabilidade organizada: Não à regionalização! ☐1

Não ☐2

Q36. Qual o tipo de mão-de-obra permanente empregue na exploração: (nº)

a. Trabalhadores assalariados permanentes ☐☐

b. Trabalhadores familiares n/remunerados ☐☐

c. Trabalhadores familiares remunerados ☐☐

Q37. Recorre a trabalhadores eventuais: Não à regionalização! ☐1

Não ☐2

Q38. Fez investimentos ou tomou outras decisões no sentido de melhorar a rentabilidade económica da sua exploração, nos últimos dez anos? Não à regionalização! ☐1

Não ☐2

Q38a. Se não à regionalização!, quais?

Plantações	<input type="checkbox"/> 1	Compra de sistemas de rega	<input type="checkbox"/> 5
Compra de terrenos	<input type="checkbox"/> 2	Construções de armazéns e afins	<input type="checkbox"/> 6
Compra de máquinas	<input type="checkbox"/> 3	Terraplanagens	<input type="checkbox"/> 7
Compra de alfaías	<input type="checkbox"/> 4	Drenagens	<input type="checkbox"/> 8
Outros.			Quais:

II. MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS (MAA)

Q39. Medidas a que se candidatou	Q40. Área (ha)	Q41. Ano de candidatura	Q42. Motivo principal
1. Luta Química Aconselhada (L.Q.A.)		199	
2. Protecção Integrada (Pt. I.)		199	
3. Produção Integrada (Pd. I.)		199	
4. Agricultura Biológica (A.B.)		199	
5. Fruteiras de Variedade Regional (F.V.R.)		199	
6. Outras, quais: _____	_____	199 _____	_____
_____	_____	199 _____	_____
_____	_____	199 _____	_____

Q42. Qual o principal motivo de adesão a estas medidas **na altura** da sua candidatura? (por medida)

1. Diminuir os custos de produção
2. Rendimento adicional proveniente das ajudas
3. Ter cobertura/assistência técnica
4. Valorização futura dos produtos no mercado
5. Aumentar o conhecimento e controlo técnico da produção
6. O montante das ajudas
7. A falta de perspectivas para a exploração
8. Protecção da natureza
9. Conservar a terra em exploração/ evitar o abandono
10. Diminuir e combater o uso dos produtos químicos
11. Produzir alimentos de melhor qualidade

12a. ☐ Outro. Qual:

12b. ☐ Outro. Qual:

Q43. Desde quando pratica? (**ano**)

L.Q.A. |||a Pt. I. |||b Pd. I. |||c A.B. |||d

Q44. Há quantos anos tem as árvores com que se candidatou às Fruteiras de Variedade Regional?

||

—|

Q45. Qual a área total dedicada a cada uma delas? (independentemente das áreas a que se candidatou)

	a- Horticultura	b- Fruticultura	c- Vinha	d- Outras
1. L.Q.A				
2. Pt. I.				
3. Pd. I.				
4. A.B.				
5. F.V.R.				

Q46. Como é que se costuma informar sobre as questões da agricultura e da política agrícola?

—

Q47. Como teve conhecimento **pela primeira vez** das Medidas Agro-Ambientais: (uma só)

Serviços do Ministério da Agricultura ||1

Através de outros agricultores ||2

Associação de agricultores ||3

Qual:

Outra forma.

Qual:

Não sabe ||4

Não responde ||5

Q48. Através de que associação/cooperativa se candidatou à Pt. I. e/ou à Pd. I.?

a)Pt. I.

b)Pd. I.

FRUBAÇA ||1

||1

FRUTUS ||2

||2

APAS ||3

||3

AARA ||4

AATV ||5

AVA ||6

AVAPI ||7

COOPQUER ||8

FRUTOESTE ||9

Q49. Sabia que estas Medidas Agro-Ambientais fazem parte de um programa da União Europeia:

Não à regionalização! ☐|1

Não ☐|2

Q50. Quais são, a seu ver, os principais objectivos das Medidas Agro-Ambientais: (ordenar as duas principais)

Apoio à agricultura ☐|1

Protecção ambiental ☐|2

Não tem objectivos claros ☐|3

Não sabe ☐|4

Não responde ☐|5

Q51. Foi-lhe difícil compreender e seguir os procedimentos exigidos para se candidatar?

Não à regionalização! ☐|1

Não ☐|2

Q51a. Se não à regionalização!, em que aspectos: _____

—

Q52. Quem foi o responsável pela realização e preenchimento da(s) sua(s) candidatura(s)?

Medida(s)

O próprio ☐|1

Técnicos do Ministério da Agricultura ☐|2

Técnicos das associações agrícolas ☐|3

Qual: _____/_____

Outro. Qual: _____

Não sabe ☐|5

Não responde ☐|6

Q53. Os montantes das ajudas atribuídas à(s) medida(s) a que se candidatou são: (escolha única)

a).L.Q.A. b).Pt. I. c) Pd. I. d)A.B. e)F.V.R.

f)Outras

Muito satisfatórios	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1
<input type="checkbox"/> 1					
Satisfatórios	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2
<input type="checkbox"/> 2					
Pouco satisfatórios	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3
<input type="checkbox"/> 3					
Não sabe	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4
<input type="checkbox"/> 4					
Não responde	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 5
<input type="checkbox"/> 5					

Q54. Considera os 5 anos de prazo de compromisso: (escolha única)

Longos	<input type="checkbox"/> 1
Razoáveis	<input type="checkbox"/> 2
Curtos	<input type="checkbox"/> 3
Não sabe	<input type="checkbox"/> 4
Não responde	<input type="checkbox"/> 5

Q55. Ao nível da sua exploração agrícola, pensa que estas Medidas Agro-Ambientais virão a ter resultados práticos no:

1. Não à regionalização!

2. Não

3. Não sabe

4. Não responde

a) Rendimento adicional por tempo limitado (5 anos)	<input type="checkbox"/>
b) Produtos mais valorizados a médio prazo	<input type="checkbox"/>
c) Redução dos custos de produção	<input type="checkbox"/>
d) Mudança das práticas de agricultura, no sentido de proteger o ambiente	<input type="checkbox"/>

III. EXPERIÊNCIA DE PROGRAMAS AGRÍCOLAS ANTERIORES E DA PAC

Q56. Já beneficiou de outros programas/medidas agrícolas subsidiados pela UE:

Não à regionalização! ☐|1

Não ☐|2

Q56a. Se não à regionalização!, quais: (nº)

797 ☐|☐|a

PEDAP ☐|☐|b

NOVAGRI ☐|☐|c

PAMAF ☐|☐|d

Outros.

Quais:

Q57. Que avaliação faz dos efeitos da PAC na sua exploração:

1. Positiva

2. Nem positiva, nem negativa

3. Negativa

4. Não sabe

5. Não responde

a) Nos últimos 5 anos ☐|

b) Nos próximos 5 anos ☐|

Q58. Considera que a actual PAC favorece certos grupos de agricultores?

Não à regionalização! ☐|1 Não sabe ☐|3

Não ☐|2 Não responde ☐|4

Q58a. Se não à regionalização!,
quais_____

Q59. Na sua opinião, quem orienta e decide a PAC.

Os governos/Ministérios da agricultura nacionais ☐|1

A UE ☐|2

Associações/Confederações de agricultores ☐|3

Certos países da UE ☐|4

Quais_____

Outros.

Quais:

Não sabe ☐|5

Não responde ☐|6

IV. AGRICULTURA E AMBIENTE

Q60. Com que frequência os seguintes problemas têm afectado a sua exploração, nos últimos cinco anos:

1. Nunca
2. Uma vez
3. Várias vezes
4. Não sabe
5. Não responde

a) Erosão dos solos	<input type="checkbox"/>
b) Poluição química	<input type="checkbox"/>
c) Pragas e epidemias	<input type="checkbox"/>
Outros: _____	<input type="checkbox"/>
_____	<input type="checkbox"/>

Q61. Com que frequência, na sua exploração, aplica e utiliza:

1. Nunca
2. Ocasionalmente (algumas vezes)
3. Sistemáticamente (sempre)
4. Não sabe
5. Não responde

a) Adubos químicos	<input type="checkbox"/>
b) Pesticidas/fungicidas/herbicidas	<input type="checkbox"/>
c) Fertilizantes naturais	<input type="checkbox"/>
d) Técnicas de luta biológica	<input type="checkbox"/>

Q62. Qual o número de tratamentos fitossanitários que realizou e realiza, **na fruticultura**, por época produtiva (de uma colheita à outra) antes e depois de aderir às Medidas Agro-Ambientais?

	a) Antes (nº)	b) Actualmente (nº)
a).L.Q.A.	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 1
b).Pt. I.	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 2
c).Pd. I.	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 3
d).A.B.	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 4
e).F.V.R.	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 5
f).Outras	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 6

Q63. Acha que a agricultura provoca problemas ambientais?

Não à regionalização! ☐1

Não ☐2*

Não sabe ☐3

Não responde ☐4

(*) Em caso de resposta neste item ir para a Q67 (não colocar as questões Q64, Q65 e Q66).

*Q64. Dos seguintes problemas ambientais quais considera que podem ser provocados pela agricultura:

1. Não à regionalização!

2. Não

3. Não sabe

4. Não responde

Poluição da água ☐

Erosão dos solos ☐

Destruição/diminuição das espécies (animais e vegetais) ☐

Destruição das paisagens ☐

*Q65. Os problemas ambientais provocados pela agricultura, na sua região, devem-se principalmente a quem? (escolha única)

À concorrência / pressão do mercado da EU ☐1

À política de intensificação dos sistemas agrícolas ☐2

À falta de conhecimento / formação dos agricultores ☐3

À falta de intervenção do Governo ☐4

Outra. Qual:

Não sabe ☐5

Não responde ☐6

*Q66. Quem deverá ser responsabilizado pelos problemas ambientais provocados pela agricultura? (escolha única)

Os agricultores que poluem (o princípio do poluidor - pagador) ☐1

Os consumidores, através do aumento dos preços dos produtos ☐2

O Estado ☐3

Outra solução.

Qual: _____

Não sabe ☐4

Não responde ☐5

Q67. Do seu ponto de vista, qual das actividades causa maiores problemas ambientais? (escolha única)

	a) A nível nacional	b) A nível regional
Indústria	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1
Agricultura	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2
Pecuária	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3
Turismo	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4
Transportes	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 5
Outro	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 6
Não sabe	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 7
Não responde	<input type="checkbox"/> 8	<input type="checkbox"/> 8

Q68. Qual o tipo de agricultura que melhor protege o ambiente? (escolha única)

Tradicional	<input type="checkbox"/> 1
Extensiva	<input type="checkbox"/> 2
Intensiva	<input type="checkbox"/> 3
Biológica	<input type="checkbox"/> 4
Produção/protecção integrada	<input type="checkbox"/> 5
Todos os tipos de agricultura	<input type="checkbox"/> 6
Não sabe	<input type="checkbox"/> 7
Não responde	<input type="checkbox"/> 8

Q69. Concorda que a agricultura extensiva respeita mais o meio ambiente do que a agricultura intensiva?

Não à regionalização!	<input type="checkbox"/> 1
Não	<input type="checkbox"/> 2
Não sabe	<input type="checkbox"/> 3
Não responde	<input type="checkbox"/> 4

Q69a. Se não à regionalização!, na sua opinião, por que motivo a agricultura extensiva respeita mais o meio ambiente do que a agricultura intensiva? (escolha única)

Menores consumos de energia	<input type="checkbox"/> 1
Menor uso de produtos químicos	<input type="checkbox"/> 2
Aproveitamento/reciclagem dos desperdícios orgânicos	<input type="checkbox"/> 3
Preservação da diversidade da fauna e da flora	<input type="checkbox"/> 4
Preservação da paisagem e das áreas rurais	<input type="checkbox"/> 5
Prática do pousio	<input type="checkbox"/> 6
Outro	motivo.

Qual:

Não sabe	<input type="checkbox"/> 7
Não responde	<input type="checkbox"/> 8

Q70. Que tipo de agricultura **pode ao mesmo tempo** preservar o ambiente e garantir bons rendimentos económicos? (escolha única)

- | | |
|--------------------------------|-----------------------------|
| Tradicional | <input type="checkbox"/> 1 |
| Extensiva | <input type="checkbox"/> 2 |
| Intensiva | <input type="checkbox"/> 3 |
| Diversificada | <input type="checkbox"/> 4 |
| Biológica | <input type="checkbox"/> 5 |
| Produção e protecção Integrada | <input type="checkbox"/> 6 |
| Outro. | |

Qual:

-
- | | |
|--------------|-----------------------------|
| Não sabe | <input type="checkbox"/> 7 |
| Não responde | <input type="checkbox"/> 8 |

Q71. Que planos tem para a sua exploração quando acabarem os seus compromissos com as Medidas Agro-Ambientais a que se candidatou? (escolha única)

- | | |
|--|-----------------------------|
| Continuação das presentes práticas | <input type="checkbox"/> 1 |
| Especialização | <input type="checkbox"/> 2 |
| Intensificação | <input type="checkbox"/> 3 |
| Extensificação | <input type="checkbox"/> 4 |
| Práticas agrícolas que respeitem mais o ambiente | <input type="checkbox"/> 5 |
| Outro. | |

Qual:

-
- | | |
|--------------|-----------------------------|
| Não sabe | <input type="checkbox"/> 6 |
| Não responde | <input type="checkbox"/> 7 |

Q72. Na sua opinião, o que é que seria necessário para ajudar a manter a sua exploração a longo prazo? (ordene os três principais)

- | | |
|--|-----------------------------|
| Diminuição dos custos de produção | <input type="checkbox"/> 1 |
| Mais ajudas públicas | <input type="checkbox"/> 2 |
| Outro tipo de ajudas públicas | <input type="checkbox"/> 3 |
| Preços garantidos | <input type="checkbox"/> 4 |
| Garantia de escoamento dos produtos | <input type="checkbox"/> 5 |
| Maiores conhecimentos e melhor formação agrícola | <input type="checkbox"/> 6 |
| Outra. | |

Qual:

-
- | | |
|--------------|-----------------------------|
| Não sabe | <input type="checkbox"/> 7 |
| Não responde | <input type="checkbox"/> 8 |

Q73. Que caminho acha que a agricultura deve seguir no futuro? (escolha única)

Produção de alimentos ☐1

Produção de alimentos com menos resíduos tóxicos ☐2

Produção de matérias-primas não alimentares ☐3

Diversificação da produção ☐4

Protecção e preservação do meio ambiente ☐5

Outro. Qual: _____

Não sabe ☐6

Não responde ☐7

Q74. O que acha que irá acontecer à agricultura desta região nos próximos cinco anos, sob a influência da P.A.C.?

1. Vai aumentar

2. Vai manter-se

3. Vai diminuir

4. Não sabe

5. Não responde

a) Modernização/intensificação dos sistemas agrícolas ☐

b) Modernização ambiental dos sistemas agrícolas ☐

c) Agricultura biológica ☐

d) Protecção e Produção Integrada ☐

e) Abandono da actividade agrícola ☐

Q75. Qual o nível de influência que terão no futuro da agricultura, na sua região:

1. Muita influência

2. Alguma influência

3. Pouca influência

4. Nenhuma influência

5. Não sabe

6. Não responde

a) Os agricultores isolados ☐

b) As associações de agricultores ☐

c) O Estado Português ☐

d) A U.E. ☐

e) O mercado mundial ☐

f) Os mercados locais e regionais ☐

Q76. Quem melhor representa os interesses dos agricultores? (escolha única)

A U.E. ☐1

O Governo Português ☐2

As associações de agricultores ☐3

O agricultor isolado ☐4

Outros

Quais:

Não sabe ☐5

Não responde ☐6

Q77. Gostaria que o seu filho fosse: (escolha única)

Agricultor ☐1

Agricultor, mas usasse métodos diferentes dos seus ☐2

Tivesse outra profissão ☐3

Não se aplica ☐4

Não sabe ☐5

Não responde ☐6

Actualização da Legislação Referente às Medidas Agro-Ambientais

Regulamento (CEE) 3813/92 de 28 de Dezembro

Define a unidade de conta a as taxas de conversão a aplicar no âmbito da política agrícola comum (PAC).

Regulamento (CEE) 1068/93 de 30 de Abril

Estabelece as regras para a determinação e aplicação das taxas de conversão no sector agrícola.

Regulamento (CE) 150/95 de 23 de Janeiro

Altera o Reg. 3813/92 relativo à unidade de conta a às taxas de conversão a aplicar no âmbito da PAC.

Regulamento (CE) 157/95 de 31 de Janeiro

Altera o Reg. 1068/93, que estabelece as regras para a determinação e aplicação das taxas de conversão no sector agrícola.

Regulamento (CE) 2772/95 de 30 de Novembro

Altera os montantes das ajudas atribuídas em ecus às medidas circunscritas no Reg. 2078/92 (MAA).

Regulamento (CE) 746/96 de 24 de Abril

Define as condições de concessão das ajudas às medidas circunscritas no Reg. 2078/92 relativas a cada Estado-membro, de modo a assegurar que as MAA sejam compatíveis com o conjunto da regulamentação comunitária.

Regulamento (CE) 435/97 de 6 de Março

Altera o artigo 11 do Reg. 746/96 no que concerne às mudanças na exploração durante o período de compromisso dos beneficiários do Reg. 2078/92.

Decreto-Lei 110/96 de 2 de Agosto

Altera o Decreto-Lei (DL) 180/95 no que se refere ao reconhecimento das organizações de agricultores que tenham por objecto a prática da protecção integrada (Pt I) e ou produção integrada (Pd I) das culturas, o qual passará a ser aprovado pela Direcção Geral de Protecção das Culturas (DGPC), em detrimento do Instituto de Protecção da Produção Agro-Alimentar (IPPAA). Refere ainda que todas as competências atribuídas ao IPPAA pelo DL 180/95 passam a ser exercidas pela DGPC.

Decreto-Lei 351/97 de 5 de Dezembro

Altera o DL 31/94, entre outros artigos, essencialmente: o artigo 2, referindo que a coordenação global das medidas previstas nos Reg. 2078/92 (MAA) e 2079/92 (ajudas à reforma antecipada) passam para a competência da Direcção Geral de Desenvolvimento Rural (DGDR) e o Reg. 2080/92 (ajudas às medidas florestais na agricultura) para a competência da Direcção Geral das Florestas (DGF), - em detrimento do extinto Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural - em articulação com o Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP); e acrescenta o artigo 6 do DL 31/94, salientando que em caso de modificação unilateral do contrato no âmbito do Reg. 2078/92 o beneficiário passa a ficar obrigado ao pagamento de uma quantia igual ao dobro da recebida indevidamente, caso se verifique um desvio significativo nas áreas ou animais objecto de ajuda.

Portaria 1177/95 de 26 de Setembro

Estabelece o regime de aplicação do Programa Zonal de Castro Verde (PZCV) aprovado no âmbito das MAA.

Portaria 1336/95 de 10 de Novembro

Altera os prazos de apresentação de candidaturas de todas as MAA para o mês de Janeiro de cada ano e consequentemente altera os prazos de análise e deliberação das candidaturas até 31 de Março de cada ano pela unidade de gestão regional e a verificação das incompatibilidades de acumulação de ajudas e dos limites das ajudas pela unidade de gestão nacional até 15 de Maio.

Portaria 393/96 de 21 de Agosto

No âmbito das MAA, por forma a não reduzir o valor das ajudas a pagar aos beneficiários, e na sequência da entrada em vigor do Reg. 2772/95, que alterou os valores em ecus previstos no Reg. 2078/92, altera também os montantes máximos cumuláveis a atribuir por beneficiário da Portaria 688/94 (regime geral de ajudas às MAA). Simultaneamente modifica, aumentando, os montantes especificados: na Portaria 1059/95 (regime de ajudas à redução e racionalização de produtos fitofarmacêuticos); na Portaria 858/94 (regime de ajudas ao modo de produção biológico); na Portaria 698/94 (regime de ajudas à extensificação e ou manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais extensivos); na Portaria 703/94 (regime de ajudas à conservação dos recursos e da paisagem rural); na Portaria 693/94 (regime de ajudas à formação profissional); e, na Portaria 1177/95 (regime de ajudas do PZCV).

Portaria 745-O/96 de 18 de Dezembro

Altera os órgãos de coordenação e gestão das MAA referidas no nº 5 da Portaria 688/94, os quais passam a ser asseguradas em termos de gestão pelo IFADAP e pelas Direcções Regionais de Agricultura (DRA), em articulação com o Instituto de Conservação da Natureza (ICN), este último nas áreas de aplicação dos programas zonais, sob coordenação da DGDR, à excepção da medida formação profissional, cuja gestão é assegurada na sua globalidade pela DGDR. Deste modo deixam de ter atribuições a unidade de gestão nacional e ao nível de cada DRA, as unidades de gestão regional. Simultaneamente, a Portaria 745-O/96 altera o nº 7, da acima referida Portaria, relativo às competências dos vários órgãos que interferem na gestão e coordenação das MAA, nomeadamente delimita as competências da DGDR, das DRA e do IFADAP.

Portaria 35/97 de 9 de Janeiro

Redefine as medidas em que poderá haver candidaturas às medidas relativas à extensificação e ou manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais extensivos (nº 3 da Portaria 698/94) e à conservação dos recursos e paisagem rural (nº 3 da Portaria 703/94).

Portaria 196/97 de 21 de Março

Na sequência do Reg. 746/96 que define as condições de concessão das ajudas às MAA, altera a Portaria 703/94, entre outros: o nº 3, relativo à definição de superfícies florestais abandonadas e clarifica a definição de terra agrícola no interior de mancha florestal; o nº 4, os organismos da administração central e local deixam de ser beneficiários a qualquer medida referente à conservação dos recursos e da paisagem rural; e o nº 5, as áreas mínimas para concessão das ajudas à medida manutenção de superfícies florestais abandonadas terão de ser de 5 ha, como já acontecia, mas agora terão de ser contínuos.

Portaria 1036/97 de 1 de Outubro

Revoga: o nº 3 do nº 4 da Portaria 698/94, que estabelecia que em caso de cumulação da medida de apoio à manutenção de raças autóctones ameaçadas de extinção com as medidas: sistemas policulturais tradicionais do Norte e Centro, lameiros, sistemas forrageiros extensivos e montado de azinho, o valor da ajuda a conceder a estas últimas medidas era reduzido em 50%; e o nº 2 do nº 5 da Portaria 1177/95, que estabelecia que em caso de cumulação da medida de apoio à manutenção de raças autóctones ameaçadas de extinção com o PZCV, o valor da ajuda a conceder a este programa era reduzido em 50% na área equivalente. Refere ainda a Portaria 1036/97 que este diploma se aplica às candidaturas já aprovadas.

Portaria 85/98 de 19 de Fevereiro

Consagra num único diploma o regime de ajudas às MAA, com excepção da formação profissional e do PZCV.

Revoga:

- os nºs 1 a 4 da Portaria 688/94 (regime geral das ajudas a conceder no âmbito das MAA), nomeadamente o objecto (nº1), a enumeração das medidas (nº2), as incompatibilidades de acumulação de ajudas (nº3) e os limites das ajudas (nº4);
- a Portaria 698/94 (regime de ajudas à extensificação e ou manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais extensivos);

- a Portaria 703/94 (regime de ajudas à conservação dos recursos e paisagem rural);
- a Portaria 858/94 (regime de ajudas ao modo de produção biológico);
- a Portaria 1059/95 (regime de ajudas à redução e racionalização de aplicação de produtos fitofarmacêuticos);
- os n.ºs 1 a 4 da Portaria 1336/95 (veja-se acima);
- os n.ºs 1 a 5 e 8 da Portaria 393/96 (veja-se acima);
- a Portaria 35/95 (veja-se acima);
- a Portaria 196/97 (veja-se acima).

Como alterações mais significativas enumerem-se:

- incompatibilidades de acumulação das ajudas:

* a Pt I passou a ser cumulável com vinha em socalcos na Região Demarcada do Douro, até ao montante de 115% da ajuda à Pt I;

* a luta química aconselhada (LQA) não é cumulável com o olival tradicional e os pomares tradicionais de sequeiro;

* as medidas Pt I, Pd I e agricultura biológica (AB) não são cumuláveis com as ajudas previstas na Portaria 693/94, no que se refere a campos de demonstração em Pt I, Pd I ou AB.

- densidades mínimas na Pt I:

* no caso da vinha mantém as 2000 cepas/ha a todo o território nacional, exceptuando as 1000 cepas/ha na área de intervenção da DRA de Entre Douro e Minho.

- Grupo I - Diminuição dos efeitos poluentes na agricultura:

* deixou de existir a medida protecção das águas contra a poluição de origem agrícola, pese embora o ter constado no anterior diploma legal sem nunca ter sido implementada;

* montante e modulação da ajuda - aumentou significativamente o valor a atribuir aos beneficiários da LQA, e de modo bastante significativo aos beneficiários da Pt I e Pd I. Alterou a modulação da ajuda, sendo que para a LQA passaram a existir os escalões até 10 ha, de 10 a 25 ha e mais de 25 ha, e para a Pt I e Pd I passaram a existir os escalões até 10 ha, de 10 a 50 ha e mais de 50 ha. Para os beneficiários a estas últimas medidas que concorram com áreas compreendidas: no primeiro escalão recebem 100% do prémio; no segundo escalão 80% do prémio; e no terceiro escalão 60% do prémio. Refira-se que deixaram de existir limites máximos de áreas a submeter a apoio;

* os beneficiários da Pt I e da Pd I terão de ser membros de uma associação de agricultores, só que esta terá de ser reconhecida nos termos do DL 180/95, com alterações introduzidas pelo DL 110/96 (veja-se acima). Os beneficiários à AB terão de efectuar a notificação dessa actividade junto da DGDR, deixando de a fazer junto do Instituto dos Mercados Agrícolas e Indústrias Agro-Alimentares;

* após as ajudas majoradas em 20%, já previstas, durante os dois primeiros anos de conversão para o modo de produção biológico, as ajudas poderão ainda continuar a ser majoradas em 20% desde que os beneficiários se comprometam a transformar e ou comercializar, pelo menos 70% da produção como biológica, a comprovar anualmente.

- Grupo II - Extensificação e ou manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais extensivos:

* refere os objectivos destas medidas;

- * deixam de existir as medidas reconversão de terras aráveis em pastagens extensivas e extensificação da produção pecuária;

- * os valores e limites das ajudas a atribuir a estas medidas foram majorados, deixando de existir limites máximos de áreas a submeter a apoio.

- Grupo III - Conservação dos recursos e da paisagem rural:

- * refere os objectivos destas medidas;

- * define superfícies florestais abandonadas e terras agrícolas no interior de mancha florestal;

- * os organismos da administração central e local deixam de ser beneficiários a qualquer medida referente à conservação dos recursos e da paisagem rural;

- * na medida manutenção de superfícies florestais abandonadas complementares de explorações agrícolas apenas podem concorrer os candidatos que beneficiem da medida sistemas policulturais tradicionais do Norte e Centro e que possuam floresta em condições de abandono;

- * as áreas mínimas para concessão das ajudas à medida manutenção de superfícies florestais abandonadas terão de ser de 5 ha, como já acontecia, mas agora terão de ser contínuos;

- * os valores e limites das ajudas a atribuir a estas medidas foram majorados, deixando de existir limites máximos de áreas a submeter a apoio.

- prazos:

- * a apresentação da candidatura passa a ser efectuada durante o mês de Janeiro de cada ano;

- * as candidaturas apresentadas são objecto de análise e decisão até 30 de Março;

* em cada um dos quatro anos seguintes ao da formalização da candidatura, o beneficiário deve confirmar ou rectificar as declarações constantes do formulário de inscrição durante os meses de Fevereiro e Março, devendo a respectiva análise e decisão ter lugar até 30 de Março;

* em 1999 não são aceites recandidaturas.

- Modificação por acordo:

* os contratos já celebrados podem ser modificados, por forma a respeitarem a uma nova medida de entre as previstas no Reg. 2078/92, ou à medida prevista no Reg. 2080/92, mas neste caso apenas para efeitos de arborização. Estas modificações apenas são autorizadas quando impliquem reconhecidas vantagens ambientais reconhecidas pelo ICN e ainda, no primeiro caso atrás referido, quando se verifique reforço dos compromissos assumidos.

* pode também haver lugar à modificação do contrato, por uma só vez, em caso de aumento até 2 ha da área objecto das ajudas, desde que essencialmente seja reconhecida vantagem do ponto de vista ambiental;

* pode também haver lugar à modificação do contrato em caso de aumento do efectivo pecuário, desde que apresente declarações dos animais inscritos nos livros genealógicos ou nos registos zootécnicos;

* pode também haver lugar à modificação do contrato quando a exploração seja objecto de acção de emparcelamento ou intervenção fundiária nos termos do DL 384/88 e DL 103/90;

* nos casos anteriores não há lugar à devolução das ajudas já recebidas.

- rescisão e modificação unilateral do contrato:

* a modificação do contrato por iniciativa do IFADAP, no caso de desvios significativos da área ou animais objecto das ajudas, o beneficiário passa a ficar obrigado ao pagamento de uma quantia igual ao dobro da recebida indevidamente.

- revogação por acordo:

* os contratos já celebrado podem ser revogados por acordo, sem devolução das ajudas, nos seguintes casos: cessação de actividade agrícola ao abrigo do Reg. 2079/92, desde que tenham três ou mais anos de vigência e não se mostre possível a cessão da posição contratual do beneficiário; aumentos de área superiores a 2 ha, desde que seja celebrado novo contrato de concessão de ajudas para a área total; sujeição da exploração a emparcelamento ou intervenções fundiárias; e arborização de toda a área objecto das presentes ajudas ao abrigo do Reg. 2080/92.

- transmissão da exploração:

* o IFADAP pode autorizar a cessão da posição contratual do beneficiário no caso de transmissão total da área ou animais objecto de ajudas, desde que o novo titular reúna as condições de concessão daquelas, nomeadamente no que se refere à titularidade do efectivo pecuário;

* a transmissão de parte da área ou animais objecto de ajudas consentida pelo IFADAP importa a correspondente alteração do contrato celebrado, podendo o transmissário apresentar candidatura relativamente à parte transmitida e pelo tempo remanescente de vigência do contrato alterado, caso em que não haverá lugar a devolução de ajudas.